



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

KÉCIA VIEIRA DOS SANTOS

**FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DA APREENSÃO DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NOS
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

KÉCIA VIEIRA DOS SANTOS

**FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DA APREENSÃO DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NOS
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Barros da Nóbrega

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S2371 Santos, Kécia Vieira dos.

Formação acadêmico-profissional em serviço social [manuscrito] : uma análise da apreensão do significado social da profissão nos trabalhos de conclusão de curso de serviço social da universidade estadual da paraíba / Kécia Vieira dos Santos. - 2021.

136 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Prof. Dr. Mônica Barros da Nóbrega, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Serviço Social. 2. Significado social. 3. Formação acadêmico-profissional. I. Título

21. ed. CDD 361

KÉCIA VIEIRA DOS SANTOS

**FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DA APREENSÃO DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NOS
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção de título de Mestra em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Aprovada em: 28/09/2021.

BANCA EXAMINADORA



**Prof^a. Dr^a. Mônica Barros da Nóbrega - Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**



**Prof^a. Dr^a. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza
Examinadora Interna
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**



**Prof^a. Dr^a. Danielle Viana Lugo Pereira
Examinadora Externa
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

As vítimas da pandemia da COVID-19 (*in
memoriam*) e aos seus amores que aqui
ficaram em luto, luta e saudade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus cuja presença trouxe luz, beleza e esperança a esses dias de luta e incertezas.

À minha mãe Margarida Maria Vieira dos Santos por acreditar em mim de forma incondicional e inspiradora.

Aos meus irmãos Katiene Vieira dos Santos e Kenedy Vieira dos Santos por enfrentarem comigo todas as tempestades e celebrarem comigo também o raiar do sol que sempre chegou e chegará.

À Débora Kelly Pereira de Araújo companheira de sonhos acadêmicos, eventos e atualização do currículo *lattes*, sua amizade foi afago e força ao longo desse caminho.

À minha querida orientadora Mônica Barros da Nóbrega, por sua compreensão, amizade ao longo desse processo e por seu modo doce de extrair de mim o meu melhor. Certamente não teria chegado até aqui sem sua colaboração efetiva e afetiva.

À professora Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB, uma referência no debate dos fundamentos da profissão, e que mui gentilmente aceitou participar da minha banca. Agradeço, ainda, seu incansável compromisso ético e político por uma formação profissional crítica, pública e qualificada.

À professora Danielle Viana Lugo Pereira, por sua disponibilidade em participar da minha banca e contribuir com meu crescimento acadêmico.

Às professoras Sheyla Suely de Souza Silva e Jordeana Davi, por tudo que me ensinaram ao longo da experiência da iniciação científica no GEAPS. Obrigada pela diferença que vocês fizeram em minha vida!

À professora Maria Aparecida Nunes, minha supervisora de estágio docência e minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por suas contribuições para meu amadurecimento acadêmico.

À professora Thereza Karla de Souza Melo, por ter contribuído com fontes e documentos imprescindíveis para minha pesquisa. Agradeço, por ter atendimento as minhas solicitações com a presteza e a cortesia que lhes são tão características.

Aos/às professores/as do Departamento de Serviço Social e do PPGSS-UEPB, por me proporcionarem sair alegoricamente como no mito platônico da

caverna e, enxergar a realidade para além do aparente. Vocês mudaram substancialmente minha forma de ser no mundo.

Aos meus colegas do mestrado (Turma 2019), por tornarem esse árduo processo formativo-acadêmico mais leve e feliz. Bonito poder dizer que na minha turma imperava a coletividade e não a competitividade.

Aos servidores do PPGSS-UEPB, pela cooperação, presteza e bons tratos que sempre me dispensaram sempre que deles necessitei.

Enfim, agradeço a todos/as que, por algum motivo, contribuíram para a realização desta pesquisa, bem como, àqueles/as que se dispuserem a lê-la.

*Meu Brasil
Que sonha
Com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora
A nossa pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarices
No solo do Brasil
Mas sei (Ai, mas sei)
Que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança
Na corda bamba, de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar
Azar
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar.*

O Bêbado e o Equilibrista
(João Bosco e Aldir Blanc)

RESUMO

O trabalho em tela versa sobre a temática do significado social da profissão, em especial, a sua apreensão ao longo da formação acadêmico-profissional. Desse modo, nosso principal objetivo é analisar como os Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba expressam o processo de apreensão do significado social da profissão, se esta apreensão está em consonância ou não com as Diretrizes Curriculares de 1996. Por isso, ao longo dessa pesquisa buscamos identificar também como essa temática aparece no Projeto Pedagógico de Curso do Departamento de Serviço Social da UEPB publicado em 1999 e em vigência no período que corresponde a esse estudo. Nesta diretiva, analisamos 40 (quarenta) Trabalhos de Conclusão de Curso depositados entre os anos de 2012 a 2019 e que estão disponíveis eletronicamente no repositório institucional da biblioteca *on-line* da Central de Integração Acadêmica - CIAc1/UEPB. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, documental, fundamentado teoricamente no método crítico-dialético que possibilitou um estudo alicerçado na dinâmica histórico-concreta da realidade social, isto é, a apreensão do significado social da profissão no processo formativo considerando as dimensões da totalidade, particularidade e singularidade, como também a inserção do Serviço Social na particularidade brasileira e suas transformações ao longo da história mediante as vicissitudes da lógica do capital na produção e reprodução das relações sociais. Dos principais “achados” identificados nas sistematizações analisadas, cabe destacar: os documentos apresentam uma apreensão crítica do significado social do Serviço Social, reconhecendo o assistente social enquanto trabalhador assalariado que ocupa espaço na divisão social e técnica do trabalho e que é impelido a exercer determinadas atividades oriundas das demandas sociais na ordem do capital. Algumas fragilidades também foram encontradas, como: a presença do ecletismo, concepção e abordagem histórica, por vezes, demasiadamente descritiva e sem as necessárias mediações e algumas limitações metodológicas. Essas fragilidades, porém, não retiram a importância de outro achado de nossa pesquisa que corresponde à adoção da direção formativo-crítica pelo Curso de Serviço Social da UEPB expresso no PPC/1999 e nos TCC's analisados, o que a nosso ver, reverbera na compreensão crítica acerca do significado social da profissão presente nesses documentos.

Palavras-chave: Serviço Social. Significado social. Formação acadêmico-profissional.

ABSTRACT

The work on screen deals with the theme of the social meaning of the profession, in particular, its apprehension throughout academic-professional training. Thus, our main objective is to analyze how the Final Papers of the Undergraduate Course in Social Work at the State University of Paraíba express the process of apprehending the social meaning of the profession, whether or not this apprehension is in line with the 1996 Curriculum Guidelines. Therefore, throughout this research, we also sought to identify how this theme appears in the Pedagogical Course Project of the Department of Social Work at UEPB, published in 1999 and in effect during the period corresponding to this study. In this directive, we analyzed 35 (thirty-five) Course Completion Papers deposited between the years 2012 to 2019 and which are electronically available in the institutional repository of the online library of the Academic Integration Center - CIA1/UEPB. This is a bibliographic and documentary study, theoretically based on the critical-dialectical method that allowed a study based on the historical-concrete dynamics of social reality, that is, the apprehension of the social meaning of the profession in the training process considering the dimensions of totality, particularity and singularity. As well as the insertion of Social Work in the Brazilian particularity and its transformations throughout history through the vicissitudes of the logic of capital in the production and reproduction of social relations. Of the main "findings" identified in the analyzed systematizations, it is worth highlighting: the documents present a critical understanding of the social meaning of Social Work, recognizing the social worker as a salaried worker who occupies space in the social and technical division of work and who is impelled to exercise certain activities arising from social demands in the order of capital. Some weaknesses were also found, such as: the presence of eclecticism, conception and historical approach, sometimes too descriptive and without the necessary mediations and some methodological limitations. These weaknesses, however, do not detract from the importance of another finding of our research that corresponds to the adoption of the formative-critical direction by the UEPB Social Work Course expressed in the PPC/1999 and in the TCC's analyzed, which, in our view, reverberates in the understanding criticism about the social meaning of the profession present in these documents.

Keywords: Social work. Social meaning. Academic-professional training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Gráfico 1 - Interesse pela temática (TCC's 2012-2019).....	111
Figura 2 –	Quadro 1 - Área dos objetos de estudo.....	111
Figura 3 –	Gráfico 2 - Matriz teórico-metodológica (TCC's 2012-2019).....	114
Figura 4 –	Gráfico 3 - Matriz teórico-metodológica (TCC'S 1990-1999).....	116
Figura 5 –	Quadro 2 - Principais referências bibliográficas.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira De Ensino e Pesquisa Em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CENTRAC	Centro de Ação Cultural
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIA	Centro de Integração Acadêmica
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Diretrizes Curriculares
EAD	Ensino à Distância
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GTPS	Grupos Temáticos de Pesquisa
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONG	Organização Não-Governamental
PEP	Projeto Ético-Político
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
ProUni	Programa Universidade para Todos
SESC	Serviço Social do Comércio
TAO	Trabalho Acadêmico Orientado

TCC	Trabalhos de Conclusão de Curso
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UPA	Unidade de Pronto-Atendimento
URNE	Universidade Regional do Nordeste

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	O SIGNIFICADO SOCIAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	20
2.1	“Afinal, o que é o Serviço Social e o que faz o/a assistente social?”: um debate sempre atual e necessário.....	24
2.2	O desvelamento do significado social da profissão: as contribuições da teoria social crítica.....	32
2.3	A inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho: uma profissão historicamente situada.....	43
2.3.1	O significado social da profissão no capitalismo contemporâneo...	47
3	A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS.....	54
3.1	As Diretrizes Curriculares Nacionais/1996 para os cursos de Serviço Social: reafirmar para não retroceder.....	64
3.3.1	Mudando a rota e alinhando a direção: a importância do Projeto Pedagógico de Curso de 1999 para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social da UEPB.....	72
3.2	Mudanças no mundo do trabalho, a Política de Educação e o Serviço Social: a mercantilização da educação e os desafios para manutenção de uma formação crítica.....	78
4	ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (2012-2019) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA.....	100
4.1	Percurso metodológico.....	100
4.2	Processo formativo-crítico e apreensão do significado social da profissão: sobre os principais achados da pesquisa.....	105
5	CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	129
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE LEITURA PARA COLETA DE DADOS..	136

1. INTRODUÇÃO

O projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares (DC) de 1996 é um parâmetro legal importante para nortear e respaldar os cursos de Serviço Social numa direção sociopolítica crítica. Além de ser um componente organizacional fundamental para consolidação do Projeto Ético-Político (PEP).

Nas DC/1996 a profissão é reconhecida enquanto “especialização do trabalho coletivo e inserida na divisão social e técnica do trabalho” (ABESS, 1996, p. 5) atestando, assim, a centralidade da categoria trabalho na produção e reprodução das relações sociais capitalistas e o significado social da profissão no jogo das forças sociais antagônicas.

Desse modo, o Serviço Social é historicamente situado e compreendido numa perspectiva ontológica e de totalidade. Com isso é possível reconhecer a intervenção profissional permeada por contradições e tendo como objeto central as múltiplas expressões da questão social¹.

As DC/1996 apontam que para compreender a profissão e sua institucionalização é necessário inseri-la nos processos de reprodução da vida social, identificando como no movimento da história e suas determinações surgem necessidades sociais que impõem a atuação de profissionais como o assistente social.

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista (ABESS, 1996, p. 5).

Com a adoção da teoria marxista, o debate crítico sobre o significado social da profissão ganha força. Principalmente, ao analisar suas demandas, atribuições, competências, requisições e institucionalidades não em si mesmas, mas imersas numa lógica que lhes atribui sentido e que advém das relações sociais nos moldes do capitalismo monopolistas. É, portanto, uma análise que ultrapassa os limites

¹ Entende-se por questão social as “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade [...]. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia [...] contradição fundamental que expressa a desigualdade inerente à organização vigente dessa sociedade: o trabalho social e a apropriação privada das condições e dos frutos do trabalho, que se traduz na valorização crescente do capital e no crescimento da miséria relativa do trabalhador” (IAMAMOTO, 2011, p. 86).

endógenos e se expande na identificação de seu sentido social e histórico. Esse debate remete diretamente a compreensão da razão de ser e de conhecer² a/da profissão.

Devemos apontar também a importância entre a articulação dos projetos societários e os projetos profissionais, sabendo que há um significado social de qualquer profissão no interior das relações sociais. Este é marcadamente definido por uma capacidade de emitir respostas e enfrentar problemáticas que se relacionam com um mix entre a funcionalidade do mercado e as necessidades objetivas humanas. Esta consideração tornar-se importante para percebermos que o projeto ético-político defendido nesta reflexão é aquele que tem um vínculo com o caráter contraditório presente nas classes sociais [...] a discussão colocada até aqui nos remete a algumas questões, que se transformam em dilemas para o Serviço Social diante do quadro de mercantilização do ensino superior, por um lado, e a resistência dos sujeitos profissionais para manter a direção social construída, por outro lado (SILVA, 2010, p. 424).

Essas questões trazidas por Silva (2010) resumem bem o que pretendemos abordar ao longo desse trabalho que é a importância da formação acadêmico-profissional³ crítica para apreensão do significado social da profissão. O projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social está atrelado intrinsecamente ao projeto profissional ético-político e constitui-se como marco de resistência da profissão frente às inflexões da agenda neoliberal adotada pelos governos brasileiros e também pelas requisições dos órgãos multilaterais para a política de ensino superior no Brasil.

Ademais, é durante esse processo que a direção da formação expresso nas DC de 1996 é materializada através dos componentes curriculares, da pesquisa, da extensão, da produção acadêmica respaldando teoricamente o fazer profissional.

No bojo do debate da formação acadêmico-profissional, este trabalho trata do tema do significado social da profissão e como isso tem se expressado na produção

² Ahamos interesse essa abordagem feita por Guerra (2014a, p. 269) ao retratar que a: “razão de ser e razão de conhecer a/da profissão constituem-se em dois momentos de um mesmo movimento que se materializa na intervenção profissional do assistente social. A primeira, estreitamente vinculada às condições que marcaram a institucionalização da profissão e àquelas sob as quais a intervenção vem se processando; a segunda, entendida como uma postura sistemática e coerente de compreensão da profissão, dos processos sociais, das demandas e requisições que lhe são postas historicamente, das políticas sociais, das racionalidades que, ao mesmo tempo, derivam e expressam as formas de existência e consciência aos profissionais que a constroem”.

³ Segundo Iamamoto (2014) refere-se ao processo de formação acadêmica em graduação e pós-graduação, que se constitui enquanto dimensão essencial para a formação profissional.

científica dos trabalhos de conclusão de curso produzidos no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

O interesse pela referida temática adveio da experiência de monitoria no componente curricular Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I, durante o ano de 2014, momento em que pudemos aprofundar as reflexões acerca da inserção do Serviço Social na particularidade brasileira e suas transformações ao longo da história, bem como o debate sobre a formação e o significado social da profissão.

Essa experiência fomentou o desejo de aprofundar os estudos quanto à formação acadêmico-profissional, o significado social da profissão e o aparato teórico-metodológico que acompanha esse processo ao longo do tempo. Esse intuito foi, ainda mais, instigado pelos eventos acadêmicos em que participamos, nos quais o debate em torno da formação acadêmico-profissional e os fundamentos da profissão denotavam os desafios para a manutenção da hegemonia da perspectiva crítica e do Projeto Ético-Político em vigência.

Essas discussões nos motivaram a aprofundar e a debater a formação acadêmico-profissional em tempos de crise do capital e de mudanças substanciais no mundo do trabalho, por compreender que neste momento, em particular, há inflexões peculiares sobre a política de ensino superior brasileira com incisivos ataques a qualquer perspectiva crítica de totalidade histórica, com aversão às abordagens macrossociais e de um preocupante negacionismo e obscurantismo. Além disso, de intensificação da mercantilização dos direitos sociais e do “novo assistencialismo” (NETTO, 2012) enquanto balizas da ação estatal.

Esses fatores trazem determinações para o processo formativo acadêmico e para o exercício profissional, colocando em xeque a legitimidade crítica hegemônica do Serviço Social e adoção à teoria marxista que são elementos fundamentais para a compreensão histórico-crítica da profissão e dos significados de sua atuação.

Com isso, ao longo do ano de 2017, quando da produção de nossa monografia em nível de graduação, realizamos uma pesquisa junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) de 1990 a 1999 do curso de Serviço Social da UEPB, buscando identificar a apreensão do significado social da profissão nesses documentos. Essa pesquisa nos permitiu encontrar e analisar um rico acervo que retrata, além da história desse curso, também delinea essa década como crucial para a direção formativa-crítica hegemônica nos dias atuais. Trataremos mais

detalhadamente sobre essa questão no tópico sobre o percurso metodológico da pesquisa.

Pretendemos dar prosseguimento a esses estudos. Assim, nos propomos a pesquisar como essa temática se expressa nos TCC's produzidos entre os anos de 2012 a 2019. Esses anos demarcam um momento em que se consolidaram transformações importantes no curso de Serviço Social da UEPB através do seu novo Projeto Pedagógico consonante com as Diretrizes Curriculares/96. Além de se constituir num momento de fortes inflexões da ofensiva neoliberal sobre o mundo do trabalho e a política educacional brasileira. Queremos, então, observar os impactos desse processo na formação acadêmico-profissional ofertada pela instituição e a apreensão do significado social da profissão.

Aqui se mostra a relevância de nosso objeto, que se propõe a discutir no âmbito da formação acadêmico-profissional o significado social da profissão, neste momento de singular inflexão do capital em seus moldes tardo-burgueses (Netto, 2012) sobre o Serviço Social e o processo de formação acadêmico-profissional.

Desse modo, é necessário identificar quais as principais características trazidas pelas transformações societárias na contemporaneidade em que prevalece à adesão a ofensiva neoliberal e suas reverberações sobre a particularidade brasileira, considerando como esse processo acomete as políticas públicas do ensino superior e, neste sentido sobre as graduações, principalmente, no que concerne à formação acadêmico-profissional do Serviço Social.

A política de educação superior tem favorecido uma formação fragmentada e aligeirada, a lógica de mercado tem incisivamente incutido um direcionamento para uma formação tecnicista, conservadora, em que prevalece a lógica da competitividade e da formação voltada especificamente para o mercado de trabalho, numa progressiva desvalorização da pesquisa e extensão, sucateamento do ensino público enquanto destina-se recursos orçamentários para instituições de ensino privado através de inúmeros projetos e fontes de investimento, hipervalorizando inclusive o ensino a distância.

Esses elementos favorecem um processo formativo acrítico e a-histórico em que a educação superior perde seu caráter reflexivo e adere à formação técnica e imediatista, vencida pelos princípios do mercado. Descaracteriza-se o tripé pesquisa-ensino-extensão, promovendo um ensino pragmático e fragmentado. A educação ganha uma conotação empreendedora, tornando-se um serviço oferecido

pelo mercado e um investimento pessoal ao passo que se dissemina a ideia de ascensão meritocrática e de sucesso individual.

Essa lógica mercantilizada e individualista apartada das mediações e determinações sistêmicas, que desresponsabiliza o Estado pelo acesso igualitário à educação serve aos interesses do mercado financeiro, aprofundando a desigualdade social. Nessa diretiva, não há uma busca por um processo educativo emancipatório. A educação torna-se também uma mercadoria, cujo único fim é corresponder às expectativas do mercado e gerar lucro.

Considerando a totalidade social pretendemos estudar mais a fundo como se dá esse processo e suas inflexões na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, e em que medida o processo formativo consegue, apesar das inúmeras adversidades, resistir e reafirmar a direção social crítica da profissão e reconhecer/desvelar seu significado sócio-histórico. Como também, quais as implicações trazidas pelo ideário neoliberal, seja no campo político-econômico, seja no campo ideocultural para a compreensão e adesão ao Projeto Ético-Político em vigência na profissão e a reafirmação de ruptura com o conservadorismo⁴.

Assim sendo, o estudo do significado social do Serviço Social considerando o Projeto Ético-Político assim como o Código de Ética em vigência e as Diretrizes Curriculares de 1996/ABESS com base numa perspectiva marxista que apreende o ser social em sua totalidade não pode ser dissociado da realidade da profissão dentro da lógica das relações sociais capitalistas e suas contradições.

Nesse sentido, alguns dos principais questionamentos que orientaram a pesquisa foram: como os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) analisados expressam a apreensão do significado social da profissão? Como o significado social da profissão é tratado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de 1999 do

⁴ Segundo Escorsim Netto (2011, p. 69) “Depois de 1848, o conservadorismo, confrontado com a “questão social” e o movimento socialista revolucionário, rendeu-se à irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma perspectiva especialmente contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa”. Segundo Netto (1996, p. 118) no Serviço Social brasileiro se manifesta em sua “gênese e o desenvolvimento do Serviço Social de origem católica (que, afinal, parietrou longamente o nosso Serviço Social) foram decididamente *antimodernos*: a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade de pensamento, à autonomia individual etc.; [...] vincula-se a um conservadorismo que, na perspectiva do anticapitalismo romântico, jamais, colidiu com engenharias sociais ‘orgânicas’, de caráter corporativo. Essas profundas raízes antimodernas do conservadorismo do Serviço Social tornam-no habilitado a capitalizar e a integrar, na sua luta contra os avanços profissionais, muito das concepções e proposições pós-modernas.

curso de Serviço Social da UEPB? O significado social da profissão vem sendo apreendido em sintonia com as Diretrizes Curriculares de 1996?

É no intuito de contribuir para esse debate que manifestamos o desejo de aprofundar os estudos sobre a apreensão do significado social da profissão, destacando a importância dessa temática tanto para compreensão da própria profissão, quanto para um agir profissional qualificado, consistente e em consonância com o atual Projeto Ético-Político.

Essa temática nos ajudará, certamente, a apreender com mais profundidade o Serviço Social não no intuito de descrever sua história, mas, de situá-lo na história. Tal processo nos permite reconhecer sua razão de ser e, por conseguinte, nos reconhecer também enquanto profissionais que exercem na divisão social e técnica do trabalho atividades atravessadas por contradições que não devem ser desconsideradas.

Neste sentido, além dessa introdução que corresponde ao primeiro capítulo desta dissertação, no qual apresentamos o nosso objeto de estudo, no segundo capítulo tratamos sobre o significado social da profissão, buscando aprofundar o debate sobre a temática em tela desde os seus fundamentos às contribuições da teoria social crítica para seu desvelamento. No terceiro capítulo abordamos a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no Brasil elucidando os avanços alcançados e os desafios enfrentados para a consolidação de uma formação crítica, cidadã, reflexiva e emancipatória. No quarto e último capítulo apresentamos o percurso metodológico da nossa pesquisa e os principais achados. Por fim, fazemos nossas considerações aproximativas e elencamos as referências utilizadas.

Portanto, esperamos que o presente estudo suscite novos debates sobre o tema, contribuindo para o afloramento de novas questões, reafirmando a importância de estudos na área dos fundamentos do Serviço Social e o aprofundamento do desvelamento de seu significado sócio-histórico.

Esperamos, pois, que com os resultados deste estudo mais pessoas se interessem por pesquisar outras questões que possam também contribuir para o reconhecimento e registro do legado do curso de graduação em Serviço Social da UEPB.

2. O SIGNIFICADO SOCIAL DO SERVIÇO SOCIAL

O debate em torno do significado social e histórico de uma profissão envolve a apreensão de inúmeras mediações. Ora, requer a compreensão histórica das condicionalidades sociais que no bojo da reprodução social⁵ e do trabalho produzem e reproduzem determinadas demandas sociais e, por conseguinte, a construção de respostas profissionais específicas.

Refere-se, ainda, a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, o que “supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um **sentido histórico** e nas quais se torna possível e necessária” (IAMAMOTO, 2013, p. 102, grifo nosso), ou seja, a sua funcionalidade, especialidade, processualidade, historicidade, operacionalidade e suas contribuições e transformações no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Para lamamoto (2013, p. 64), a divisão do trabalho na sociedade “determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade e através dela”.

Marx (2008, p. 57) destaca que é na sociedade sob a égide do capital que tal divisão se efetiva por ser esse o momento em que “surge uma divisão entre o trabalho material e espiritual”. Na seara das relações sociais do modo de produção capitalista os indivíduos cada vez mais se particularizam, fragmentam, segregam, dividem-se em atividades específicas. Neste sentido, há a divisão entre trabalho material, intelectual, manual, produtivo, improdutivo. Há, ainda, diferentes e dicotômicas posições entre aqueles que possuem os meios de produção (burgueses) e aqueles que vendem sua força de trabalho (proletários).

Essa divisão evidencia relações sociais e de produção intermediadas pelo trabalho. O que pretendemos enfatizar é que o processo de institucionalização e

⁵ Reafirmamos as considerações de lamamoto e Carvalho (2011, p. 78) quando apontam que “Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção”.

profissionalização de determinadas atividades constituem respostas a estabelecidas demandas colocadas e, ao mesmo tempo, produzidas pela própria sociedade.

Reiteramos a análise de Guerra *et al.* (2016, p. 7) quando aponta que as demandas sociais “são produzidas por necessidades sociais que plasmam o processo de reprodução social da sociedade capitalista, historicamente colocadas por interesses antagônicos das classes sociais”. Dessa forma, essas necessidades antagônicas convertem-se e são convertidas em demandas institucionais, transformadas em objetivos, funções e finalidades dentro das instituições para diversas profissões que assim irão ocupar, e a depender disputar, assim, espaços no mercado de trabalho.

A partir do exposto consideramos importante tratar mesmo que brevemente sobre o que seriam então necessidades sociais. Nesse sentido, corroboramos com Santos (2016, p. 40) quando ressalta que as necessidades humano-genéricas aparecem num primeiro plano “enquanto anseios de realização da razão ontológica, que se encontram nas formas construídas de organização social seus limites e possibilidades de objetivação”. Já as demandas sociais constituem-se, num segundo plano, como desdobramentos das necessidades humanas, apresentando-se de forma parcializada, influenciada pelo desenvolvimento das estruturas sociais, pela relação entre as classes antagônicas em diferentes momentos históricos.

Os **modos de satisfação** tornam social a **necessidade**. Até mesmo a necessidade básica da fome não é essencialmente natural, pois as relações sociais, inclusive as de produção e consumo, já qualificam a forma de saciá-la. As **necessidades** naturais de autoconservação são **necessidades** que a sociabilidade humana requalifica, ou seja, as **necessidades físicas** para a manutenção do homem como ser **natural** são também **sociais e historicamente determinadas**. (BRAZ, 2013, p. 126, grifo do autor)

Todavia, essas necessidades sociais não são satisfeitas em sua amplitude. Santos (2016) destaca que, por exemplo, a intervenção do Estado frente às manifestações da questão social expressa a tentativa de responder mesmo que minimamente a algumas necessidades e, por conseguinte, algumas demandas sociais particulares e focalizadas, e o fazem pela via das políticas públicas e sociais que podem assumir uma conotação assistencialista, emergencial, de controle social, etc.

Esses aspectos nos fazem pensar quais as necessidades postas nas relações entre as classes que apontaram e ainda apontam demandas sociais que dão ao

Serviço Social enquanto profissão um significado social, um sentido histórico e um espaço na divisão social e técnica do trabalho.

As demandas das classes sociais põem e repõem objetos para o Serviço Social. Estes encontram-se inscritos nas condições sociais das classes e por isso são, de um lado, históricos, transitórios, encerram continuidades e rupturas e, de outro, ou não extrapolam o limite material ou mantêm-se no nível das necessidades imediatas. Tais demandas convertem-se em requisições profissionais, cujo atendimento requer a mobilização de um determinado nível de racionalidade, de uma parte: limitam e determinam as funções profissionais, de outra (GUERRA, 2014a, p. 266).

Esses elementos nos possibilitam pensar a complexidade da atuação profissional dos/das assistentes sociais, a necessidade de sua qualificação técnica e teórico-metodológica para compreender essas contradições, o significado social e histórico do Serviço Social enquanto profissão e da dimensão ética e política que a circunscreve.

Expor esses aspectos nos parece relevante por serem elementos que estarão no debate em torno das diferentes concepções acerca da “história” ou da historicidade do Serviço Social. Esse debate incide diretamente sobre a compreensão que se tem do significado social da profissão.

Parece-nos óbvia essa associação. Todavia, consideramos importante nos deter mais pormenorizadamente sobre essa questão: qual a relação entre as diferentes concepções da profissão e a apreensão do seu significado social? Ora, primeiramente o próprio reconhecimento de que há um significado **social e histórico** para profissão e não apenas uma explicação da profissão em si mesma (endógena) já nos remete a aproximação com uma análise que caminha pelo solo da história, na compreensão da profissão enquanto inserida em processos de trabalho e historicamente situada. E, neste sentido, reforçamos o entendimento de processo de trabalho enquanto

Um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis (GUERRA, 2000, p. 3).

É fundamental atentar para processualidade do exercício profissional, compreender sua razão de ser, ou seja, quais as interfaces sócio-políticas e econômicas que delimitam, que no seio de uma dada sociedade num tempo histórico propício surja, a partir de imperativos sociais, a necessidade de pessoas aptas a corresponder e a responder as demandas por ora postas nas relações sociais, como é o caso da referida profissão e seu arranjo direto com as expressões da questão social no sistema do capital em seus moldes monopolistas.

Nesta diretiva, Montão (2009, p.47) aponta que:

o que dota de legitimidade uma profissão é basicamente o fato de certas necessidades sociais serem reconhecidas, transformadas em demandas e respondidas por determinadas instituições e/ou organizações, as que empregam os profissionais para estudar e/ou intervir nessas realidades.

Ora, abordar o Serviço Social inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais exige a ultrapassagem de um olhar endógeno da profissão para uma análise ontológica em que seu sentido só poderá ser devidamente revelado a partir do momento que a inserimos numa totalidade histórica. Reiteramos a compreensão de que

o significado da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem **desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido** (YASBEK, 2009, p. 127, grifo nosso).

Em contrapartida, isolar seu significado das inflexões societárias é reforçar a defesa de uma ação assistencialista, tecnicista, cuja razão de ser encerra-se em si mesma, enquanto prática pontual, enclausurada e imediata, não permitindo desvendar as interfaces e mediações presentes no fazer profissional, nas suas atribuições e demandas, como também, nas respectivas expectativas sociais diante das possíveis respostas profissionais e na própria autoimagem que estes têm de sua atuação.

Esse entendimento que gira em torno do que constitui o Serviço Social pode ser tomado pelas mais diversas concepções, tanto tradicionais e conservadoras como numa perspectiva crítica-dialética.

2.1 “Afinal, o que é o Serviço Social e o que faz o/a assistente social?”: um debate sempre atual e necessário

Há um vasto debate em torno da história do Serviço Social. Há os que defendem que o enraizamento dessa atividade consistiria na propensão humana a solidariedade, em ajudar aqueles que necessitam. A dimensão da assistência ganha uma conotação protagonista como um mecanismo atenuante da pobreza, das vulnerabilidades sociais, de um serviço voltado àqueles que se encontram em situações degradantes e/ou anômicas. Assim sendo, sua ação estaria voltada a uma intervenção mediante instrumentos normativos, educacionais e/ou moralizantes, de adaptação dos indivíduos ao seu meio social e de aperfeiçoamento pessoal no sentido de adequá-los à ordem e aos padrões sociais vigentes.

Tal aparelhamento possibilitaria o desenvolvimento harmônico da sociedade, bem como a “superação” das “condições patológicas” em que aqueles sujeitos se encontrariam. Esse tipo de entendimento e prática só é possível dada a uma compreensão imediatista e fragmentada da realidade social, que demarca e focaliza as manifestações da questão social na baliza dos grupos sociais e das pautas individuais sem estabelecer as necessárias mediações.

Nesta perspectiva, a profissão estaria diretamente vinculada à dimensão da ajuda, enquanto ação benevolente de pessoas que se colocam a atuar diante das mais diversas mazelas sociais. Ao abordar a natureza e a gênese do Serviço Social, Montão (2009) destaca que numa perspectiva endógena essa compreensão estaria pautada na tese de que a profissão, sua natureza e gênese são vistas a partir de uma autonomia sócio-histórica, como que apartada das determinações societárias e impermeável às lutas de classe. Assim, decorreria do “exercício da caridade, entendida como a prática de um mandado divino: fazer o bem por amor a Deus; e devêm também do exercício da filantropia, como a execução de um imperativo ético: fazer o bem por amor ao homem” (MONTÃO, 2009, p. 26).

De acordo com essa concepção:

O significado da profissão só pode ser encontrado na sua própria trajetória, visto como uma história única, irrepetível, considerada apenas nos seus aspectos singulares, tomada como resultado da autorrepresentação dos seus agentes profissionais. Trata-se de uma história individual, subjetivista, cronológica, resultado do desenvolvimento de etapas que se sucedem umas às outras no tempo (GUERRA, 2016, p. 287).

O significado da profissão sob o jugo desse olhar ganha uma conotação fragmentada, vocativa, de sujeitos que em sua benevolência se colocam a atuar diretamente com as mazelas sociais no intuito de atenuar seus malefícios à harmonia e ao bom desenvolvimento da sociedade. Desse modo, consideram o Serviço Social como sendo:

uma forma de ajuda profissionalizada, a legitimação dele derivaria dos elementos diferenciadores tanto das **outras** formas de ajuda quanto das **outras** profissões; ou seja, a sua especificidade. [...] Nesta perspectiva, entende-se como “específico” do Serviço Social a prestação de serviços direcionados aos setores empobrecidos e carentes da população (MONTÃO, 2009, p. 54-55, grifo do autor).

A especificidade do exercício profissional do assistente social, nesse sentido, estaria construída e sedimentada em si mesma, como fruto e institucionalização da capacidade humana de comover-se, solidarizar-se e mover-se no sentido de ajudar, assistir e assessorar indivíduos expostos a situações vexatórias, indignas e limitantes. Para isso, far-se-ia necessário o aprimoramento do modo de fazer, dando um aparato técnico-instrumental e burocrático que pudesse conferir um caráter profissional a essa atuação.

Tal concepção retira o solo histórico da razão de ser da profissão, remetendo seu sentido a uma posição caritativa, moralizante e afeita à ordem social hegemônica, promovendo e ao mesmo tempo reproduzindo, sistematicamente a naturalização das desigualdades sociais não problematizando suas raízes. Portanto, atuando apenas em suas inflexões na vida social, ao passo que remete aos indivíduos a responsabilidade por sua não adequação a ordem posta e pelas situações degradantes as quais estão subjugados. Como expõe Montão (2009),

O surgimento da profissão é visto como uma **opção pessoal** dos filantropos em organizarem-se e profissionalizar, com o seja da Igreja, ou do Estado, pois a **explicação** de sua gênese é **intrínseca** ao Serviço Social e **remete sempre a si mesmo**. Os ‘atores’, os ‘protagonistas’ do surgimento e da evolução do Serviço Social [...] **são, nesta perspectiva, sempre pessoas singulares**, nomes, em definitivo, individualidades (MONTÃO, 2009, p. 27, grifo do autor).

Diz ainda que,

As análises, nessa tese, sobre a gênese (e história) do Serviço Social decorrem de uma perspectiva teórico-metodológica [...] que entende a história, como a **mera crônica dos fatos e sucessos**, como **historiografia**. [...] Neste sentido, tal crônica serve apenas para **situar historicamente** os

eventos institucionais do Serviço Social e os protagonistas do desenvolvimento profissional. [...] Nessa crônica historiográfica realiza-se, portanto, uma descrição dos eventos históricos e neles, como autônomos, se situam os eventos profissionais, sem relação imanente visível entre o desenvolvimento do Serviço Social e a história da sociedade. Desta forma, os fatos, tanto do Serviço Social quanto da história, são **naturalizados**; constrói-se a “história” (e a “história do Serviço Social”) **sem recuperar a processualidade** histórica, num claro **etapismo** (MONTÃO, 2009, p. 28, grifo do autor).

Esse tipo de concepção acerca da profissão adequa-se, corresponde, absorve e reproduz uma lógica formal-instrumental que, “deseconomiza os processos sociais, retira deles as bases que os sustentam, seus fundamentos materiais e concretos e os desistoriciza” (GUERRA, 2002, p. 12), própria da racionalidade moderna hegemônica em que as relações sociais e suas manifestações cotidianas⁶ são naturalizadas e adensadas por uma “lógica etapista”. O que queremos dizer com isso é que o debate em torno da natureza do Serviço Social, sob essa concepção, acompanha uma compreensão de desenvolvimento histórico sem considerar a história, construindo uma narrativa que traz elementos de instituições e organizações que vão etapa por etapa se constituindo e cuja explicação está exclusivamente em si mesma.

Isso nos permite refletir sobre a associação direta feita entre assistência social, ação social e o Serviço Social. Entende-se porque também a dificuldade do senso comum, de setores e instituições e até mesmo entre acadêmicos e assistentes sociais de identificar o que é realmente essa profissão, suas demandas, atribuições, competências, contradições, enfim, sua especificidade.

Yasbek (2009, p. 140, grifo nosso) aponta que

assumir a vinculação histórica da profissão com a Assistência Social é condição para que os assistentes sociais **superem a ideologia do assistencialismo e avancem nas lutas pelos direitos** e pela cidadania.

Ora, tal travessia é bastante desafiadora e exige de seus profissionais o desenvolvimento de capacidades, principalmente, do domínio das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Assim, ultrapassar um entendimento endógeno da profissão permite perceber que essa também é uma

⁶ Destacamos as três determinações fundamentais da cotidianidade indicadas por Lukács: a heterogeneidade, imediatividade e a superficialidade extensiva; e apontadas por Carvalho e Netto (2012). Para maior aprofundamento sobre o debate acerca do cotidiano indicamos a leitura de Heller (1985).

atividade política, no sentido de que não está alheia, impermeável, as contradições das relações sociais capitalistas e das lutas de classe daí derivadas.

Permite, ainda, perceber que a atividade desses/dessas profissionais não se refere à prática da ajuda, a benevolência, a atenuar o sofrimento alheio por meio de ações pontuais e/ou educativas, muito menos que se refere a uma atividade administrativa de assistência técnica a outros profissionais. Logo, é compreender que o/a assistente social não é um voluntário, um missionário, muito menos um telefonista, um assistente administrativo, um arquivista, recepcionista, um organizador de eventos, um terapeuta social, um conselheiro ou uma pessoa solta (“sem funções”) na instituição e que, por isso, estariam sujeitos a realizar atividades que ultrapassam suas atribuições e competências.

Por isso, reiteramos o posicionamento de Yasbek (2009), quando a mesma defende a necessidade de assumir a histórica vinculação da profissão com o assistencialismo, porém, não para reforçá-la ou legitimá-la, mas, no sentido de superá-la. E, desse modo, queremos destacar esse verbo: superar.

Quando defendemos que é necessário ultrapassar esse aspecto, é porque reconhecemos que essa associação existe e que, portanto, exerce força, influência e que poderá direcionar a profissão para um caminho, para uma deliberada forma de fazer, para produção de determinadas respostas. Por exemplo: ao atuar nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o/a profissional que se vincula a dimensão do assistencialismo tende a construir respostas pontuais, sistêmicas, imediatistas e moralizantes, detendo ao usuário de forma fragmentada tanto as responsabilidades de sua situação quanto às possíveis saídas.

Atuando na política de Assistência Social tende a limitar-se, por exemplo, a concessão de benefícios eventuais, doação de cestas básicas, pagamento de alugueis, ações que podem, inclusive, ganhar uma conotação política eleitoreira. Por outro lado, vem à questão de práticas moralizantes que visam “tratar” os usuários (refiro-me a defesa que alguns fazem da terapia social, principalmente do Serviço Social terapêutico), ou daqueles que consideram o/a assistente social como o profissional que vai “ensinar”/orientar os usuários a como comportarem-se socialmente de forma correta, a seguir uma “etiqueta social” adequada.

Compreender a atuação do/da assistente social dessa maneira traz um caráter dogmático para a profissão, que ganha à conotação de um dom pessoal, de que basta ter uma predisposição humanitária para a caridade e para a ajuda como

atributos suficientes para atuação profissional, transformando essa atividade numa prática tecnicizada do assistencialismo e da filantropia.

Apesar da estreita relação estabelecida entre a gênese da profissão e sua associação com a prática assistencialista, com o cuidado aos mais vulneráveis socialmente, como um/uma profissional apto/a à lidar com as mais diversas manifestações da questão social, compreendemos que, inserida nessas relações sociais, a atuação profissional extrapola a prática assistencialista, e aqui podemos atentar para a dimensão política da razão de ser da profissão, é política, pois, surge, se desenvolve, se institucionaliza no âmbito das relações de classe sob a órbita do capital monopolista e das desigualdades daí derivadas.

Com isso, podemos perceber e reconhecer a complexidade que envolve a profissão, suas contradições, limites, possibilidades, determinações, sua dimensão interventiva, investigativa e política; o quanto suas demandas, respostas, os espaços sócio-ocupacionais são expressões da trama das relações sociais. Conforme lamamoto (2011, p. 83),

A compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais tornar-se possível e necessária. Afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas **necessidades e novos impasses** que passam a exigir **profissionais especialmente qualificados** para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e eficiência inerentes à sociedade capitalista (grifo da autora).

Esse debate remete diretamente ao significado da profissão numa dimensão social e histórica, trata-se de “situar o Serviço Social como uma profissão inserida no metabolismo do capital, como parte de sua produção e reprodução em escala ampliada, em um espaço complexo, contraditório e rico em mediações” (SILVA, 2013, p. 23), no reconhecimento de que há uma razão de ser que transcende a própria profissão e que há determinações sociais que incidem sobre a atuação profissional. O que pretendemos destacar é que as instituições e organizações possuem determinadas demandas postas na sociedade e que, portanto, esperam para elas soluções mesmo que pontuais. Segundo Guerra (2017, p. 70), a inserção do Serviço Social

na divisão social e técnica do trabalho **como profissão fundamentalmente interventiva esconde o seu verdadeiro significado sócio-histórico** como profissão que, na ordem burguesa, se constitui em uma das **estratégias de controle** da ordem social, bem como **sua particularidade** de atuar diretamente nas **sequelas engendradas pela exploração do trabalho pelo capital** (grifo nosso).

Guerra (2017) aponta que a construção da imagem do Serviço Social enquanto profissão apenas interventiva expelindo a sua dimensão teórica e metodológica, intelectual, reflexiva, e, principalmente política, construindo e reproduzindo uma narrativa a-histórica para a profissão, também se configura enquanto estratégia da ordem hegemônica para alcançar seus objetivos de ordenamento social e controle dos sujeitos, utilizando-se, assim, desses profissionais enquanto reprodutores e, porque não dizer, escudeiros dessa lógica e como colaboradores no sentido de através de sua ação educativa, moralizante e burocrática adequar os usuários de forma acrítica aos padrões impostos socialmente.

Este é o sentido e a direção que a classe hegemônica impõe à profissão, travestido pela lógica assistencialista, burocrática e das políticas sociais fragmentadas, focalizadas, seletivas. Por isso, reafirmamos a importância de desvelar o sentido histórico da atuação profissional, reconhecer seu significado social, perceber as inúmeras mediações e contradições presentes em seus espaços sócio-ocupacionais, nas demandas, respostas, instrumentos de trabalho e, principalmente, no cotidiano profissional para que a direção estratégica seja no sentido de reafirmar um projeto profissional que seja ético, político, crítico e aliado a pauta das classes subalternizadas.

Todavia, quando o profissional não compreende o significado da sua atividade, não se apropria das capacidades teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa acaba reforçando a imagem profissional que tanto reproduz a vinculação estreita entre o Serviço Social com o assistencialismo, como também se torna uma marionete institucionalizada que retrai unilateralmente as expectativas das instituições e dos órgãos empregadores.

Além disso, não reconhece as contradições presentes no cotidiano profissional, absorvendo situações que extrapolam sua possibilidade de oferecer respostas, frustram-se por não conseguir atender totalmente suas demandas, não

estabelecem as mediações entre as necessidades sociais, os limites de sua atuação, reconhecendo que nem tudo depende da sua boa-intenção.

Afinal, aqueles que buscam os serviços sociais também têm suas demandas e expectativas que muitas vezes não são as mesmas das requisições institucionais, ou seja, entre aquele que contrata o serviço e aquele que dele necessita há realidades totalmente diversas, compreensões de mundo diferentes e acesso a mecanismos de sobrevivência distintos. Entre esses universos específicos está o/a assistente social imerso numa relação complexa e extremamente contraditória a qual ele também não está alheio enquanto trabalhador assalariado.

O que pretendemos destacar são as interfaces objetivas e subjetivas que nos permitem

Considerar a profissão sob **dois ângulos**, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como **realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais** expressa pelo discurso teórico-metodológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como **atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas** que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO, 2011, p. 80, grifo nosso).

Desse modo, cabe destacar que mesmo havendo um sentido histórico para a profissão que emana das relações sociais e das determinações objetivas postas na reprodução social que delegam a partir das necessidades sociais a gênese e institucionalização de sua atividade, impondo-lhe demandas, peculiaridades, um *ethos*, uma direção, burocracias, etc., há, ao mesmo passo, um sentido que se constrói, amadurece (ou não), na compreensão que a própria profissão tem de sua atuação.

Neste sentido, o significado social do Serviço Social se desdobra em significados sociais na medida em que o próprio movimento da história impõe a profissão novas demandas, novos desafios, em que as políticas sociais se ressignificam, as relações de classe se intensificam (ou não), em que surgem novas expressões da questão social e na medida em que seus profissionais desenvolvem criticamente e ontologicamente a compreensão de sua prática, aderindo a defesa de sua dimensão ética, política e direcionando socialmente a profissão em defesa não dos interesses da classe hegemônica que os emprega, mas das classes

subalternizadas que buscam seus serviços e da qual também fazem parte. Propomo-nos mais a frente trazer esse debate de forma mais aprofundada.

Neste momento o que gostaríamos de destacar é que há, na prática profissional do/da assistente social, tanto determinações subjetivas pautadas em sua visão de mundo, na reflexão teórica e metodológica que ele tem de sua atividade, na compreensão de sua razão de ser, de seu significado, da direção social e política que ele dá ao seu cotidiano profissional e também da direção que a própria profissão adota por via das suas entidades representativas, do projeto de formação profissional e do seu marco legal.

Como também, determinações objetivas que extrapolam seu posicionamento pessoal e coletivo. Por isso, é importante para compreender a profissão e suas demandas, inseri-la numa totalidade social, buscando compreender, considerando as relações sociais, as particularidades e as singularidades presentes nos fenômenos que se apresentam enquanto demandas. Além disso, reconhecendo que o profissional não “pode tudo”, que nem tudo depende dele, que por mais que ele queira dar resolutividade aos “problemas” que lhe chegam cotidianamente, há questões que estão muito além da sua mera intenção de resolver.

O que queremos enfatizar é que

as demandas que chegam a profissão, emanadas das necessidades das classes subalternizadas não se apresentam de maneira nem direta nem imediata à profissão, mas mediatizada pela instituição: é sua “missão”, são suas metas, seus objetivos, seus interesses que formatam as demandas institucionais postas como demandas à profissão. Ainda mais: a demanda imediata do usuário, apesar de ser a problemática inicial que o mobilizou, nem sempre é a sua demanda real, na maioria das vezes ela é veículo (ou o meio mediador) que porta a capacidade de conduzir o assistente social à busca da demanda real, da essência [...] a configuração das políticas sociais, o padrão de política social vigente, limita e/ou potencializa a ação do assistente social (GUERRA, 2014b, p. 81).

Consideramos importante ressaltar a complexidade da atuação profissional do/da assistente social, como o Serviço Social não é uma profissão acabada, de resoluções repetitivas, que não se refere à distribuição de cestas básicas e/ou de atividades educativas e morais. Pelo contrário, é uma profissão com limites, mas, também, com inúmeras possibilidades, que corresponde à própria dinâmica social a qual está inserida. Uma profissão cujos princípios éticos norteadores correspondem à defesa da liberdade, dos direitos humanos e civis, da cidadania, do pluralismo, na recusa ao preconceito e qualquer forma de discriminação, na busca por uma nova

ordem societária e comprometida com um exercício profissional ético, político, de qualidade técnica e intelectual.

Ou seja, por mais desafiadora que se apresente a realidade do cotidiano profissional, é neste cotidiano que o/a assistente social consciente do significado, imbuído do sentido social que a profissão tem, atuando numa dimensão interventiva e ao mesmo tempo investigativa, pode, a partir das demandas imediatas, optar por mecanismos de intervenção que visando ultrapassar a imediatez construa uma intervenção crítica, propositiva, reflexiva, em que o usuário não seja visto como um receptor de auxílios e/ou benefícios, mas um protagonista social e como um ser de direitos.

Desse modo, defendemos que para compreender o Serviço Social, perceber sua complexidade, suas contradições, seu significado social é necessário um caminho epistemológico que considere a unidade entre a teoria, o método e a história. Consideramos, portanto, que a teoria social de Marx é a “chave heurística para nos aproximarmos de uma interpretação mais correta possível da profissão em tempos historicamente determinados” (GUERRA, 2019, p. 34).

Por isso, a seguir vamos refletir, mesmo que resumidamente, sobre algumas categorias do método materialista-dialético e sua contribuição para compreensão do significado social do Serviço Social.

2.2 O desvelamento do significado social da profissão: as contribuições da teoria social crítica

Temos sustentado que o desvelamento crítico do significado social do Serviço Social é dado pelo suporte da teoria social crítica. Mas, quais são os supostos que nos permitem tal consideração?

O desvelamento crítico do significado social do Serviço Social é um exercício de contínuo esforço de identificar as determinações sócio históricas, que no processo de reprodução social, permitem a instituição de uma profissão como esta. Tal compreensão extrapola uma visão endógena da profissão, destacando a necessidade de que para desvendar sua significação e, portanto, seu sentido histórico na ordem monopólica do capital se faz necessário inseri-la na totalidade social.

Neste sentido, nos parece claro, e corroborando com a literatura brasileira hegemônica na profissão, que é preciso rechaçar a abordagem tradicional-conservadora que ainda tenta atrelar a atuação profissional à evolução das práticas assistencialistas e/ou a tecnificação da filantropia.

A apreensão crítica da natureza do Serviço Social, como diria Montão (2009), advém da adesão teórica e metodológica à perspectiva marxista que permite abordar a institucionalização dessa profissão como historicamente determinada, o que trataremos com maior profundidade mais adiante.

Assim sendo, pretendemos através de aproximações com a teoria social crítica tecer sua contribuição e enaltecer sua importância para a compreensão do significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais no âmbito do sistema capitalista.

Desse modo, gostaríamos de abordar algumas categorias essenciais do método marxista, dando destaque ao materialismo, a história e a dialética, visando explanar acerca da apreensão do significado social do Serviço Social a partir dos aportes dados pela teoria social crítica, sem deixar de destacar algumas categorias que também são fundamentais para esse debate, como: a totalidade, a contradição e a mediação.

Pretendemos, portanto, refletir sobre como a partir dessa abordagem conseguimos avançar no sentido de desvelar que essa profissão não se explica em si mesma, que está para além de uma ação benevolente de seus agentes, ou de uma tecnificação do processo de ajuda, mas que é historicamente determinada enquanto estratégia de respostas às necessidades sociais oriundas do processo de complexificação do modo de produção capitalista. Todavia, queremos deixar claro que teceremos apenas aproximações a esse debate dado sua complexidade, o que exigiria certamente uma produção mais extensa.

A profissão, neste aspecto, configura-se enquanto estratégia de resposta às expressões da questão social na ordem monopólica do capital. A sua razão de ser se institucionaliza na tomada de responsabilidade por parte do Estado de lançar mão de mecanismos não apenas de coerção, mas também de coesão e consenso diante das lutas de classes nesse modo de produção. Iamamoto (2011, p. 89) aponta que:

O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais,

geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados.

Ademais,

Não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional... seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica (IAMAMOTO, 2011, p. 86).

A supracitada autora nos ajuda a perceber, com bastante clareza, que o Serviço Social enquanto profissão não está isolado de outras determinações socioestruturais na esfera do sistema capitalista, sendo necessário, portanto, situá-la no contexto de relações sociais mais amplas.

Tal compreensão só é possível a partir do uso da lente crítica analítica da realidade social, identificando as mediações dos fenômenos sociais, buscando ultrapassar uma visão imediata até se aproximar de sua essência. Na atuação profissional do/da assistente social conhecer e reconhecer essas mediações são fundamentais para uma intervenção mais qualificada, consciente, investigativa e politicamente comprometida. De acordo com Moraes e Martinelli (2012, p. 8),

as demandas são aparências que precisam ser dissolvidas para que surjam as mediações ontológicas. Para ultrapassar a facticidade da demanda posta ao profissional se faz necessário compreendê-la, controlá-la, para isso é indispensável fazer aproximações com o plano das determinações universais da realidade, ou seja, a legalidade social. Aprender que as grandes determinações sociais tais como: relações sociais de produção, relação capital-trabalho, leis de mercado, relação entre Estado e sociedade, lei da mais-valia, entre outras, devem ser particularizadas. E, assim, apreender que as grandes leis e/ou categorias históricas do ser social podem estar interferindo nesse ou naquele problema/fenômeno que o profissional está enfrentando [...] aquele conjunto de complexos que a razão extrai do real através de aproximações sucessivas, possibilita uma visão mais ampla e profunda da realidade social, a partir da qual e na qual se inscreve a intervenção profissional.

Ora, nos parece evidente que tal processo somente será possível pela adesão à teoria social crítica que propõe e enfatiza exatamente essa necessidade de uma abordagem ontológica do mundo real e suas manifestações, considerando tanto a subjetividade, porém sem desconsiderar a centralidade das categorias objetivas.

É interessante discorrermos sobre o debate que Marx (2008) estabelece com a filosofia hegeliana, extraíndo e ressignificando alguns dos seus pressupostos. O referido autor aponta algumas debilidades da dialética de Hegel, principalmente questionando o ponto de partida de sua filosofia que destaca a partir da capacidade cognitiva do homem a possibilidade de construções teóricas de explicação da vida humana. Aqui a realidade se adequa às elaborações intelectivas dos pensadores sociais, o movimento dialético se constitui do processo de versões e contraversões ideais que permitem explicações racionais dos fenômenos sociais.

A razão dialética se propõe a ir “além da apreensão da imediatez da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos de estudo e visa a re-figuração, ao nível do pensamento, do seu movimento” (GUERRA, 1998, p. 2). Nesse sentido, é um movimento cognitivo que visa ultrapassar a mera intuição pela identificação da dinâmica social por via da elaboração de teses, suas forças antagônicas (antíteses) e, por fim, no arremate de sínteses que possibilitariam a explicação dos fenômenos da vida cotidiana e a elaboração de novas teses num movimento contínuo de reflexão e explicações formais-abstratas do cotidiano.

Marx assimila esse movimento dialético de Hegel, principalmente, ao reconhecer o cotidiano como movimento contraditório. Entretanto, na perspectiva marxista a racionalidade dialética não deve ter como ponto de partida a subjetividade, ou seja, o pesquisador não deve partir das construções ideais para o cotidiano a fim de compreender e explicar suas manifestações epidérmicas, mas, a partir das expressões imediatas deve buscar identificar intelectivamente as mediações e determinações para que aquele fenômeno se manifeste como tal numa totalidade social e depois deve fazer o caminho de volta a essa realidade na constante busca de através dessas aproximações sucessivas ultrapassarem as manifestações ônticas e chegar à essência do fenômeno.

Marx, na sua obra, propõe uma racionalidade ontológica em que a subjetividade humana está intrinsecamente correlata à objetividade, neste último estando à centralidade da investigação e a essência dos fenômenos. Ou seja, a realidade não é o que o sujeito pensa, a realidade é; portanto, cabe ao pesquisador à busca constante e contínua de decifrar essa realidade que esta em perene movimento.

Marx aponta elementos inovadores ao passo que apresenta uma concepção de história pautada na realidade dos homens, na forma como se relacionam, desenvolvem suas forças produtivas, como produzem e distribuem a riqueza, e como a partir disso produzem e reproduzem compreensões de mundo, leis, normas, padrões, um modo de pensar e agir. Por isso, defende que cada fenômeno não é um fenômeno isolado, não se manifesta por si mesmo, não surge voluntariamente, mas, é uma singularidade que se manifesta numa particularidade a qual está inserida e numa totalidade que a constitui. Essa totalidade não é formal-abstrata, mas concreta e dinâmica. Como nos aponta Netto (2009, p. 796):

Para Marx, a sociedade burguesa é uma **totalidade concreta**. Não é um “todo” constituído por partes funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade [...] (é a partir desta verificação que, para retomar livremente uma expressão lukacsiana, a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como um complexo constituído de complexos [...]) Mas, a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma **totalidade dinâmica** – seu movimento resulta do caráter **contraditório** de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam **totalidades inertes**, mortas- e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação (grifo do autor).

Neste sentido, a história não é uma sucessão de fatos narrados, muito menos linear, sua compreensão possibilita reconhecer como o ser social⁷ vai se constituindo, suas relações vão se complexificando, como se organizam coletivamente seus processos sociais, seu desenvolvimento, sua formação, como produzem e reproduzem a riqueza mediada pelo trabalho e a partir daí elabora uma gama de valores. Além disso, a construção teórica e metodológica marxista nos permite reconhecer a história em seu movimento, como processo, com continuidades e descontinuidades, e perceber como os fenômenos estão conectados.

Se concebe o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como um mundo sujeito à constante mudança, transformações e desenvolvimento constante, procurando também destacar a íntima conexão que preside este processo de desenvolvimento e mudança. Encarada sob este aspecto, a história da humanidade já não se apresenta como um caos [...], mas, pelo contrário, se apresentava como o desenvolvimento da própria humanidade, que incumbia ao pensamento a tarefa de seguir [...] até conseguir descobrir as leis internas, que regem tudo

⁷ Referência a categoria trabalhada por György Lukács (1979) em sua obra *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*.

o que à primeira vista se pudesse apresentar como obra do acaso (ENGELS *apud* NETTO, 2009, p. 782)

Esse aspecto é fundamental para compreensão, análise e apreensão da processualidade do significado social do Serviço Social. Ora, podemos a partir do aporte da concepção de história presente na teoria social crítica perceber, primeiro, que a profissão não surge do nada, é fruto de necessidades postas na trama social.

Segundo, que inserida na sociedade capitalista e nas lutas de classe que lhes são características essa profissão é permeada por contradições internas e externas, subjetivas e objetivas, macroscópicas e singulares, e que, portanto, seu significado não está congelado no tempo, não é enrijecido e imutável, pelo contrário, o seu significado que é social e histórico se ressignifica e se desdobra em outros significados ao passo que a própria sociedade em seu movimento se transforma colocando novos desafios, novas demandas, novos impasses, novos espaços sócio-ocupacionais, em que as lutas de classe apresentam recentes formatações, embates e a questão social apresentam também novas expressões.

Com isso, o Estado e os poderes dominantes impõem inflexões no formato das políticas sociais, além de que a própria profissão pode criticamente impor um inédito direcionamento a sua atuação e os profissionais também compreendendo o sentido histórico de sua prática podem imprimir novos significados a sua intervenção, a seu cotidiano profissional e as respostas profissionais então produzidas. Ainda neste capítulo refletiremos de forma mais aprofundada sobre essa questão.

Na obra *A ideologia alemã* Marx (2008) tece um longo e riquíssimo debate com os neohegelianos e, assim, com a racionalidade moderna, apontando suas debilidades e demonstrando como sua construção teórica e metodológica sustenta a naturalização das relações sociais no modo de produção capitalista e, assim sendo, servem como sustentáculo para a perpetuação dos interesses da classe dominante ao passo que, não buscando a essência dos fenômenos, estabelecem análises a-históricas e superficiais da realidade social.

Desse modo, constituíam-se apenas como construções formais-abstratas de explicação dos fenômenos em sua vil aparência, desconectas de suas determinações macrossociais, indiferentes às mediações ali postas e, portanto, corroborando para a naturalização do modo de produção capitalista. Afirma Marx (2008, p. 44):

Os pressupostos dos quais partimos não são arbitrários nem dogmas. São bases reais das quais não é possível abstração a não ser na imaginação. Esses pressupostos são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas que eles já encontraram elaboradas quanto aquelas que são frutos de sua própria ação. Esses pressupostos são, pois verificáveis empiricamente.

Desta feita, o referido autor propõe uma dialética materialista em que as construções teóricas do pesquisador se constituem enquanto um esforço de sucessivas aproximações com o real em seu movimento contraditório, levando em consideração as bases materiais e a organização social, ou seja, o modo de produzir e as forças produtivas da sociedade (considerando as mediações entre as dimensões da singularidade, particularidade e totalidade) em cada momento histórico, buscando compreender como estas vão se complexificando. Para Marx (2008, p. 51)

A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. [...] A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real.

Aqui, podemos identificar o avanço que Marx traz para o movimento dialético que consistirá na aplicação metodológica que fazemos de sua teoria, o momento que em nossas análises não podemos desconsiderar a totalidade social, o modo de produção dos bens materiais, o desenvolvimento das forças produtivas, os movimentos e contradições inerentes à vida social e as relações sociais capitalistas, tentando identificar suas mediações. Neste sentido, defende que devemos atentar para a materialidade dos fenômenos sociais e a historicidade do desenvolvimento social. Conforme Marx (2008, p. 51),

ao contrário do que sucede na filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, dito de outro modo, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, nem do que são nas palavras, no pensamento, imaginação e representações dos outros para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se, sim, dos homens em sua atividade real, e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital. E mesmo as formulações nebulosas do cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material que se pode constatar empiricamente e que se encontram sobre bases materiais

[...]. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência.

Uma observação importante para evitarmos qualquer equívoco ou mera redução das categorias marxistas: o materialismo aqui defendido pelo autor não abandona em absoluto a relevância da racionalidade. Na sua perspectiva ontológica defendida por Marx a objetividade e a subjetividade mesmo sendo dimensões distintas estão intrinsecamente relacionadas, caso contrário, cairíamos no materialismo pragmático de Feuerbach que ele também criticou enfaticamente.

Nessa relação entre objetividade e subjetividade, entre a dialética e o materialismo Marx (2008) ressalta a centralidade do objetivo. Por isso, o referido autor propõe o materialismo histórico e dialético. Como destacam Lessa e Tonet (2011, p. 41):

para Marx, a realidade objetiva e a consciência são, repetimos, distintas e igualmente real. Uma não é, digamos, “mais real” do que a outra. Sem a materialidade natural não poderia existir a consciência dos homens. Nesse preciso sentido, a matéria é anterior à consciência. Por outro lado, o ser social apenas pode existir como síntese das ideias (da prévia-ideação) com a materialidade natural. Essa síntese produz uma nova causalidade, uma nova esfera objetiva, realmente existente quanto uma pedra ou o universo: a sociedade humana.

Esses elementos denotam a importância da dimensão histórica na e para perspectiva marxista. Neste sentido, centra-se na apreensão de que a partir da complexificação das forças produtivas, do modo de produção e da reprodução social cada sociedade, em seus respectivos momentos históricos, produz e reproduz relações sociais que permitem ao homem desenvolver determinadas formas de sociabilidade, cultura, linguagem, religião, economia, etc.

Assim sendo, Marx rompe com ideias evolucionistas, ao mesmo tempo pragmáticas ou idealistas que desconsiderando as determinações históricas acabam por naturalizar essas relações, no momento que defendem não ser necessário investigar a essência dos fenômenos apenas suas manifestações. Sobre isso, Kosik (2002, p. 23, grifo do autor) comenta que:

O mundo real não é, portanto, um mundo de objetos “reais” fixados, que sob seu aspecto fetichizado levem uma existência transcendente como uma variante naturalisticamente entendida das ideias platônicas; ao invés, é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como *produtos* do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito

real do mundo social... Ao contrário do mundo da *realização* da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana: é o mundo em que a verdade devém.

O *devir* demonstra a história como imersa num movimento perene e contraditório, neste sentido, não linear, nem estática, as relações sociais estão num processo contínuo de produção e reprodução, e, neste sentido, de transformação, cuja articulação advém do trabalho. Desse modo, “continuidade e ruptura com a natureza marcam decisivamente o devir humano (TONET, 2013, p. 82)” e elucidam que não há uma predestinação, nem uma condição estática na sociabilidade humana.

Assim consideramos importante expor o que o próprio Marx (2008, p.65) diz acerca desse aspecto:

não se trata, como na concepção idealista da história, de buscar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer sempre no solo real da história; não de explicar a práxis a partir da ideia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da práxis material... Tal concepção mostra que a história não acaba se resolvendo na “consciência de si”, como “espírito do espírito”, mas que, em cada uma das suas fases, encontra-se um resultado material, uma reunião de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite a geração seguinte.

Neste sentido, o pesquisador precisa não apenas reconhecer, mas caminhar seguro no solo concreto da história, a fim de que seus estudos não sejam meras abstrações ou descrições da vida social, desconexas de suas ligações com a base material da sociedade e a complexificação das relações sociais ao longo do tempo. Desse modo, sua apreensão dos fenômenos não deve ser apenas uma criação intelectual que dar ares de predestinação aos fatos sociais, não basta dizer como as coisas são, mas tentar compreender na concretude histórica porque as coisas são como são, porque não são diferentes do que são e, até mesmo, como as coisas podem deixar de ser como são a partir de outras determinações.

A aproximação teórica e metodológica do Serviço Social com essa perspectiva teórica permite que os/as assistentes sociais, considerando as condições historicamente dadas, desenvolvam uma atuação propositiva e crítica do seu fazer profissional e não se comporte como mero executor terminal de políticas sociais e/ou como um técnico capacitado a corrigir e adequar indivíduos,

subjugando-os a aceitação impensada do seu modo de vida e das condições socioeconômicas a qual estão inseridos.

É neste sentido que a partir do aporte da teoria social crítica o Serviço Social brasileiro coloca-se nessa relação de classe predisposto as pautas das classes subalternizadas e tem como norte de seu Projeto Ético-Político, atrelado também a um projeto societário, o compromisso com a luta por uma nova ordem societária, a partir do momento em que compreende que as desigualdades e demais manifestações nefastas da questão social só podem ser superadas num novo modo de produção que não o capitalista, cujo cerne está na exploração do homem pelo homem a fim do seu objetivo último que é o lucro, portanto, um sistema em que o egoísmo se sobrepõe a solidariedade humana.

Ademais, possibilita apreender essa profissão permeada por contradições próprias desse modo de produção: as relações dicotômicas de classe que geram as expressões da questão social, as lutas de classes, que estão presentes no próprio fazer profissional, mas, também, as contradições hodiernas do próprio movimento da história.

Consideramos importante reiterar que há uma contradição basilar no modo de produção capitalista, que se configura numa riqueza que é socialmente produzida e privadamente apropriada, de modo que, “essa contradição se expressa, no nível sociopolítico e histórico, como um processo específico de lutas de classes” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 178). Daí deriva também a questão social que

não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 84).

Essa contradição fundamental, todavia, não se esgota em si mesma. Pelo contrário, se desdobra em outras inúmeras contradições, que refletem em interesses antagônicos, em compreensões de mundo diversas, nas relações dicotômicas, nos diferentes interesses que regem o comportamento dos sujeitos, nos valores humano-genéricos e as predisposições egoístas dos indivíduos.

Neste sentido, os/as profissionais não estão alheios/as às manifestações dessas contradições no seu cotidiano e nas demandas que lhes são postas. Por

isso, o aporte do materialismo histórico-dialético nos permite esse tipo de apreensão tão fundamental para a identificação crítica da significação social da profissão, mas, também, para um agir profissional engajado socialmente.

Nessa perspectiva é possível enfatizar que a historicidade, ou seja, a gênese, a institucionalização e a profissionalização do Serviço Social, são também historicamente determinadas, surgindo como possíveis respostas as necessidades sociais apresentadas na ordem monopólica do capital (NETTO, 2011b). Desta feita, configura-se como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, enquanto especialização do trabalho coletivo que tem como objeto as expressões da questão social atuando diretamente com as políticas sociais enquanto ação mediada pelo Estado e pelo empresariado.

Tal apreensão supera uma visão endógena do Serviço Social ao passo que permite também a separação entre o que configuraria suas protoformas e o que configura a profissão. Essa compreensão só é possível se baseada na teoria social crítica que possibilita uma análise histórica, identificando as determinações macrossociais que permitem perceber sua razão de ser que está para além da aplicação de um suporte científico as ações caritativas e/ou assistencialistas.

Essa compreensão nos permite perceber o quão contraditório é o próprio exercício profissional, permeado por tensões oriundas das relações/lutas de classe, em que as requisições institucionais e as possíveis respostas profissionais se constituem como um desafio constante para os/as assistentes sociais.

Neste sentido, o/a profissional não exerce funções burocráticas de adaptação dos indivíduos a ordem estabelecida, ele/ela também se reconhece enquanto vendedor/a de sua força de trabalho, imerso/a em condições precárias. Portanto, solícito as demandas das classes subalternizadas, coloca-se na luta pela viabilização e defesa dos direitos sociais.

Desse modo, podemos identificar os contributos trazidos pela adesão à teoria social crítica para a apreensão crítica tanto do significado social da profissão quanto do fazer profissional. O suporte dado pelo materialismo dialético permite situar a profissão historicamente, como também reconhecer sua especificidade na divisão social e técnica do trabalho na ordem monopólica do capital. Ademais, trazendo lucidez para os limites próprios de sua atuação, como também dando luz à possibilidade de transformações sociais concretas.

Enfim, as categorias que abordamos concedem uma nova legitimidade à profissão e se configuram como suporte para o exercício profissional, em que diante das demandas cotidianas se faz necessário buscar identificar as mediações ali presentes, como também a materialidade dos fenômenos sociais e a historicidade do desenvolvimento social que exercem sobre aquelas demandas e as esperadas respostas profissionais determinações, limites e possibilidades.

A propósito, fundamentada nesse suporte teórico-metodológico crítico, defendemos a profissão como historicamente determinada e nos propomos a refletir um pouco sobre a gênese e a institucionalização do Serviço Social na ordem monopólica do capital, o que pretendemos fazer a seguir.

2.3 A inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho: uma profissão historicamente situada

Ao longo deste trabalho já referimos inúmeras vezes que a institucionalização e a profissionalização do Serviço Social – sob o jugo da perspectiva crítico-dialética que adotamos – é historicamente determinada. Sendo assim, cabe-nos abordar as interfaces sociais que contribuíram para o processo de gênese dessa profissão.

A fim de facilitar nossa reflexão (porém, de forma alguma pretendendo seguir nem fazer uma abordagem cronológica), gostaríamos de retratar o cerne e, portanto, o objeto central da profissão que é a questão social, para compreendermos como a partir de suas manifestações cotidianas e das necessidades sociais que a produzem e reproduzem, o sistema do capital vai buscando saídas para o seu controle, através das mais diversas estratégias. Abordaremos um pouco sobre a questão social e suas expressões, por considerar que é impossível debater o Serviço Social e, portanto, seu significado social sem antes compreender sua intrínseca ligação com as relações sociais no sistema do capital.

Reiteramos que

a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, **disparidades econômicas**,

políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p. 16, grifo do autor).

Iamamoto (2001) aponta elementos muito importantes para compreendermos bem em que consiste a questão social e como suas expressões denotam as disparidades nos diversos estágios de desenvolvimento capitalista. Além disso, retrata como a inserção da classe operária no cenário político (reivindicando melhorias, lutando contra as desigualdades, exigindo direitos) fez com que a questão social saísse da esfera privada e adentrasse a esfera pública, impondo mecanismos de controle social e de garantia de direitos sociais (mesmo que mínimos e/ou insuficientes).

Por isso, é importante enfatizar que

a questão social nesta perspectiva analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; **tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital** (NETTO, 2001, p. 46, grifo nosso).

Esse aspecto trazido por Netto (2001) é fundamental para que não confundamos o objeto central da atuação do/da assistente social com os problemas sociais, o que acaba remetendo a construção de respostas moralizantes, na individualização e psicologização das demandas e de naturalização da desigualdade social. Essa concepção conservadora acerca da questão social reproduz uma lógica naturalizante ao, por exemplo, defender que a pobreza sempre existiu, assim como a fome, a violência, a desigualdade⁸ etc. e que, portanto, caberia ao Estado, à sociedade civil e algumas profissões ações pontuais que visem amenizar as situações de vulnerabilidade e risco social as quais determinados sujeitos estão expostos seja em maior ou menor grau.

Esse debate nos conduz novamente a refletir sobre a direção que a classe dominante dá e espera da profissão e contrapor a direção social estratégica que o Serviço Social brasileiro adotou hegemonicamente através da aproximação com a teoria social crítica.

⁸ Sobre essa questão Netto (2001) em seu artigo *Cinco notas a propósito da 'questão social'* retrata com propriedade essa diferenciação entre os problemas sociais antes da dominação capitalista e as expressões da questão social próprias do desenvolvimento capitalista.

Entre os mais significativos avanços está exatamente na compreensão de que a questão social (assim como suas expressões) não é constitutiva da sociabilidade humana, mas fruto de certa sociabilidade que se manifesta na relação capital x trabalho e, que está intrinsecamente ligada a uma lógica dentro de um modo de produção em que a exploração do homem pelo homem vence a dimensão da solidariedade humano-genérica e que através dessas relações há consequências reais no cotidiano dos sujeitos que se manifestam das mais diversas formas a depender do estágio de desenvolvimento desse sistema, trazendo sofrimentos conscientes ou inconscientes a maioria daqueles que não detém a apropriação da riqueza por todos produzida.

Aqui se apresenta nitidamente a dimensão política da profissão, quando o/a profissional faz a opção por não mais naturalizar essas expressões da questão social, buscando analisá-las criticamente, opta por se posicionar a favor das classes subalternizadas, ultrapassando uma compreensão assistencialista e moralizante de sua atividade e atuando no sentido de viabilizar e defender direitos humanos e civis, sintonizado com um projeto societário em que a solidariedade – e não a exploração – seja o determinante das relações sociais.

Desse modo, podemos reconhecer que a estratégia de atrelar ao Serviço Social as atividades protoformáticas⁹ e/ou ações educativas de “correção” dos indivíduos, aliando seu significado ao controle social é uma investida das classes dominantes a fim de responder as necessidades sociais manifestadas e manifestantes da questão social no estágio maduro do capital.

Netto (2011b) aponta, nesse sentido, que não há relação direta entre a questão social e o Serviço Social, mas entre a questão social, o estágio monopolista do desenvolvimento capitalista e o Serviço Social, quando defende que “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (NETTOb, 2011, p. 18).

É nesse momento do desenvolvimento capitalista em que as respostas às expressões da questão social deixam de ser um caso de polícia, no sentido de adoção de mecanismos de coerção, pela via da repressão, da violência, do uso da força policial do Estado, e passa a ser caso de política, buscando, além disso, a via

⁹ Netto (2011b) aponta as condutas filantrópicas e assistencialistas enquanto protoformas do Serviço Social.

do consenso, através do uso e legitimação de políticas sociais, de estratégias institucionais de moralização e ordenamento do indivíduos, como por exemplo, a construção curricular e pedagógica das escolas, a normativas jurídicas, o padrão nas relações de gênero e na defesa de determinados valores familiares como naturais etc. Manifesta-se também na institucionalização e legitimação de profissões que possam atuar no sentido de promoção do controle social. Para Netto (2011b, p. 73),

na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional. Donde a relevância da argumentação acima afirmada: **não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas**, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, **independentemente das protoformas**, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho. Trata-se, justamente, do espaço que se engendra na sociedade burguesa quando o monopólio se consolida, no conflituoso processo cujos passos principais esboçamos anteriormente. **É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica.** E só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) **pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura** (grifo nosso).

Neste processo de lutas de classes e de intervenção estatal de caráter tanto coercitivo como coesivo as políticas sociais e, neste sentido, a construção de padrões de proteção social (que variam de acordo com as particularidades) tornam-se uma estratégia pertinente das classes dominantes para enfrentamento das manifestações cotidianas da questão social. As políticas sociais, portanto, se constituirão como campo de atuação dos/das assistentes sociais, que terão as expressões da questão social como objeto central de sua intervenção. Há, desse modo, “um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais e o surgimento dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 13).

Em suma, a profissão configura-se enquanto resposta a determinadas necessidades sociais postas no seio da sociabilidade burguesa que exige ações

organizadas via Estado e mercado diante das múltiplas expressões da questão social cujo enfrentamento deveria ultrapassar as meras ações coercitivas e promoverem coesão social via políticas sociais.

Por isso, reiteramos que a compreensão do significado social da profissão só é possível ao considerarmos as contradições, situando-a historicamente e a inserindo no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Isso “implica em compreender a profissão como um processo, vale dizer, **ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve**” (ABESS, 1996, p. 5).

Daí a necessidade de contextualizar o significado social da profissão e de reconhecer que ele se ressignifica ao passo que a própria sociedade muda. Neste sentido, o significado social do Serviço Social não é imutável nem único, apesar de ser produto de uma determinada lógica num determinado estágio de desenvolvimento da reprodução social no sistema capitalista.

Assim sendo, os significados sociais que a profissão tem e pode vir a ter provenientes das determinações postas nas relações sociais estão todos ligados umbilicalmente a uma mesma fonte que é a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho no modo de produção capitalista como atividade que visa dar respostas a determinadas necessidades sociais que são manifestações e manifestantes da questão social. Ou seja, há uma significação histórica que se desdobra a partir do próprio movimento da história do desenvolvimento capitalista, de suas transformações sociais, seu processo de continuidades e discontinuidades.

É sobre isso que queremos tratar agora.

2.3.1 O significado social da profissão no capitalismo contemporâneo

Considerando os limites dessa produção dissertativa não pretendemos abordar de forma mais aprofundada quais os significados sociais que a profissão na particularidade brasileira vem absorvendo e construindo dadas as transformações societárias provocadas pela crise que o capitalismo vem passando, principalmente pós anos 1970 quando adentra numa crise estrutural para qual ainda não encontrou estratégias efetivas de superação e que se manifestam com ainda mais singularidades quando consideradas as inflexões de suas medidas neoliberais em países latino-americanos como o Brasil.

Na verdade, nosso intuito neste momento é enfatizar quais elementos contribuem para compreensão e identificação do significado social da profissão e seus desdobramentos. Conforme a sociedade vai se desenvolvendo novas determinações e novas necessidades sociais vão surgindo, assim como a questão social vai se manifestando com antigas e novas expressões o que exige das classes dominantes e do Estado novos mecanismos de enfrentamento.

É nesse sentido que defendemos que o significado social da profissão se altera, pois o conjunto de determinações que constituem o sentido social e histórico da profissão na reprodução social sofre as inflexões das transformações societárias.

Um primeiro elemento advém do que as classes sociais demandam da profissão, quais suas requisições e, por conseguinte, como a luta de classes impacta a formatação das políticas sociais no sentido de universalização ou de mercantilização dos direitos sociais, de ampliação ou da focalização do acesso a serviços sociais, na direção que visa à cidadania ou tendo como base as práticas assistencialistas e/ou filantrópicas. Guerra (2019, p. 41), nos adverte que

A razão crítico-dialética [...] desvela os processos sociais o que há para além de sua aparência. Seguramente é esse mesmo procedimento da razão que deve permitir construir novas interpretações sobre a historicidade da profissão e/ou aprofundar as já conhecidas, como modo de resistências aos ataques frontais que temos recebido do pensamento neoconservador [...] o segundo ponto refere-se à **necessidade de conhecer o Serviço Social na contemporaneidade: enfrentar o conhecimento sobre o significado social do Serviço Social na atualidade** (grifo nosso).

Guerra (2019) nos desafia, acertadamente, a pensar mediante as transformações societárias desse tempo histórico qual conduta cabe aos assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, quais necessidades postas nas tramas das relações sociais atuais que demandam da profissão novas respostas e novos desafios. Ademais, pensar em como esse processo tem impactado as exigências de novas atribuições e competências e demandado da profissão novos significados que justificam sua permanência na divisão social e técnica do trabalho.

Netto (2015, p. 424), ao abordar a crise do capital e as suas consequências societárias, nos aponta a “barbárie do capitalismo contemporâneo”¹⁰, indicando como o enfrentamento contemporâneo da questão social em suas velhas e novas expressões tem tomado a direção da **militarização da vida social** através dos

¹⁰ Sobre essa questão indicamos também a leitura de Ivanete Boschetti (2017): *Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social*.

investimentos na indústria bélica e das forças de segurança (tanto públicas quanto privadas), de adesão a um Estado penal (que atua principalmente contra pobres e pretos), de repressão estatal, encarceramento em massa etc.

Além disso, outra forma de enfrentamento apontada pelo citado autor refere-se ao **novo assistencialismo**, oriundo das novas relações estabelecidas entre o Estado, à sociedade civil e o chamado Terceiro Setor, que estabelece uma nova forma de filantropia através de parcerias público-privadas, o investimento em programas emergenciais e compensatórios de transferência de renda, de assistência voltada para tentativa de erradicação da extrema pobreza num “espantoso minimalismo frente a uma ‘questão social’ maximizada” (NETTO, 2015, p. 428). Assim,

A articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie atual. E é no seu marco que, majoritariamente, operam, enquanto profissionais, os assistentes sociais (NETTO, 2015, p. 429).

Atrelados a esses novos impasses estão às mudanças no mercado de trabalho advindos do processo de reestruturação do modo de produção capitalista e sua lógica de flexibilização da produção com o investimento maciço em novas tecnologias e na informatização, na terceirização, nas subcontratações, na valorização do trabalho polivalente e a ampliação da informalidade e do desemprego, como também na flexibilização do saber, da ciência, da razão e da cultura. Ademais, ocorre a desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros, com a hipertrofia das atividades financeiras promovendo a dependência das economias nacionais ao capital financeiro-especulativo e a privatização do patrimônio estatal com a transferência das riquezas públicas para posse privada.

Essas medidas também repercutirão na profissão, desde os espaços sócio-ocupacionais que vão se reconfigurando, novas demandas que vão surgindo, atribuições que remetidas à profissão muitas vezes não são próprias do Serviço Social, mas que são transferidas para os/as assistentes sociais gerando desconfortos e conflitos institucionais. Além disso, o perfil profissional que vai se modificando, as condições de assalariamento muitas vezes precarizadas que torna o

profissional altamente vulnerável, desmotivado, com vínculos empregatícios incertos, baixos salários, desvalorização, etc.

Iamamoto (2001, p. 23) traz outro aspecto importante desse processo que é a sujeição dos direitos sociais às diretrizes do mercado, das políticas sociais às políticas econômicas, de modo que “são as definições orçamentárias – vistas com um dado não passível de questionamento – que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais”.

Nesse sentido, destaca-se um elemento fundamental para o reconhecimento do significado social do Serviço Social nesse estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, que diz respeito às mudanças na forma de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social por parte do Estado e do mercado. Iamamoto (2001) mostra como essas estratégias tem sido tensionadas por projetos societários dicotômicos, entre os que defendem a universalização dos direitos sociais e aqueles que defendem a mercantilização do atendimento às necessidades sociais. Iamamoto (2001, p. 25) comenta que

A universalidade no acesso nos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado. Este ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública, que expressa a luta pelos interesses da coletividade. Projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferencia: não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores [...] **o sentido e resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos**, visto que presididos por **lógicas diferentes**: a do direito privado e do direito público, **alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional** e seu nível de abrangência (grifo nosso).

Essas tensões e a construção de determinadas estratégias que visam responder as necessidades sociais desse momento do desenvolvimento capitalista – vale salientar, marcado por continuidades e descontinuidades, próprios do movimento dialético da história e suas contradições – impactam decisivamente a atividade profissional dos assistentes sociais, impõem uma direção, uma significação, uma funcionalidade a sua atividade.

Até o momento enfatizamos os elementos externos que contribuem para a construção dos significados da profissão. Entretanto, não são apenas os elementos objetivos que são determinantes nesse processo, a profissão também contribui para construção desse significado. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p. 103),

O jogo das forças sociais que reflete a articulação das classes e de suas frações na luta pelo poder e pela hegemonia, **conformando os vários momentos conjunturais e as respostas dadas pela categoria profissional aos novos desafios que lhe são apresentados, nos diferentes momentos históricos.** Essas respostas estão condicionadas pelo nível de desenvolvimento teórico-prático obtido pelo Serviço Social, pelo peso das várias correntes profissionais e políticas existentes no interior dessa instituição, **que conformam diferentes maneiras de interpretar o papel do profissional e da profissão,** presentes em confronto no meio profissional (grifo nosso).

Aqui se estabelece novamente a relação entre as diferentes concepções acerca do Serviço Social e a apreensão de sua significação histórica, reconhecendo que não sendo a mesma coisa, estão intrinsecamente correlatas, assim como estão análogas ao desvelamento do significado sócio-histórico da profissão com a direção social crítica propiciada pela aproximação e apropriação do materialismo histórico-dialético e da teoria social crítica. Além disso, é compreender como a profissão se posiciona frente às demandas dos usuários, as requisições institucionais e as demandas do mercado, como a profissão se posiciona frente às expressões da questão social, qual direção defende para a construção de estratégias profissionais. Pereira (2001, p. 60) adverte que

A questão social constitui um estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista, e o que mais claramente exige definições políticas dos atores em presença. Pois é **perante a esse tipo de questão que atores sociais, incluindo as profissões, vão se posicionar a favor ou contra o seu mérito** e participar da formulação e do controle das respostas políticas que serão dadas a ela nas arenas decisórias, gestoras e executivas. Mas, até chegar a esse ponto, numerosas calamidades sociais que foram naturalizadas precisam sair dessa condição. E, aí, **as profissões de conteúdo social, dentre as quais o Serviço Social, têm que descobrir qual é a sua contribuição e como devem participar de sua problematização** (grifo nosso).

Neste sentido, consideramos importante reiterar dois pontos da nossa reflexão. O primeiro é que o significado social da profissão se constitui no processo de conhecer e reconhecer historicamente as necessidades sociais que fazem com que essa atividade ganhe sentido, seja também necessária, ocupe um espaço na divisão social e técnica do trabalho. Para desvendá-la, portanto, se faz necessário considerar a totalidade social e inseri-la nos processos sociais.

Nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (1996) logo no início da redação a ABEPSS (1996) discorre sobre o significado social da profissão e a importância de pensá-la em meio às transformações societárias que enfrentamos.

Portanto, implica em “**compreender a profissão como um processo** [...] por esta razão é **necessário contextualizar o significado social da profissão**” (ABEPSS 1996, p. 5, grifo nosso).

Por isso, tentamos mesmo que minimamente apontar os principais aspectos que incidem sobre a construção do significado social da profissão neste momento marcado pela reestruturação produtiva do capital. Todavia, o que queremos destacar é a processualidade dessa significação. Esse é o segundo ponto, reiterar que esse significado que é social e é histórico se modifica conforme se alteram as relações sociais, a partir das classes sociais e sua relação com o trabalho e as respostas ofertadas pelo Estado.

Feitas essas considerações talvez fique a seguinte indagação: se esse significado muda qual deles será objeto desse estudo, a apreensão de que tipo de significado será analisada?

Primeiro, é importante elucidar que nossa intenção é compreender como os TCC's apresentam elementos que possibilitam identificar como se dá a apreensão do significado social da profissão. Ou seja, se a situam historicamente, se reconhecem as contradições presentes na profissão (seus limites e possibilidades), se a consideram inserindo-a numa totalidade social, como parte da estratégia do Estado no estágio monopolista do capital para enfrentamento as expressões da questão social.

Além disso, se a reconhecem como atividade inserida na divisão social e técnica do trabalho, enquanto via de resposta a determinadas necessidades sociais, nesse sentido, como uma profissão permeada por contradições próprias das lutas das classes sociais antagônicas. Pretendemos observar, ainda, se nessas produções é adotada a teoria social crítica como chave heurística para análise e compreensão do cotidiano, se reconhecem a dimensão política, interventiva, investigativa e a instrumentalidade do Serviço Social.

Esse é o ponto central da nossa pesquisa, esperamos que o processo de formação acadêmico-profissional deva propiciar aos discentes essa apropriação, deva contribuir para que ao longo de sua formação acadêmica e do amadurecimento teórico e metodológico oriundos desse processo possam desvendar, apreender e reconhecer o significado social da profissão.

É por isso, que adiante gostaríamos de refletir sobre os desafios para uma formação acadêmico-profissional crítica, buscando apontar os avanços e desafios desse processo na particularidade brasileira.

3. A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

O projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) de 1996 (atualmente ABEPSS) constitui um dos principais componentes que imprimem materialidade ao Projeto profissional Ético-Político do Serviço Social, reafirmando a direção social estratégica, a adoção da teoria social crítica e dando espaço ao debate acerca do significado social da profissão.

Tal afirmativa de um processo formativo comprometido socialmente, reflexivo e de base teórico-crítica já se apresentava no interior da profissão quando da construção do Currículo Mínimo aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1982, enquanto resistência acadêmica e política por parte da categoria à Ditadura Militar e ao conservadorismo que marcava hegemonicamente à profissão até então.

No currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado -, o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos. **É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica**, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, **sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão** (IAMAMOTO, 2014b, p. 614, grifo nosso).

Consideramos importante destacar os avanços presentes no Currículo Mínimo de 1982 (apesar das debilidades teóricas que apresentava) no sentido de sua contribuição para o processo hegemônico de intenção de ruptura com os vieses tradicionais e conservadores da profissão, absorvendo, documentando e enfatizando a sua dimensão ética e política, permitindo o aprofundamento desse debate e amadurecimento da profissão, que pôde conseqüentemente corrigir as lacunas identificadas no Currículo de 1982 e avançar no sentido de construir diretrizes que reafirmassem o caráter interventivo, investigativo, ético e político da profissão estendendo essa compreensão para a necessidade de um projeto de formação acadêmica que esteja em consonância com o projeto profissional e societário, antagônico ao das classes dominantes.

De modo que,

Objetivando avançar na discussão e fortalecimento do Serviço Social brasileiro na perspectiva de intenção de ruptura e na busca de superar os equívocos presentes no Currículo Mínimo – tais como: a forte presença do ecletismo teórico, a fragilidade de produção do conhecimento sobre a ética – a profissão, pautada também na concepção de que a Formação Profissional deve ser compreendida como processo continuado que acompanhe o movimento dinâmico, contraditório e dialético da sociabilidade capitalista, iniciou o novo processo de revisão curricular, resultando nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 106).

Assim sendo, compreendemos também a processualidade da construção, no interior da profissão, das bases necessárias para sustentação do projeto de formação presente nas DC/1996, e a necessidade de sua contínua reafirmação. Principalmente, ao reconhecer que a construção hegemônica de um projeto de formação profissional ético-político¹¹ alicerçado na teoria social crítica permite uma apreensão histórica e metodológica do Serviço Social e subsidiam uma prática que não seja apenas interventiva mais também investigativa em que o profissional esteja apto a identificar as contradições e mediações presentes em suas demandas, requisições, competências e em suas respostas profissionais reconhecendo a significação histórica de sua atuação. Para Iamamoto (2015, p. 50),

Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2015, p. 50).

O projeto de formação profissional crítico, em particular no campo acadêmico, enfrenta inúmeros desafios conjunturais. Primeiro, pela particularidade da configuração da sociedade brasileira marcada por “suas heranças do passado” (IAMAMOTO, 2015, p. 198) e aversão a pautas revolucionárias e crítico-dialéticas.

Neste sentido, destacamos a intrínseca relação entre a profissão, a particularidade brasileira e a construção do projeto profissional e de formação em Serviço Social no país, que a partir de sua tentativa de ruptura com os seus vieses tradicionais e conservadores, adota e defende sua dimensão ética, política e crítico-dialética.

¹¹ Termo utilizado por Ricardo Silvestre Silva (2010) para retratar a correlação entre o projeto profissional e o projeto de formação acadêmico-profissional, mesmo que representem categorias distintas, ambos estão amparados numa dimensão ético-política.

Acreditamos que a inserção da formação em Serviço Social no âmbito universitário na década de 1970 fortaleceu esse processo de ruptura, principalmente, pelo afloramento de assistentes sociais pesquisadores, produtores de conhecimento e de intelectuais pensando a própria profissão.

Reiteramos o posicionamento de Netto (1998) quando defende os contributos da produção científica no/do Serviço Social como determinantes para o processo de amadurecimento intelectual e engajamento social do Serviço Social brasileiro. A nosso ver, nesse momento, cabe destacar algumas obras advindas dessa inserção e que são imprescindíveis para o debate do significado social da profissão. E por que isso é importante?

Ora, basta-nos pensar sobre a gênese da profissão na particularidade brasileira, em que suas escolas de formação foram significativamente influenciadas pelo Serviço Social europeu e pelos valores morais e éticos da filosofia cristã católica. Nesse sentido, surge como profissão eminentemente intervencionista, cujos agentes tinham como missão assistir os indivíduos em condições econômicas limitantes e em seu comportamento social e moral.

Mesmo quando se buscou aprimorar o arcabouço teórico e prático do Serviço Social brasileiro nos deparamos com uma forte influência norte-americana que reafirmou o conservadorismo e direcionou a profissão para a individualização e subjetivação dos problemas sociais, propondo respostas imediatistas, fragmentadas, assistencialistas e moralizantes aos profissionais, reafirmando o objetivo último de controle social e tendo para sua sustentação a influência das correntes funcionalistas, positivistas e da psicanálise.

Iamamoto e Carvalho (2011) em sua obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, abordam a profissão entre os anos 1930-1960 detalhando brilhantemente as bases para a implantação do Serviço Social no Brasil tendo como objetivo central “**desvendar o significado social** dessa instituição e das práticas desenvolvidas em seu âmbito, por agentes especialmente qualificados: os Assistentes Sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 19).

Tendo sua primeira edição publicada em 1982, essa obra é um marco para o Serviço Social brasileiro, por estar imersa num contexto de muitos embates teóricos em torno da história do Serviço Social e em que diferentes concepções da profissão

buscavam dar explicações endógenas, a referida obra, traz uma análise social-crítica que permite pensar a profissão para além de seus muros.

O foco no **significado social da profissão** na sociedade capitalista rompe com o padrão endógeno, então predominante nas interpretações da profissão. Indaga sobre a **sua necessidade social, seus efeitos na sociedade e as mediações sociais por meio das quais se realiza** (IAMAMOTO, 2014a, p. 254, grifo nosso).

Para tanto, a obra faz uma abordagem histórica, teórica e metodológica da profissão com base na perspectiva crítico-dialética trazendo o debate da questão social, das protoformas do Serviço Social, dos significados dos serviços sociais e das instituições assistenciais e debatendo categorias importantes da teoria social crítica e seus subsídios para pensar a profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais amplas e contraditórias.

Reiteramos que um dos principais avanços trazidos por essa obra é a adoção da teoria social crítica como caminho analítico. Esse é um aspecto cujo destaque é assertivamente, amplamente e reiteradamente trazido no interior da profissão, mas há outro aspecto que nem sempre recebe o mesmo destaque e, que está diretamente correlato a nossa discussão, trata-se do fato de uma obra tão densa e rica ter sido realizada por uma assistente social pesquisadora em colaboração com um historiador e fruto de um significativo processo de construção intelectual. Ou seja, é uma assistente social pensando a própria profissão, realizando pesquisa e possibilitando outro olhar pra atividade profissional e para o desvelamento do seu significado sócio-histórico.

Pensando nas últimas décadas do século XX no Brasil e todo o turbilhão de acontecimentos dentro e fora da profissão, ver assistentes sociais produzindo conhecimento é um feito extraordinário que está intrinsecamente ligado à inserção da profissão no âmbito acadêmico e de pós-graduação. Fato que outro autor em outra obra imprescindível para pensar a profissão no Brasil retrata de forma magistral, referimo-nos a obra *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* do José Paulo Netto.

Nesta obra lançada em 1990, Netto produziu também através de inúmeras pesquisas no âmbito de seu processo de doutoramento¹² reflexões acerca da

¹² Vale destacar que esse processo culminou com a produção de uma segunda obra, fruto do primeiro capítulo de sua tese de doutorado, intitulada *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* sua leitura é

profissão no período em que o país estava dominado por um regime ditatorial, o qual ele denomina também de autocracia burguesa. Essa obra retrata o contexto social pós-golpe de 1964 e todas as transformações pelas quais passara a profissão nesse momento histórico.

Não poderíamos deixar de destacar a forma como autor retrata o movimento de “Renovação do Serviço Social brasileiro” que se entrelaça com o processo de “Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano”, apontando três vertentes que propuseram e promoveram transformações substanciais no interior da profissão e que culminaria com adoção majoritária da direção social crítica, sendo elas: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, destacando essa última como decisiva para compreensão crítica que temos da profissão e do seu significado social.

é notável na emergência e nos primeiros desenvolvimentos da perspectiva considerada: a **sua vinculação à universidade** (traço, aliás, encontrável em manifestações renovadoras latino-americanas). A importância da efetiva **inserção dos cursos de Serviço Social no circuito acadêmico** – mais exatamente: a inscrição da formação (graduação e pós-graduação) do assistente social no âmbito universitário – foi avaliada por nós como **um dos vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão no Brasil** [...] um exame mais cuidadoso das várias vertentes indica, sem deixar margem a dúvidas, que nenhuma delas **vinculou-se tão umbilicalmente à universidade como a da intenção de ruptura** (NETTO, 2011a, p. 249, grifo nosso).

Ou seja, é no espaço de debate e formação universitária que a vertente de intenção de ruptura da profissão se gesta e se consolida espalhando-se para a categoria profissional, contando com o engajamento e adesão dos profissionais ocupantes dos mais diversos espaços sócio-ocupacionais que se opunham aos desmandos do regime ditatorial e a concepção tradicional-conservadora da profissão.

é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis (NETTO, 2011a, p. 248).

Não é a toa que Netto (2011a) aponta esse momento como crucial para o amadurecimento intelectual da profissão e seu decisivo compromisso ético-político. Nesse sentido, a aproximação com as Ciências Sociais e Humanas permitiu a profissão alcançar sua maioria intelectual e se consolidar enquanto área de produção de conhecimento.

A maioria intelectual também vem repercutindo na ampliação do exercício profissional, por meio de uma ativa participação na formação de uma massa crítica [...] entendemos que o processo de maioria intelectual do Serviço Social contribui para enfrentar as transformações societárias em curso e no âmbito específico da profissão nas esferas da pesquisa, da formação e do exercício profissional, apreendendo as mediações no desenvolvimento dos seus objetos de intervenção e imprimindo-lhes o estatuto de objetos de conhecimento (SILVA; MATIAS; NOBREGA, 2018, p. 112).

Mesmo considerando o adendo feito por Mota (2013, p. 24) de que há uma “distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área de conhecimento e profissão, voltada para a intervenção direta na realidade” gostaríamos de reiterar os inúmeros avanços oriundos da inserção do Serviço Social no espaço universitário, possibilitando uma formação acadêmico-profissional crítica e uma atuação profissional mais qualificada e propositiva.

Principalmente, por promover uma reflexão não apenas voltada para a dimensão técnico-instrumental, mas também para uma abordagem teórica e metodológica do fazer profissional, formando profissionais com capacidade interventiva e investigativa, propondo que o/a assistente social também seja um pesquisador do seu cotidiano, que problematize suas demandas, que construa estratégias de intervenção, concebendo a realidade concreta com olhar crítico e apurado teoricamente, estabelecendo as devidas conexões entre a teoria e a prática, entre as condições objetivas e subjetivas, ou seja, reconhecendo a instrumentalidade¹³ enquanto capacidade e propriedade constitutiva da profissão que se constrói e reconstrói ao longo da história.

¹³ Vale destacar que esse rico debate acerca da instrumentalidade ganha destaque na obra de Yolanda Guerra intitulada *A instrumentalidade do Serviço Social*. Tendo sua primeira edição publicada em 1995, essa produção apresenta a pesquisa que a autora realizou ao longo de seu mestrado e que culminou na construção de sua dissertação e, por conseguinte, em livro publicado. Seu debate em torno da instrumentalidade traz avanços imprescindíveis para pensar a profissão não apenas fixada no uso de instrumentos e técnicas, mas pensá-la teleologicamente, criticamente, profundamente. Essa obra tornou-se, portanto, fundamental para pensar a profissão, o fazer profissional e também seu o significado sócio-histórico.

Nessa concepção de relação teoria e prática como unidade do diverso, a escolha dos meios (o método, as técnicas e os instrumentos) a serem utilizados pelo profissional e das mediações que ele deverá acionar na sua intervenção se dará em função das suas finalidades e os instrumentos e técnicas serão estabelecidos no interior do projeto profissional. **Se, de um lado, é a razão de conhecer a profissão, a racionalidade dialética que possibilita ao assistente social uma ação mais crítica, de outro, é a instrumentalidade do Serviço Social que lhe garante a sobrevivência e lhe permite ampliar as tarefas meramente rotineiras e instrumentais para as quais o assistente social é contratado [...]** Se o conhecimento sobre a realidade não muda a realidade, a falta de um conhecimento sobre a realidade, a ausência de referências teórico-metodológicas, a inexistência de um projeto profissional que se conecte com os projetos sociais mais progressistas também impedem ou dificultam uma intervenção profissional que se oriente para a ruptura com o conservadorismo na profissão (GUERRA, 2002, p. 16, grifo nosso).

Reiteramos o posicionamento de Guerra (2002) ao considerar que a intervenção profissional crítica que rompe com o conservadorismo está diretamente relacionada à compreensão também crítica da profissão, de sua utilidade, demandas, requisições, competências, das necessidades sociais as quais responde e, portanto, sua relação com as classes sociais e o Estado, inserida numa totalidade social.

Essa compreensão da profissão no Brasil é fruto do seu amadurecimento intelectual, seu engajamento sócio-político, sua intenção de ruptura majoritária com o tradicionalismo-conservadorismo e com adoção da teoria social crítica, esse processo não aconteceria, entre outros fatores, sem a inserção da profissão no âmbito acadêmico e todas as transformações daí derivadas.

É exatamente esse aspecto que desejamos enfatizar: como o processo formativo-acadêmico não se aparta do fazer profissional. Há, neste sentido, uma conexão entre academia e a atuação nos espaços sócio-ocupacionais, entre a teoria e a prática, entre o significado social e o cotidiano profissional e suas inúmeras contradições.

Parece-nos óbvio considerar que não há nenhuma ameaça de que a formação em Serviço Social deixe de ser acadêmica. Isso nos faz ratificar a importância de ver o processo formativo como estratégia para apreensão do significado social da profissão, seus fundamentos e sua direção social, caminho, portanto, de reafirmação e concretização do PEP.

Mesmo sendo as décadas de 1980/1990 marcadas, como afirma Netto (1998), por um avanço significativo da produção científica que visava à consolidação de uma nova legitimidade para a profissão, objetivando romper com o

conservadorismo, ao mesmo tempo culminou por “gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir” (NETTO, 1996, p. 116).

Na particularidade brasileira essa hegemonia política do capital se adensa ao ideário neoliberal aprofundando a desigualdade social e a aversão à universalização dos direitos sociais. Além disso, se manifesta enquanto ofensiva contra a classe trabalhadora e contra as forças progressistas. Para tanto, promove a satanização de qualquer referência que tenha como base a perspectiva marxista crítica. Ou seja, perpassa as práticas políticas, econômicas, ideológicas e culturais.

Sabemos que a partir da década de 1970, segundo Harvey (2011), a crise do sistema capitalista trouxe mudanças nos mais diversos âmbitos da sociabilidade humana. O ideário neoliberal no âmbito político-econômico e as perspectivas antimodernas, pós-modernas e seus desdobramentos no campo ideocultural subsidiaram a defesa de uma forma de compreensão ôntica do real, em detrimento da desvalorização das metanarrativas como a teoria social crítica e, por conseguinte, o materialismo histórico-dialético.

Decerto, considerando a particularidade brasileira, essas inflexões somam-se aos traços que acompanham a nossa formação social e que se enraizaram no imaginário coletivo e nas relações sociais. Algumas dessas peculiaridades são apontadas por Octavio Ianni (2004) ao refletir sobre a constituição de um “Brasil moderno”, mas que em seu movimento histórico não rompeu, pelo contrário, arrastou estruturalmente as marcas do passado, prosseguindo com o predomínio do patrimonialismo, do patriarcalismo, o fascínio pelas ideias e soluções estrangeiras, o predomínio do privatismo sobre o espírito público, atreladas as heranças oriundas do escravismo, autoritarismo, coronelismo e clientelismo.

Ora é preciso pensar o acesso à educação e a qualidade do ensino num país marcadamente desigual, cujo processo de modernização se deu de forma “conservadora e pelo alto” (MAZZEO, 1988), que arrasta estruturalmente as heranças de longos anos de relações escravagistas e em que desigualdade social e a lógica do privado prevalece; adensadas, neste tempo histórico, pelo ideário neoliberal que na defesa de modernização e desburocratização do Estado propõe uma série de medidas que favorecem a mercantilização, privatização e a financeirização das políticas públicas e sociais, e neste sentido, também do acesso à educação.

No intento de expandir o acesso à educação superior no Brasil, o que temos assistido é um processo de inserção e investimentos do mercado nessa área, estimulado por diretrizes e orientações dos organismos internacionais e por reformas e contrarreformas implementadas por governos liberais/neoliberais no país. Faria e Avelar (2020, p. 135) destacam que

No Brasil, as múltiplas alterações e desregulamentação na legislação educacional são contrarreformas com a finalidade de derrubar barreiras constitucionais, jurídicas e sociais e, ao mesmo tempo, criar condições legais e institucionais para a expansão de uma educação superior privada e mercantil, de venda massificada de um ensino sem pesquisa e extensão, desprovido de abordagens e dimensões educativas múltiplas e existentes no ato formativo e de aprendizagem (FARIA; AVELAR, 2020, p. 135).

A política de educação superior tem favorecido uma formação fragmentada e aligeirada, a lógica de mercado tem incisivamente incutido um direcionamento de formação tecnicista, conservadora, em que prevalece a lógica da competitividade e da formação voltada especificamente para o mercado de trabalho, numa progressiva desvalorização da pesquisa e extensão, com significativos investimentos no ensino a distância e na desqualificação do ensino público.

Esses elementos favorecem um processo formativo acrítico em que a educação superior perde seu caráter reflexivo e adere à objetividade e a operacionalidade, atribuindo à educação superior princípios da pedagogia tecnicista¹⁴. Neste sentido, descaracteriza-se o tripé pesquisa-ensino-extensão, promovendo um ensino pragmático, fragmentado e mecânico. Valoriza-se a educação numa conotação empreendedora, tornando um serviço oferecido pelo mercado e um investimento pessoal ao passo que se dissemina a ideia de ascensão meritocrática e de sucesso individual.

Essa lógica mercantilizada e individualista apartada das mediações e determinações sistêmicas, que desresponsabiliza o Estado pelo acesso igualitário à educação, que reserva ao campo jurídico-formal a ideia de educação enquanto direito social ao passo que favorece os investimentos do setor privado e o desfinanciamento das instituições públicas, serve aos interesses do mercado

¹⁴ Dermeval Saviani (2011) define como pedagogia tecnicista a influência tecnicista que se impõem na década de 1970, no Brasil, momento em que o “regime militar tenta implantar uma orientação pedagógica inspirada na assessoria americana, através dos acordos MEC-USAID, centrada nas ideias de *racionalidade, eficiência e produtividade*, que são as características básicas da chamada pedagogia tecnicista”. (SAVIANE, 2011, p. 77). Com os governos neoliberais que se seguem podemos perceber que essa influência se intensifica também no ensino superior.

financeiro, aprofundando a desigualdade social. Nessa diretiva, não há uma busca por um processo educativo emancipatório, a educação tornar-se também uma mercadoria, cujo único fim é corresponder às expectativas do mercado e gerar lucro.

Essas tendências repercutem no Serviço Social trazendo novos desafios para manutenção hegemônica de uma formação acadêmica-profissional crítica. Iniciamos este capítulo enfatizando os avanços impetrados pela inserção da formação em Serviço Social na academia. Destacamos o amadurecimento intelectual da profissão advindo desse processo, como também, o seu engajamento coletivo mediante as circunstâncias pelas quais passara o país naquele momento. Essa inserção propiciou o desenvolvimento de pesquisas qualificadas e da produção de conhecimento por parte dos assistentes sociais.

Contudo, esses avanços não foram conquistados sem tensionamentos no interior da profissão e fora dela. O espaço acadêmico é também permeado por disputas ideológicas, políticas, pedagógicas, institucionais, etc. Decerto, exigindo, nesse tempo histórico, a reafirmação dos avanços alcançados pela profissão trazidos pela adoção à teoria social crítica e na defesa de uma educação laica, pública e de qualidade. Ademais, torna imprescindível a atitude de

recusar os modismos tecnicistas e pragmáticos na formação e no trabalho profissional e defender firmemente o trabalho como espaço de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, direitos entendidos como mediação para acumular forças, para fortalecer as lutas universais pela libertação das relações mercantis. No âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético-Político é mais necessário do que nunca, pois não podemos recuar diante da ofensiva conservadora e retroceder nas conquistas alcançadas por tantas gerações (BOSCHETTI, 2015, p. 650).

É sobre esses avanços conquistados no interior da profissão que pretendemos abordar de maneira mais aprofundada a seguir. A nosso ver é importante enfatizar como as Diretrizes Curriculares de 1996 contribuem significativamente enquanto marco legal para a legitimação de um projeto de formação ético e político que propicia a apreensão do significado social do Serviço Social e para a defesa da adoção da direção social estratégica e de uma formação qualificada, crítica, reflexiva, que possibilite o desenvolvimento das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política enquanto uma unidade.

3.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais/1996 para os cursos de Serviço Social: reafirmar para não retroceder

As Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996 para os cursos de Serviço Social são uma das expressões de uma nova legitimidade para a profissão oriunda do processo de intenção de ruptura com o conservadorismo/tradicionalismo do Serviço Social brasileiro e propõe, entre outros marcos legais, uma formação crítica, ética e política.

O documento intitulado *Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos subsídios para o debate* foi fruto de ampla discussão no interior das instituições representativas do Serviço Social brasileiro. Para sua construção foram realizadas entre 1994 a 1996 “aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 (sessenta e sete) Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e 02 (duas) nacionais” (ABESS, 1996, p. 3), contando com a participação de membros da ABESS, do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), do CFESS e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que juntamente com um grupo de consultores conduziu a elaboração do referido documento que foi aprovado em Assembleia Geral da ABESS, realizada entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996 no Rio de Janeiro. Com base neste documento foi enviada a proposta de redação das diretrizes curriculares para apreciação do Conselho Nacional de Educação e assim conseguinte validação.

Inicialmente o documento apresenta o debate em torno dos pressupostos da formação profissional, destacando que “um marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão” (ABEPSS, 1996, p. 5). Aponta, neste sentido, aspectos fundamentais para sua compreensão, como: sua historicidade, processualidade, especificidade inserida em processos de trabalho, suas contradições e o quanto as relações entre as classes e o Estado interferem e demandam da profissão antigas e novas competências e atribuições, como também a construção de um novo perfil profissional.

Uma das questões que destacamos na sua redação inicial, e aqui queremos colocar novamente, por considerarmos um ponto chave para nossa reflexão, é a processualidade da profissão, ou seja, o Serviço Social não é uma profissão

acabada, antes, é contraditória e está imersa em um amplo complexo de complexos contraditórios.

Ao passo que o referido documento aponta o avanço desse debate ao longo dos anos 80 defende que “é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir” (ABEPSS, 1996, p. 5). Trouxemos esse trecho para o debate no intuito de enfatizar a importância da compreensão do significado social da profissão para formação tanto acadêmica, quanto profissional. É a construção e a apreensão, portanto, daquilo que somos e do impacto social do que fazemos, assim sendo, do sentido histórico desta atividade na divisão social e técnica do trabalho.

Por isso, não é um debate simples, principalmente considerando a particularidade brasileira em que a própria profissão através de inúmeras frentes de luta – social, acadêmica, política, coletiva, jurídica, etc. – adotou hegemonicamente uma direção voltada para a defesa da cidadania, da democracia, da viabilização de direitos sociais, da emancipação humana e na defesa das classes subalternizadas.

Neste contexto, o debate se torna ainda mais complexo se considerarmos as demandas das instituições (que esperam dos profissionais determinadas e delimitadas respostas), as demandas dos usuários (que anseiam por amplas respostas) e ainda as demandas da própria profissão, – considerando seu marco legal, diretrizes, subsídios, resoluções, produção do conhecimento, fundamentos, etc. O que acaba gerando a expectativa de que seus profissionais tenham uma atuação condizente com a direção hegemônica, oferecendo assim respostas técnicas, éticas, políticas, reflexivas e qualificadas.

Além disso, temos a própria imagem produzida e reproduzida no senso comum e nas instituições do que é o Serviço Social e, vale salientar, que nem sempre corresponde ao que realmente é, atrelando suas dimensões protoformáticas à razão de ser da profissão¹⁵.

O que queremos destacar é que acertadamente a ABEPSS apontou no debate que antecedeu a elaboração das citadas diretrizes a necessidade de refletir

¹⁵ Esse debate nos remete as reflexões de Netto em sua obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* quando nos aponta que no processo de operacionalização cria-se o “anel de ferro que aprisiona a profissão: cortando com as práticas das suas protoformas, não se legitima socialmente por resultantes muito diversas. A sua prática, orientada por um sistema de saber e inserida institucionalmente no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho, não vai muito além de práticas sem estes atributos” (NETTO, 2011b, p. 103).

sobre o significado social da profissão, considerando as transformações societárias impetradas pela reestruturação produtiva no “sistema de capitalismo tardio” (MANDEL, 1982), pela reforma do Estado, e pelas novas formas de enfrentamento a questão social, inclusive na “alteração das relações sociais entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais” (ABEPSS, 1996, p. 5), reconhecendo que esses fatores reverberam no mercado de trabalho e na própria formação dos profissionais que estarão adentrando os mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Esse convite da ABEPSS feito na década de 1990 continua atualíssimo. É fundamental, portanto, pensar o significado social do Serviço Social nesse novo milênio, em que essas transformações societárias colocadas em prática a partir da década de 1970 trouxeram demandas e inflexões significativas para a profissão e para os/as profissionais, enquanto pertencentes à classe trabalhadora. Para Faria; Avelar (2020, p. 132),

Diante da importância inegável das Diretrizes Curriculares para a formação profissional de assistentes sociais no Brasil e os desafios postos pela expansão mercantil da educação, é mister **aprofundar, renovar e avançar** nas investigações e teorização dos **fundamentos norteadores da análise do significado social e histórico da profissão** inserida na divisão social e técnica do trabalho (FARIA; AVELAR, 2020, p. 132, grifo nosso).

Apesar do debate do significado social da profissão na contemporaneidade estar totalmente imerso nas reflexões que estamos pontuando, nosso intento neste momento é destacar os avanços trazidos pelas Diretrizes Curriculares de 1996 à formação acadêmico-profissional em Serviço Social e como apresenta o debate em torno do significado social da profissão. Desse modo voltemos ao foco da nossa discussão.

Assim sendo, gostaríamos de destacar um avanço imprescindível trazido tanto na proposta curricular quanto na redação dessas Diretrizes Curriculares que é o reconhecimento da relação direta entre as expressões da questão social – posta como fundamento básico e objeto central – e o Serviço Social enquanto profissão.

Essa construção coletiva possibilitou que na Resolução 15 de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, o perfil dos formandos fosse assim definido:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa

e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (CSE, 2013).

Esse marco normativo é uma grande conquista por defender e legitimar o caráter interventivo e propositivo da profissão, para que, assim, os/as profissionais não sejam considerados/as como meros “executores terminais das políticas sociais” (NETTO, 2011b, p. 74), mas também sejam formados/as para atuar na sua elaboração, gestão, implementação e ampliação.

Além disso, fica registrado o direcionamento estratégico da formação e da profissão no sentido de viabilizarem o acesso aos direitos sociais e a atuação voltada às demandas dos usuários, desenvolvendo as capacidades necessárias para o estabelecimento de estratégias em meio aos desafios cotidianos. Segundo Moreira e Caputi (2016, p. 108),

Entendendo o significado social da profissão e que esta intervém no âmbito da questão social, tem-se, como requisição para o Serviço Social, um/a profissional generalista, na perspectiva de totalidade da realidade social, para que tenha condições teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de atuar nas diversas expressões da questão social, formulando respostas profissionais que possibilitem a construção de mediações, com vistas ao enfrentamento das demandas apresentadas (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 108).

Para tanto, a formulação para as DC/1996 apresenta como princípios fundamentais para a formação acadêmico-profissional a necessidade de flexibilizar a organização dos currículos plenos, abrindo espaço para a construção curricular a partir de seminários temáticos, oficinas, atividades complementares, disciplinas ou componentes curriculares propondo, desse modo, um currículo mais dinâmico e menos enrijecido; reafirma a adoção da teoria social crítica que permite um qualificado trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e dos fenômenos sociais, reconhecendo-os enquanto manifestações de uma totalidade social, buscando identificá-los em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

Desta feita, apoia a superação da fragmentação de conteúdos visando à construção de uma formação em que as disciplinas e/ou os componentes curriculares promovam uma formação integral, conexa e contínua. Conforme lamamoto (2015, p. 57),

a ABESS, na formulação de sua proposta de currículo mínimo, reconhece ser a investigação e a capacitação continuada dos profissionais e professores requisitos indispensáveis para a qualificação de Assistentes Sociais conciliados com os novos tempos (IAMAMOTO, 2015, p. 57).

Além disso, o documento enfatiza como princípio fundamental e condição central da formação profissional o estabelecimento da dimensão investigativa e interventiva do Serviço Social, trazendo a conexão imprescindível entre a teoria e a prática, entre a formação acadêmica e o exercício profissional, e a importância do desenvolvimento das três competências que permitem o reconhecimento da profissão e uma atuação condizente com o projeto profissional, sendo elas: a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Ademais, traz a defesa do padrão de desempenho e qualidade idênticos para os cursos diurnos e noturnos, o caráter interdisciplinar do processo formativo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o exercício do pluralismo, expõem a ética enquanto princípio formativo que perpassa todo o currículo e a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Aqui já identificamos algumas estratégias que demarcam uma posição de reafirmação da direção social hegemônica da profissão e de resistência das entidades representativas às inflexões neoliberais sobre a política de educação superior, apesar de questões, presentes no referido documento, terem sido modificadas e/ou desconsideradas no documento aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), pois

A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais [...] o texto legal **das diretrizes curriculares**, homologadas em 4/7/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC-SESU, 1999), **sofre forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social**. Assim, por exemplo, **no perfil do bacharel em Serviço Social** constava 'profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social, o que foi substituído por "utilização dos recursos da informática" (IAMAMOTO, 2014b, p. 616, grifo do autor).

É importante destacar que a proposta coletiva para as Diretrizes Curriculares de 1996 reafirma e defende a dimensão crítica da formação profissional. Essa dimensão permite uma apreensão histórica e metodológica do Serviço Social, buscando identificar as particularidades da formação socioeconômica brasileira e sua relação com a gênese e a institucionalização da profissão no cenário nacional e,

neste sentido, suas conexões com a conjuntura latino-americana e mundial. Defende um exercício profissional fundamentado, investigativo, propositivo, maduro e consistente, o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as demandas institucionais e elaboração de respostas profissionais estratégicas. Para Iamamoto (2014, p. 621),

A compreensão acerca dos **fundamentos do Serviço Social** é informada pela perspectiva da **totalidade histórica**. Parte do pressuposto de que a **história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento**. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, **elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado -, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão** (IAMAMOTO, 2014b, p. 621, grifo da autora).

O debate do significado social da profissão perpassa os três núcleos de fundamentação do currículo mínimo. O primeiro refere-se ao núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social. Este núcleo é responsável pelo reconhecimento do ser social em sua totalidade histórica, apresentando o trabalho enquanto categoria ontológica central para a compreensão do processo de complexificação da reprodução da vida social e da dinâmica da sociabilidade burguesa.

Neste sentido, há uma decifração do ser social historicamente situado e relacionado com o desenvolvimento das forças produtivas. Nesse processo, o conhecimento também é compreendido como uma expressão da capacidade humana de absorver, representar, explicar e apreender a vida a partir da produção e reprodução das relações sociais.

Essas categorias são fundamentais para o desvelamento crítico do seu significado social, pois possibilitam reconhecê-la no emaranhado de mediações sócio-históricas. Desse modo, a profissão é marcadamente inserida na reprodução da sociabilidade burguesa e suas contradições. A atuação do/da assistente social é reconhecida como parte da divisão social e técnica do trabalho, portanto, imersa na trama das forças sociais antagônicas.

Assim sendo, reconhecer a categoria trabalho como central para a compreensão do ser social é fundamental para compreender o surgimento da profissão, situando-a historicamente e inserindo-a no processo de reprodução social.

O segundo núcleo refere-se aos fundamentos da Formação Sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete ao conhecimento da particularidade do desenvolvimento da sociedade burguesa no país enquanto uma nação sul-americana, periférica e dependente. Desse modo, registra a importância de identificar as nuances da gênese e institucionalização da profissão no Brasil, sua relação com os projetos econômicos, sociais e culturais postos pela agenda política nacional. Reafirma, portanto, a necessidade de compreender:

o significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também a compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas". (ABESS, 1996, p.11)

O terceiro núcleo refere-se aos Fundamentos do Trabalho Profissional destacando que para compreender a ação profissional é preciso

considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho (ABESS, 1996, p. 12).

Tal reconhecimento permite perceber a complexidade da profissão. Com essa decodificação crítica da realidade o profissional pode estabelecer estratégias de atuação, dar mais qualidade as suas respostas, ter consciência dos seus limites em dar resolutividade às demandas, ao passo que reconhece um campo de possibilidades presentes em seu cotidiano institucional.

É neste sentido que defendemos o processo formativo acadêmico como fundamental para possibilitar o reconhecimento do significado sócio-histórico da profissão, apreensão que permitirá um fazer profissional mais maduro, qualificado e condizente com o projeto profissional vigente.

Depois de trazer o debate acerca dos núcleos as Diretrizes Curriculares/1996 elencam as matérias básicas para os cursos como também as atividades indispensáveis integradoras do currículo que são: o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), este definido como "um momento de

síntese e expressão da totalidade da formação profissional” (ABESS, 1996, 19). Portanto, uma exigência curricular obrigatória para obtenção do diploma.

Assim sendo, compreendemos que os TCC's são produções que contêm um rico acervo que pode nos oferecer subsídios para análise, dentre inúmeras temáticas possíveis, da apreensão do significado social da profissão ao longo da formação acadêmico-profissional em nível de graduação.

Neste sentido, essa produção acadêmica traduz e expressa à realidade do seu tempo histórico, do projeto de formação hegemônico, das vertentes teórico-metodológicas predominantes, de como ao longo do processo formativo o discente foi percebendo e apreendendo a significação da profissão que escolheu exercer. Reconhecemos, entretanto, que os TCC's não expressam totalmente a opinião sobre essas questões.

Contudo, reiteramos que trazem aspectos e sinais importantes para compreendermos como as conquistas legais impetradas pela profissão se materializam (ou não) durante a formação acadêmica, apontando assim o estabelecimento de estratégias que possibilitem também demarcar avanços concretos, saindo do campo das conquistas do marco legal para ceara da construção de bases que legitimam e reafirmam essas conquistas.

A dimensão formativa referenciada nas Diretrizes Básicas da Formação Profissional dos Assistentes Sociais brasileiros tem, dentre seus princípios organizativos, a articulação orgânica entre a dimensão interventiva e a dimensão investigativa. Para tanto, um conjunto de conhecimentos, competências, saberes práticos e interventivos, habilidades e valores se coloca, no sentido de serem desenvolvidos do ponto de vista prático-profissional, visando à inserção do assistente social no mercado de trabalho. Dentre essas habilidades estão: **a compreensão do significado social e histórico da profissão no contexto das transformações societárias, apreendendo como na particularidade socioprofissional incidem tais transformações**; o desenvolvimento sócio-histórico da profissão, tendo em vista os contextos e conjunturas nacionais e internacionais; a identificação das demandas e requisições socioprofissionais e políticas, distinguindo-as entre **demandas institucionais, do usuário e da profissão**, a formulação de **respostas profissionais de conteúdo crítico** [...] a capacidade de propor, formular, executar e avaliar programas, projetos e políticas sociais na área social, identificando seus limites e possibilidades concretas, a capacidade de contribuir para a organização e mobilização dos usuários; a realização de pesquisas que subsidiem a formulação de indicadores, de políticas sociais, e qualifiquem a intervenção profissional, a competência para desenvolver atividades de supervisão, assessoria e consultoria [...] **Com base nesses conhecimentos e capacidades, pode-se avaliar a importância da dimensão formativa num contexto de aligeiramento da educação** (GUERRA, 2017, p. 66, grifo nosso).

Essa dimensão formativa que atravessa a academia e o exercício profissional contempla a integralidade da profissão, seu sentido, significado, instrumentalidade, intervenção, racionalidade, capacidade interventiva, reflexiva, propositiva, intelectual, cultural e operativa. Por isso, pensar a formação acadêmico-profissional é tão importante. Porém, mas que refletir sobre essa dimensão é fundamental atender e incidir concretamente sobre sua base organizativa. Ou seja, é preciso trazer o debate e as proposições presentes nas DC/1996 e no marco legal existente para a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, uma atividade que detém tempo e trabalho, mas que é fundamental para esquematizar, organizar e respaldar a base curricular dos cursos de Serviço Social reafirmando os avanços teóricos, metodológicos e pedagógicos que as DC/1996 trouxeram.

Considerando tais aspectos e tendo refletido sobre os avanços trazidos pelas DC para a formação em Serviço Social no Brasil, consideramos importante abordar a seguir as particularidades do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UEPB sistematizado a partir de um amplo debate da comunidade acadêmica, aprovado e implementado pela instituição no ano de 1999, buscando também identificar como esse documento apresenta (ou não) o debate do significado social da profissão.

3.1.1 Mudando a rota e alinhando a direção: a importância do Projeto Pedagógico de Curso de 1999 para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social da UEPB

O documento que iremos analisar foi construído no final da década de 1990 na UEPB num momento em que a instituição passava pela “Reforma Necessária”. Nesta oportunidade, os cursos foram convocados a reformularem seus currículos, seus respectivos organogramas e se adequarem ao sistema seriado anual. Dada a pressa para conclusão desse processo, por parte da instituição, os cursos tiveram pouco tempo para realizar de maneira tranquila e mais elaborada suas propostas curriculares.

Não foi diferente com o curso de Serviço Social, o que acabou por deixar a sua estruturação curricular com algumas fragilidades, lacunas, repetição de conteúdos e a centralidade em algumas temáticas em detrimento de outras. Esses fatores foram, todavia, devidamente avaliados, corrigidos e aprimorados quando do

novo PPC do curso que começou a ser debatido e produzido ao longo de década de 2010 e foi aprovado e implementado a partir de 2016, permanecendo em vigência atualmente.

Mesmo considerando as limitações de tempo dado ao aligeiramento do processo de sistematização do PPC de 1999, devemos reconhecer que este documento trouxe significativos avanços para o curso de Serviço Social da UEPB. Podemos destacar que o corpo discente e, principalmente, o corpo docente e a coordenação departamental viram nessa construção a oportunidade de alinhar o processo formativo do curso à direção social crítica hegemônica da profissão extraindo e adotando as proposições pedagógicas, teóricas e curriculares apresentadas pelas DC/1996. Tornando-se, ainda, umas das primeiras instituições públicas a implementarem esse direcionamento presente na proposta curricular da ABEPSS.

Para compreender tais avanços precisamos considerar a história desse curso que surgiu no ano de 1957, em Campina Grande – PB, como Faculdade de Serviço Social, funcionando nas dependências e sob a coordenação do Instituto São Vicente de Paula, instituição católica cuja missão é ajudar de forma assistencial as pessoas em situação de vulnerabilidade, como também à formação moral e espiritual dos seus assistidos. Desse modo, a formação dos/das assistentes sociais seguia um forte viés dogmático, religioso e conservador, com influência da filosofia humanista cristã, da Doutrina Social da Igreja e do Serviço Social norte-americano.

Seguindo o ideário desenvolvimentista no campo industrial e educacional, em 1966, há uma articulação política para o fortalecimento do ensino superior na cidade de Campina Grande, objetivando a implantação da Universidade Regional do Nordeste (URNE), sendo a Faculdade de Serviço Social integrada a essa instituição.

Esse fato marca a inserção da Faculdade de Serviço Social no âmbito universitário, tendo seu currículo modificado, fomentando o processo de laicização do ensino e da prática profissional, tendo destaque também as alterações no vínculo empregatício dos docentes que passariam de voluntários religiosos a profissionais remunerados. “Contudo, mantendo-se ainda a tutela da Igreja através da participação da Congregação São Vicente de Paula, na sua administração”. (FONSECA *et al.*, 2014, p. 89).

Podemos perceber que esse processo de inserção da Faculdade de Serviço Social junto a URNE não se configurou como uma ruptura brusca e efetiva com o

tradicionalismo profissional e com a influência do catolicismo na formação. Esse momento de entrada no espaço universitário se configura por rupturas e continuidades.

Em 1987, já no contexto de pós-ditadura militar, através da lei estadual nº 4.977, sancionada pelo então governador Tarcísio Burity, a URNE que, inicialmente era uma autarquia municipal, foi estadualizada e transformada na UEPB, tendo sua sede na cidade de Campina Grande - PB. Com isso, a Faculdade de Serviço Social torna-se Departamento de Serviço Social agregado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) afastando-se mais enfaticamente da influência e da liderança das instituições religiosas.

Esse processo irá se consolidar ainda mais, haja vista a reforma curricular implementada em 1999 quando o curso tem seu projeto pedagógico construído em consonância com as DC's nacionais e registrará pela primeira vez, de forma documental, a adoção da direção social crítica.

Ademais, nos anos de 2002 e 2003 adentraram ao departamento 19 (dezenove) novos professores efetivos advindos de concurso público, a maioria mestres. Esse fato permitiu uma maior consolidação do vínculo empregatício, da capacitação dos docentes, implantação de grupos de pesquisa, contribuindo, assim, para um maior amadurecimento intelectual, acadêmico, pedagógico e político do curso.

Logicamente, que analisando o PPC de 1999 reconhecemos que enquanto projeto trata-se de uma idealização, uma propositura, e que entre essa idealização e sua efetiva materialização existem muitas mediações, passa pelos tensionamentos institucionais, condições objetivas do ensino, da aprendizagem, das políticas educacionais, do livre exercício da docência, inclusive da posição dos sujeitos que o implementam. Portanto, enquanto projeto “se situa no espaço das possibilidades. Assim, os elementos que são assumidos por um PPP não geram a certeza de que serão materializados na realidade” (MOURA, 2016, p. 86).

Contudo, esse projeto sistematiza e expressa o direcionamento formativo do curso, sua prática-pedagógica e sua identidade. E esses são elementos imprescindíveis para nortear o seu funcionamento e afirmar a direção social adotada.

Por isso, consideramos o PPC de 1999 um grande avanço para o curso de Serviço Social da UEPB, pois ele propõe uma mudança significativa de rota, defende

com veemência uma formação crítica e o suporte teórico-metodológico marxiano e marxista, alinhando a direção social do curso a direção social hegemônica da profissão e apresentando debates interessantes para pensar o Serviço Social e a intervenção profissional. Desse modo, compreendemos que os limites desse documento não retiram, em absoluto, sua grande contribuição para a formatação curricular, pedagógica e política do curso de Serviço Social da UEPB.

Dito isto gostaríamos de adentrar na análise do documento que já em sua apresentação destaca que seguirá os princípios norteadores da formação profissional presentes nas DC's/1996 e apresenta a seguinte estruturação: Identificação, Apresentação, Histórico, Objetivos, Eixo Temático, Estrutura Curricular a partir dos Eixos de Fundamentação, Composição Curricular, Diretrizes Curriculares, Campo de Atuação, Metodologia Operacional, Equivalência Curricular, Proposta de Capacitação Docente, Biblioteca do Curso e Referências Bibliográficas.

O curso de bacharelado em Serviço Social, segundo o PPC/1999, segue o sistema seriado anual com a duração mínima de 04 anos e máximo de 06 anos para o diurno e o mínimo de 05 anos, máximo de 07 anos para o noturno. Apresenta como objetivo geral formar profissionais habilitados com capacitação teórica, metodológica, ética e política que permita uma ação investigativa e interventiva na realidade social.

Em seus objetivos específicos visa capacitar o aluno para que esteja apto a apreender as profundas transformações do mundo do trabalho, capacitá-lo para as novas demandas do mercado, mediante competência técnico-instrumental que remete à pesquisa, à produção de conhecimento e às alternativas de intervenção além de considerar a dimensão formativa e informativa no processo de ensino-aprendizagem, o que supõe, segundo o documento, a compreender o perfil do aluno (DSS, UEPB, 1999, p. 4).

Ao tratar do eixo temático do curso o documento ressalta a centralidade da questão social enquanto matéria prima do trabalho dos assistentes sociais e eixo central da formação.

Tomar a questão social como eixo central **é assumir um caminho teórico metodológico que permite apreender as particularidades das demandas e respostas profissionais na dinâmica da realidade.** [...] Trata-se, portanto, de apreender as novas configurações da questão social, desvendando a lógica de suas determinações, no contexto das profundas transformações que vêm sendo operadas no mundo do trabalho, com amplas repercussões na esfera do Estado, nas novas conformações

assumidas pela sociedade civil, assim como nas mudanças no campo da cultura e da subjetividade. **Estes processos históricos reais se expressam em situações concretas que mobilizam a ação profissional, e ao mesmo tempo, indicam as possibilidades reais de recriação do seu exercício** (DSS, UEPB, 1999, p. 4).

Podemos observar a defesa da processualidade, da historicidade e uma concepção crítica das possibilidades e limites da profissão apontada já no início dessa sistematização. O PPC de 1999 direciona para a compreensão das mediações e das contradições que permeiam o exercício profissional orientando, assim, um processo formativo acadêmico que possibilite aos discentes compreender a razão de ser e de interpretar a profissão de forma crítica, dinâmica, histórica e concreta, apontando para a importância do reconhecimento das dimensões da totalidade, particularidade, singularidade e do desenvolvimento das capacidades técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica. Apresenta, ainda, o debate do ser social, da formação sócio-histórica brasileira, análise conjuntural e dos fundamentos do Serviço Social.

Ao propor a nova lógica curricular o faz a partir dos princípios presentes nos eixos de fundamentação da proposta curricular feita nas DC's de 1996, apontando assim a seguinte formatação: área dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social (A), área dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira (B) e área de fundamentação do trabalho profissional (C).

Cada área, por sua vez, apresenta seus objetivos e respectivos componentes curriculares, dos quais destacamos na área (A): Teoria sociológica, Teoria política, Economia Política, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Metodologia Científica, Estatística.

Na composição da área (B) temos: Formação Sócio-Histórica do Brasil, Desenvolvimento Capitalista e Questão Social, Classes Sociais e Movimentos Sociais, Política Social, Serviço Social e Processos de Trabalho, Direito e Legislação Social, Dinâmica de Grupo.

E, por fim, na (C): Fundamentos Teórico e Metodológicos do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional, Questões Sociais e Regionais, Seminários Temáticos e Estágio Supervisionado.

Apresenta também a obrigatoriedade do TCC cuja nomenclatura no PCC/1999 está como Trabalho Acadêmico Orientado (TAO). Compreendido como

“**síntese e expressão** da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações **preferencialmente** geradas a partir da experiência de estágio” (DSS, UEPB, 1999, p. 11, grifo nosso).

Gostaríamos de fazer uma observação de que o arquivo ao qual tivemos acesso não traz anexadas as ementas das disciplinas o que nos impossibilitou identificar as referências bibliográficas utilizadas nesse processo e observar mais pormenorizadamente o objetivo e o direcionamento de cada componente curricular.

Na verdade, nosso principal objetivo nesta análise é identificar como é tratada a questão do significado social da profissão no PPC/1999. E tivemos a grata satisfação de perceber que este documento apresenta sim este debate, mesmo que de forma pontual e interposta em outras discussões.

Ora, ao longo do nosso trabalho defendemos que apenas uma compreensão crítica e histórica da profissão permite a apreensão do seu significado social. Ademais, apontamos o destaque que as DC/1996 dão a essa temática. Portanto, ao reconhecer que o PPC/1999 do curso de Serviço Social da UEPB busca se alinhar a esses princípios, direção e discussões, nossa expectativa estava exatamente no sentido que este documento apresentasse também esse debate.

O termo “significado social” aparece explicitamente quando o documento destaca as competências e habilidades fundamentais para a formação e para o exercício profissional. Desta feita, aponta que o discente deve estar apto a “compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade” (DSS, UEPB, 1999, p. 7).

Outro momento em que esse debate aparece é na introdução do tópico que trata do campo de atuação. Nesta oportunidade apresenta que

O direcionamento ético-político do profissional de Serviço Social, pensando em meio às profundas transformações no processo de produção e reprodução da vida social, vem sendo **determinado** pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas formas de enfrentamento da questão social. **O significado sócio-político** da profissão é permeado pelas inflexões, pela relação capital-trabalho e deve ser situada nas **contradições** advindas das relações entre as classes sociais de forma a apreender as **demandas** e as **possibilidades de resposta** a serem construídas pelos profissionais. Com o surgimento de novas situações históricas com que se defronta o cotidiano profissional, o dia a dia do trabalho, o ambiente no qual aparecem as exigências imediatas, **criam-se e renovam-se as alternativas de intervenção** (DSS, UEPB, 1999, p. 11, grifo nosso).

O debate acerca do significado social da profissão atravessa toda a proposta curricular do PPC de 1999, desde a defesa da questão social enquanto objeto central para pensar a profissão, nos eixos temáticos, nos conteúdos, componentes curriculares, principalmente os que tratam dos fundamentos do Serviço Social.

Todavia, chama-nos atenção de que essa temática aparece explicitamente citada no momento em que no documento são abordadas as competências, habilidades e os campos de atuação. Ou seja, apresenta-se enquanto debate teórico, técnico, operativo, metodológico, ético e político. Neste sentido, o documento traz a temática mergulhando-a profundamente na instrumentalidade do Serviço Social.

Os aspectos até aqui pontuados nos permitem perceber que o PPC/1999 proporcionou ao curso de Serviço Social da UEPB um direcionamento crítico e acadêmico condizente com o Projeto Ético-Político profissional. A nosso ver, além dos avanços que já identificados, o documento apresenta uma justa atenção ao tema do significado social da profissão, propondo uma formação acadêmico-profissional em que os discentes e futuros profissionais possam compreender a razão de ser e de conhecer da profissão a qual escolheram. Esse projeto de formação busca, desse modo, romper com as bases tradicionais e conservadoras e oferecer uma formação crítica, consistente, de qualidade e propositiva.

Sabemos, porém, das condições objetivas e subjetivas que exercem sobre esse processo inflexões importantes, sejam elas positivas ou negativas no sentido de reafirmação dessa direção. Há muito desafios conjunturais, institucionais e políticos a serem enfrentados. É sobre alguns desses desafios que pretendemos refletir agora.

3.2 Mudanças no mundo do Trabalho, a Política de Educação Superior no Brasil e o Serviço Social: a mercantilização da educação e os desafios para manutenção de uma formação crítica

Ao longo deste capítulo temos refletido acerca das importantes conquistas da profissão nas últimas décadas, destacando entre elas as Diretrizes Curriculares de 1996, que representa uma articulação coletiva e majoritária da categoria para construção de um marco legal que subsidie um processo formativo em consonância

com o atual projeto profissional ético-político. Nesse sentido, reafirma a defesa e a adoção de uma formação crítica e qualificada.

Não obstante, é preciso reiterar que não foram conquistas fáceis, sendo necessário para tanto inúmeros enfrentamentos. Decerto, as correlações de forças internas e externas a profissão impõem dificuldades constantes a manutenção dessas conquistas. É sobre isso que pretendemos refletir agora.

Parafraseando Geraldo Vandré, “para não dizer que não falei das flores”, para que não corramos o risco então de falarmos apenas das flores gostaríamos de tratar dos “espinhos”, dos enfrentamentos ainda necessários para manutenção dessa formação acadêmico-profissional crítica e comprometida com a transformação social.

Dentre esses enfrentamentos gostaríamos de enfatizar as novas e antigas expressões e perspectivas conservadoras que tensionam constantemente a profissão seja no âmbito acadêmico seja no exercício profissional.

Considera-se aqui que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Serviço Social. Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Boschetti (2015) nos alerta para o processo de reatualização do conservadorismo tanto no Serviço Social como em demais profissões e cursos na contemporaneidade, legitimado pelas contrarreformas do ensino superior realizadas pelos governos liberais e neoliberais no Brasil e pela adoção das propostas feitas no Processo de Bolonha para as universidades públicas que propõem, entre outros aspectos, a formação no sentido de aligeiramento, competitividade e sujeita às demandas do mercado.

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica de consumo e do lucro (SADER, 2008, p.16).

Ora, se o processo formativo em Serviço Social é ofertado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) resta-nos refletir que tipo de formação essas instituições tem oferecido, qual tipo de profissional elas têm formado, a que tipo de política educacional estão sujeitas, a quem servem, se formam para liberdade, para cidadania ou se formam para mera atuação técnica. Ou seja, se formam para o mundo da vida ou apenas para o mundo do trabalho.

Ratificamos as reflexões de Mancebo (2019) acerca da relação entre a educação superior no Brasil e o regime de acumulação flexível que se difundindo nas principais economias mundiais demandou novas qualificações educacionais, profissionais e comportamentais. Defende que

A chave central da discussão são as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, particularmente o regime de acumulação flexível, e as demandas que geram para a formação. A ideia de discutir a educação superior realizando uma breve incursão no mundo do trabalho advém das seguintes questões: **qual é o tipo de qualificação da força de trabalho que as grandes corporações e empresas elegeram como pertinentes no atual contexto?** E em que se diferencia do ensino superior formulado anteriormente? (MANCEBO, 2019, p. 16, grifo nosso).

Essas inquietações de Mancebo (2019) também são nossas. Mesmo reconhecendo a amplitude e a complexidade desse debate e que é impossível fazê-lo detalhadamente dentro dos limites dessa construção dissertativa, gostaríamos de pontuar alguns aspectos que são fundamentais para pensar a formação acadêmico-profissional em Serviço Social e os desafios impostos nesse tempo histórico.

Refletindo acerca das mudanças no mundo do trabalho oriundas das transformações societárias profundas pelas quais passara o sistema econômico no final do século XX, podemos perceber suas inflexões tanto nas relações sociais quanto nas relações de produção que promoveram mudanças substanciais no metabolismo do capital.

A crise de 1970, a nível mundial, colocou em xeque a eficiência do modelo fordista-keynesiano de manter as altas taxas de lucro e conter as expressões mais visíveis das contradições inerentes ao capitalismo exigindo intervenções sistêmicas profundas para manutenção do poder hegemônico do capital, configura-se, portanto, como uma crise estrutural que trouxe transformações não apenas no âmbito da produção e da economia, mas transformações societárias que continuam em curso.

Castelo (2013, p. 185) comenta que

Argumenta-se que a crise de transição entre os últimos dois blocos históricos capitalistas do século XX **foi resultado conjunto de uma crise de hegemonia com uma crise de superprodução e de queda da taxa de lucro**. Seu início decorreu dos Movimentos de 1968 e disputas no âmbito da geopolítica de forças do Terceiro Mundo para romper com o imperialismo. Este foi, portanto, o estopim da crise, que **não teria se tornado estrutural e prolongada se não houvesse também a crise econômica** na primeira metade da década de 1970 [...] com a confluência destas duas tensões, a crise capitalista dos anos 1970 se tornou orgânica, dissolvendo o bloco histórico fordista-keynesiano (grifo nosso).

Analisando esse fenômeno Harvey (2011) aponta que se desenvolveu, em amplitude sistêmica, um processo de reformulação do capitalismo monopolista em que se buscava uma nova forma de acumulação marcada não mais pela intervenção consistente do Estado na economia, mas agora pautada pela flexibilização econômica, social, política e ideocultural. A denominada acumulação flexível atrelada ao regime toyotista seria marcada segundo Harvey (2011)

por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...] Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de **controle do trabalho** [...] o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas (HARVEY, 2011b, p. 140-141, grifo nosso).

Netto e Braz (2012) ressaltam que essa reformatação do capital se deu estrategicamente sobre o tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. Por sua vez, Castelo (2013) destaca que o neoliberalismo não surgiu a partir da crise de 1970 e sim como uma “ideologia concebida por intelectuais tradicionais ligados as classes dominantes. O seu pontapé está presente no livro *O caminho da servidão* de Friedrich Hayek, publicado em 1944” (CASTELO, 2013, p. 217). É a partir dessa crise, porém, que o neoliberalismo ganha força enquanto ideologia e ofensiva político-econômica que subsidiará os novos rumos do capital mundial.

Desta feita, consideramos importante apontar pelo menos as principais mudanças no mundo do trabalho advindas dessa nova formatação do capitalismo monopolista. Entre elas, Octavio Ianni (2010) destaca a descentralização e

desterritorialização fabril com investimentos do capital em regiões de exploração da força de trabalho barata. Ao passo que há um deslocamento das grandes indústrias para áreas mais longínquas há, em contrapartida, uma maior concentração e centralização do controle do capital, o que Netto (1996) define como “oligarquia financeira global”, possível através do uso de novas tecnologias eletrônicas, da robótica e da informação.

Na base da internacionalização do capital estão a formação, o desenvolvimento e a diversificação do que se pode denominar “**fábrica global**”. O mundo transformou-se na prática em uma imensa e complexa fábrica, que se desenvolve conjugadamente com o que se pode denominar “**shopping center global**”. Intensificou-se e generalizou-se o processo de **dispersão geográfica da produção**, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado (IANNI, 2010, p. 57, grifo nosso).

Os grandes conglomerados e corporações empresariais atuam no sentido de ratificar uma economia globalizada, financeirizada e desregulamentada. Netto e Braz (2012) enfatizam que, mediante o desenvolvimento do capital, parte significativa de investidores passou a viver exclusivamente do capital monetário especulativo.

Esses ganhos financeiros, além de obviamente de fazerem a riqueza rápida dos especuladores, reforçam a percepção falsa e socialmente danosa de que a esfera da circulação gera valores e é autônoma em face da esfera produtiva. Tais ganhos generalizam a ideia de que a conversão de **D** em **D'** se opera sem a mediação da produção; na verdade, conduz-se ao limite a fetichização do dinheiro, como se ele tivesse a faculdade de se reproduzir ampliadamente a si mesmo (NETTO; BRAZ, 2012, p. 245, grifo do autor).

Como aponta lamamoto (2014a) o capitalismo financeiro distanciado da esfera da produção (porém, ainda dela dependente) avança ferozmente sobre o fundo público através da cooptação de arrecadações, das dívidas públicas nacionais e das privatizações, além do aumento da exploração e expropriação da força de trabalho com a flexibilização produtiva e dos contratos, terceirizações e subcontratações, redução salarial, precarização do emprego, polivalência, emprego em tempo parcial, desregulamentação das relações de trabalho, crescimento do desemprego, informalização, baixos salários, desproteção jurídico-legal com perda de direitos trabalhistas e garantias sociais, etc.

O capital financeiro além da apropriação da mais-valia transformando-a em lucro fictício-especulativo através do endividamento e investimentos das empresas

avança e se apropria também dos fundos públicos. Neste sentido, apresenta “um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais” (IAMAMOTO, 2014a, p. 108), sem essa dinâmica não se sustentaria dada a instabilidade e os riscos de apostar num capital que nada cria e nada produz e que tem sua base numa lucratividade incerta.

O papel do Estado, seguindo esta lógica neoliberal e financeirizada do capital, também se reconfigura e refuncionaliza recuando em seu caráter regulador do mercado, permitindo a redução de direitos sociais já alcançados, realizando políticas de ajuste fiscal, contrarreformas e atuando no sentido de fragmentação e fragilização das políticas públicas e de garantias sociais. A ofensiva neoliberal ataca os direitos sociais não apenas no sentido de sua fragilização, mas de sua mercadificação. O direito a educação, a segurança, a seguridade social, por exemplo, são “engolidos” pela lógica privatista que busca legitimar os interesses do capital financeiro-especulativo.

Concretiza-se uma nova relação entre público e o privado, numa lógica de favorecimento do mercado. Para Netto e Braz (2012, p. 239),

O objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital** (grifo do autor).

O objetivo do grande capital é romper com as barreiras sociopolíticas que limitam a liberdade de negociação. No capitalismo tardio, como discorre Mandel (1982), o Estado reafirma suas principais funções no sistema do capital criando as condições gerais de produção, reprimindo qualquer ameaça das classes subalternas ao modo de produção e garantindo que a ideologia da sociedade seja a da classe dominante. Além disso, no capitalismo tardio o capital estatal funciona como esteio do capital privado, sendo a função vital do Estado à administração das crises.

o que há, objetivamente, entre Estado e capital não é uma relação de autonomia, tampouco de subordinação, e sim uma **relação de reciprocidade** dialética, de complementação emergida pela própria forma de estruturação antagônica do sistema do capital, qual seja a separação entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação (SILVA, 2011, p. 50, grifo nosso).

Essa reciprocidade fica evidente na priorização de políticas de ajuste fiscal e nas reformas regulatórias que segundo Behring (2008) tratam-se na verdade de contrarreformas já que existe “uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário” (BEHRING, 2008, p. 58, grifo da autora). De modo que as “reestruturações em curso seguem na direção de uma restrição, seletividade e focalização; [...] rompem com os compromissos e consensos do pós-guerra, que permitiram a expansão do Welfare State” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 134).

O Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e **operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas**, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais (CASTELO, 2013, p. 244, grifo nosso).

Tais ponderações nos provocam a refletir sobre como a partir dessa reestruturação do capital também a relações entre as classes sociais se reconfigura, como se reafirmam e surgem novas expressões da questão social e as novas respostas do mercado e, principalmente, do Estado a essa questão. Nesta diretiva reiteramos as impactantes palavras de Iamamoto (2014a) quando diz

O **predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano**, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o **que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças**. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria, e “exclusão”. **Condensa a banalização do humano**, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria-, retrata, **na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social** [...] na direção analítica supra-citada, **a questão social, expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea**, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e **na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais** – do capital e do seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores (IAMAMOTO, 2014a, p. 125, grifo nosso).

Essa direção desmedida tomada pelo sistema do capital diante da humanidade espraia-se vorazmente também na destruição dos recursos naturais necessários à própria sobrevivência humana. A busca insana pelo lucro a qualquer custo, a competitividade sem limites, o discurso de ódio e a destruição da natureza

são elementos que adensados a esfera econômica tem conduzindo, como nos alerta Mészáros (2002) ou para a ruptura com essa estrutura e a conquista de uma sociedade para além do capital ou a total destruição da vida humana e da natureza.

A análise da circulação do capital aponta para vários limites e barreiras potenciais. A escassez de capital-dinheiro, os problemas trabalhistas, as desproporcionalidades entre os setores, os limites naturais, as mudanças tecnológicas organizacionais desequilibradas (incluindo a concorrência versus o monopólio), a indisciplina no processo de trabalho e a falta de demanda efetiva encabeçam a lista. Qualquer uma dessas condições pode retardar ou interromper a continuidade do fluxo do capital e assim produzir uma crise que resulta na desvalorização ou perda do capital. Quando um limite é superado, a acumulação muitas vezes depara-se com outro em algum lugar. Por exemplo, ações feitas para aliviar uma crise da oferta de trabalho e reduzir o poder político do movimento sindical na década de 1970 diminuíram a demanda efetiva por produtos, o que criou dificuldades para a realização do excedente no mercado durante a década de 1990. Ações para aliviar esse último problema pelas extensões do sistema de crédito para os trabalhadores levou a essa classe ao sobre-endividamento em relação à renda, que, por sua vez, levou a uma crise de confiança na qualidade dos instrumentos da dívida (como começou a acontecer em 2006). As tendências de crise não são resolvidas, apenas deslocadas (HARVEY, 2011a, p. 99).

Dado esses fenômenos muitos estudiosos defendem que o capital não se recuperou da crise estrutural de 1970, pelo contrário, essa crise vem se aprofundando e reverberando em várias outras crises seja na dimensão monetária, produtiva, ambiental, de controle social e também sanitária (desnudada pela pandemia do COVID-19 que vivenciamos). “Mais do que nunca assistimos, em escala planetária, ao processo de exploração até o esgotamento das duas fontes de onde brota a riqueza: a terra e o trabalhador” (CHESNAIS, 2011, p. 193) estamos caminhando, portanto, de uma crise econômica para uma crise civilizatória.

Foi como crise financeira que a crise mundial começou em fins de julho de 2007 e, durante mais de um ano, evoluiu, sobretudo na esfera financeira. Nesse sentido, é uma crise do regime de acumulação predominantemente financeira ou financeirizada, implantada no fim dos anos 1980. Mais nova e mais decisiva em sua caracterização como uma “enorme crise” é a conexão entre a crise econômica e financeira e a crise ecológica mundial em suas diferentes dimensões, em especial de mudança climática radical. Estendendo-se por muitos anos, a crise econômica e financeira se tornará um dos aspectos de uma crise bem mais ampla: uma crise de civilização (CHESNAIS, 2011, p. 187).

Segundo Mészáros,

estamos diante de uma crise sem precedentes do controle social em escala mundial [...] os limites absolutos da existência humana – tanto no plano

militar como no ecológico – têm de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista. Diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios **limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana.** [...] Pela primeira vez na história, o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser “adiados” por muito mais tempo nem, tampouco, transferidos para o plano militar a fim de serem “exportados” como guerra generalizada (MÉSZÁROS, 2011, p. 57,66, grifo nosso).

A partir do exposto podemos considerar que já em crise em 1970 o capitalismo se reorganizou, realizando mudanças sistêmicas profundas no mundo do trabalho, na economia, na política, ideologia e cultura que modificaram o papel do Estado no enfrentamento as antigas e novas expressões da questão social. Essas medidas, porém, não foram suficientes para tal finalidade, e mesmo não recuando o capitalismo vem tentando se reinventar a fim de controlar pontuais manifestações de uma situação que tem se mostrado ampla e incontrolável.

Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam as formas de sociabilidade. Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilidade das redes de sociabilidade em sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir riscos, opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais (IAMAMOTO, 2014a, p. 144).

Dado esses aspectos apontamos como fundamental para pensar a política de educação superior na contemporaneidade pensar sua relação com as mudanças no mundo do trabalho nesse momento de acumulação flexível do capital. Afinal, a educação tem sido um segmento que tem sofrido interferências significativas do mercado que ao passo em que “defende a expansão” do acesso ao ensino o faz no intuito de ofertar o ensino privado, técnico, acrítico, individualista, competitivo e meritocrático. O acesso à educação é visto, portanto, como investimento pessoal e não um direito social e emancipatório.

Pela mimese da produtividade empresarial, a lógica de gestão educacional com estabelecimentos de metas, avaliação sistêmica do rendimento escolar, responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso ampliou o domínio dos resultados sobre o processo, reduzindo o trabalho educativo ao produto, num movimento fetichista bastante conhecido. Seus efeitos práticos são ainda mais perversos pela naturalização de uma relação educativa que, em conjunto com a transferência da responsabilidade dos

direitos sociais para o setor privado, criou as bases para que a relação mercantil e produtiva deixe de ser um simulacro e a subsunção da educação ao capital se dê completamente (CATINI, 2019, p. 35).

No Brasil, mesmo que no artigo 205 de sua Constituição Federal/88 aponte a educação como direito de todos e dever do Estado e da família e que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, ou seja, defende uma formação ampla para a vida e para a atividade laboral, na prática com a adesão dos governos brasileiros, a partir da presidência de Fernando Collor e seus sucessores, ao ideário neoliberal uma série de medidas foi adotada no sentido de uma ainda maior inserção do setor privado no âmbito da oferta do acesso a educação no país, possibilidade que também a própria Constituição permite em seu artigo 209 quando diz que o ensino é livre à iniciativa privada.

No contexto do capitalismo financeiro, a educação deixou de ser direito social e foi transformada em serviço altamente lucrativo, favorecendo a expansão do setor privado-mercantil no Brasil. A expansão do ensino superior por meio do setor privado-mercantil deve ser analisada nesse contexto global de valorização do capital. **É a partir da “mundialização financeira do capital” que se consolida o atendimento educacional via grandes empresas**, cujo objetivo é declaradamente o lucro (CHAVES, 2019, p. 67, grifo nosso).

Ora, pensando a sociedade brasileira e suas heranças do passado que já tratamos ao longo dessa dissertação, essa relação é ainda mais profunda. Mesmo com a defesa jurídico-formal de que a educação deve ser um direito de todos e a responsabilização do Estado por sua oferta, na realidade o que notamos é o desfinanciamento das políticas de educação e a destinação de um orçamento escasso e insuficiente para manter a boa qualidade do ensino num país de dimensão continental e extremamente desigual como é o caso brasileiro.

Parece-nos evidente que há um vácuo entre demanda e investimento de recursos. E é exatamente nessa deficiência administrativa e política que o setor privado atua no sentido de “garantir” a todos pelo menos a oportunidade de estudar e se desenvolver. Desse modo, o Estado que não investe o orçamento público necessário para a boa oferta educacional, permite a atuação do setor privado a fim de expandir o ensino e “facilitar” seu acesso. Além, portanto, de lucrar a com oferta direta do ensino as empresas educacionais ainda contam com os subsídios e

aplicação do orçamento público em seu benefício, tornando esse ramo um investimento altamente lucrativo.

Neste sentido, como aponta Chaves (2019), programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (ProUni), implementados nos governos petistas são uma demonstração clara desse processo de expansão do ensino que ao invés de estimular e consolidar um amplo investimento de recursos públicos em instituições públicas se tornou, na verdade, mecanismos governamentais que contribuem para a mercantilização, privatização e financeirização do ensino superior brasileiro, ampliando o financiamento público às instituições privadas. De modo que “o ensino superior comercializado por instituições privadas constitui, com incentivo estatal direto, um negócio altamente rentável no Brasil” (CHAVES, 2019, p. 71).

Os chamados “*edubusiness*”, ou “*edunegócios*”, têm crescido internacionalmente em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior. O Brasil tem se tornado um local especialmente atrativo para esses empreendimentos por conta de uma enorme população em idade escolar [...] com foco no lucro, questões pedagógicas, éticas e sociais são colocadas em segundo plano por esse tipo de organização (AVELAR, 2019, p. 75, grifo da autora).

Esses investimentos do capital financeiro no mercado educacional são favorecidos pelo desenvolvimento tecnológico, com a narrativa de modernizar, desburocratizar e facilitar a oferta e o acesso à educação. É para esta direção que miram, por exemplo, os defensores do Ensino a Distância (EAD), que apontam essa forma de ensino como estratégica, moderna, acessível e prática.

A defesa da utilização da EAD é permeada por um conjunto de argumentos que buscam legitimar a sua ampla expansão, não apenas pela perspectiva do direito, mas também pela ampliação do mercado educacional. A não presença do aluno em sala de aula, o fato de este poder organizar seus horários de estudo, o respeito ao tempo do estudante, a flexibilidade dessa modalidade educativa e, principalmente, o fato de ela chegar a lugares onde a educação presencial não chega – e a custo menor –, são argumentos basilares dos defensores da modalidade (SANTOS, 2019, p. 54).

É interessante pensar a relação professor-aluno e aluno-aluno mediante essa forma de ensino distanciado, em que os conteúdos são flexibilizados, os afetos e o contato físico são relativizados, em que a tecnologia, o computador, o celular e as plataformas digitais tornam-se mediadores de conhecimento e o professor um facilitador/monitor pontual de conteúdos pontuais.

O que queremos destacar exatamente é como o mercado em sua relação fria e distante com o mundo do trabalho tenta trazer esse mesmo distanciamento para o meio educacional. Resta-nos indagar, é realmente possível uma educação de qualidade a distância? De que educação estamos falando, para vida, para o trabalho? Será essa a forma de educação do futuro?

Se considerarmos o ensino superior brasileiro a expansão das EAD's é mais uma expressão de uma série de mudanças que o mundo do trabalho e o mercado financeiro têm realizado, ou pelos menos tentado realizar, no âmbito da educação. Silva (2010) aponta outras inflexões, entre elas, a defesa de uma concepção de educação como serviço, ou seja, uma mercadoria, que deve ser consumida de forma individual e conquistada pelo mérito pessoal, também a adoção de políticas que contribuem para o aligeiramento da formação universitária, a precarização do trabalho docente e sua desvalorização, além da descaracterização do projeto de universidade pautado no tripé pesquisa-ensino-extensão.

Desse modo, aparta-se a pesquisa e a extensão, focando no ensino técnico, pragmático e mecânico, a universidade brasileira passa a ser “usada cada vez mais como instrumento ideológico em favor do pensamento dominante [...] e processos de formação profissional cada vez mais empobrecidos de uma dimensão humanística e crítica” (SILVA, 2010, p. 407). Contribui ainda para “despolitizar a política pública [...] que reduz a educação a uma questão técnico-administrativa” (AVELAR, 2019, p. 79), tornando-a um assunto gerencial, numérico e estatístico.

Esse tipo de formação esvaziada de criticidade e domesticada pelas ideologias do mercado com baixa qualidade técnica, desprovida de uma dimensão humanística e reflexiva contribui para a “bestialização coletiva” (SILVA, 2010, p. 415), na medida em que há uma desvalorização do conhecimento científico-filosófico, em que se ressignifica o saber, delimitando o que deve ser ensinado e aprendido, a que tipo de informação as pessoas podem e devem ter acesso demonstram como a educação tornar-se, portanto, prisioneira do capital financeiro e serva de suas demandas.

A inserção de capital especulativo no ensino superior do Brasil se dá de duas formas: 1) pela inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores; 2) por meio do ingresso de grupos estrangeiros de capitais fechados e abertos. A abertura do capital das empresas no mercado de ações e a subsequente valorização desses papéis, possibilitaram o aumento de seu capital e a compra de IES menores espalhadas pelo país, e, com isso, a formação de grandes grupos

empresariais [...] esse processo foi tão intenso a partir de 2007, que o setor educacional ocupou as primeiras colocações no ranking de fusões e aquisições do mercado nacional. Em 2008, esse setor foi classificado em terceiro lugar no conjunto de fusões e aquisições entre todos os setores econômicos no Brasil (CHAVES, 2019, p. 68).

Parece-nos claro que os investimentos e as interferências do *lobby* educacional realizado pelos conglomerados e empresas privadas não atuam apenas no sentido de ofertar o ensino, mas agem politicamente no intuito de “modificar o cenário educacional brasileiro” (AVELAR, 2019, p. 76). E, vale salientar, modificá-lo profundamente, pois para além disso buscam também promover “um novo perfil da força de trabalho formada nas universidades, de um novo perfil das pesquisas, financiadas e determinadas pelas necessidades do mercado” (CISLAGHI, 2011, p. 246). Para tanto, influenciam nos rumos da política educacional, nos currículos, conteúdos, pesquisas, formato da oferta de ensino, na destinação de recursos públicos etc.

Como falar então na liberdade de ensinar e apreender, na relação entre a universidade e a sociedade, a educação em seu sentido mais amplo, profundo e libertário diante de uma força econômica e política tão contundente? Como falar na valorização dos profissionais da educação e na qualidade do ensino se a direção dessa política é ditada pela bolsa de valores e pelo mercado de trabalho? Se a educação é cooptada a maximizar lucros e não efetivamente para a emancipação dos indivíduos e o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva, crítica, reflexiva, subjetiva e social? Assim sendo, ela se torna servil, formando “rôbos humanos” para as trincheiras da produção.

A velha bandeira de uma educação livre de toda censura, de todo dogma e de todo misticismo ganha, neste início de século, uma surpreendente e preocupante atualidade. Estamos todos convocados a cerrar fileiras para defender uma educação que, democratizando a instrução pública, seja um ponto de apoio para a produção do conhecimento humano. Uma ferramenta para a civilização contra a barbárie (LINARES; BEZERRA, 2019, p. 133).

Esse enfrentamento passa exatamente pelo desenvolvimento de criticidade, pela produção de conhecimento, por uma consciência questionadora da realidade, por uma formação ampla, diversa, plural, humanística, laica e democrática. Desse modo, a batalha não se dá apenas no campo econômico e político, acontece também no campo ideocultural onde a universidade tornar-se uma peça-chave.

Assim sendo, compreendem-se as incisivas inflexões do mercado financeiro na reformulação, “modernização”, barateamento e aligeiramento da formação universitária, objetivando transformar também o ensino universitário em ensino técnico e a justificativa das pesquisas em sua funcionalidade lucrativa. Rompe-se a relação entre universidade e sociedade e constrói-se uma relação direta entre universidade e mundo do trabalho.

Ora, se a funcionalidade da universidade é formar unicamente para o trabalho qual a necessidade de uma formação profunda, prolongada, filosófica e ainda mais crítica? Esse é o tipo de argumento utilizado pelos defensores desse tipo de “universidade-empresarial” e que ganha respaldo ideológico no pensamento em muitas perspectivas do pós-moderno.

Desta feita, o neoliberalismo busca construir – e utiliza o aparato educacional-universitário para isso-, uma racionalidade rasa, rápida e mecânica. Octavio Ianni (2010 p. 145) defende que “desde o princípio, o processo de desenvolvimento do capitalismo é simultaneamente um processo de racionalização”. Ou seja, para legitimar concretamente sua hegemonia econômica o capital necessita e investe na dominação social através da compreensão intelectual da coletividade. Neste momento em particular, o faz a partir do questionamento da própria razão moderna, na demonização da filosofia crítico-dialética e na defesa do ideário pós-moderno.

Rouanet (1987, p. 238) aponta que a característica do ideário pós-moderno “é a incredulidade com relação às narrativas legitimadoras”. A criticidade pautada numa visão de totalidade, dialética e material é vista como *démodé*, rechaçada aos porões da inutilidade e da inadequação aos fenômenos atuais.

Assim sendo, o ideário pós-moderno corrobora para uma decifração do real de forma fragmentada, microsocial e até mesmo irracional. Neste sentido, Netto (1996) elucida que a dinâmica cultural do capitalismo tardio também tem sido flexibilizada, a cultura absorve caracteres típicos de mercadoria.

Para o referido autor tal mercantilização propicia e propaga a imediatividade da vida social que ganha status de realidade, desqualificando a distinção entre aparência e essência, na negativa da categoria da totalidade, das perspectivas macrossociais, das metanarrativas e do materialismo histórico-dialético. Há a defesa de que os fenômenos sociais manifestam-se cada vez mais individualizados, subjetivados, efêmeros, transitórios, imagéticos, midiáticos, microsocietários e que,

portanto, os paradigmas modernos não dariam mais conta de explicar a realidade social.

Ao questionar a própria racionalidade, sua funcionalidade e capacidade de decifrar os fenômenos sociais atuais, a ofensiva neoliberal descredibiliza a utilidade social das ciências humanas e sociais – como a Filosofia, Ciências Sociais, História, etc. Consideradas sem muita utilidade social e nem mercadológica sofrem um brutal desfinanciamento e desvalorização desses cursos e das pesquisas por eles realizadas, focando nas ciências exatas e engenharias, cujo objetivo é habilitar tecnicamente para o trabalho.

O debate sobre a universidade brasileira, sua organização e os contornos que esta assume, a partir do quadro de avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, impulsionados por um pensamento pós-moderno esvaziado de criticidade, deve estar articulado à lógica de financeirização da economia e à imposição das determinações econômicas dos organismos internacionais que colocam a educação definitivamente na pauta do capitalismo monopolista a partir de 1990. [...] Nesta direção, ocorre de forma cada vez mais ampla um alinhamento das instituições de ensino à dinâmica do mercado, o que significa dos movimentos paralelos e concomitantes: a diversificação das fontes de financiamento da educação e uma formação que cada vez mais atenda ao tecnicismo formal do trabalho (SILVA, 2010, p. 412-413, grifo nosso).

Atrelado a esses aspectos temos o crescimento e a reatualização do conservadorismo no âmbito das universidades. No contexto brasileiro essa situação tem se mostrado ainda mais preocupante e desafiadora com a emersão do bolsonarismo, a insurreição do fascismo da extrema-direita e com a onda conservadora que ganhou força no país e legitimou o golpe de 2016, como nos aponta Demier (2017), que sustentou e culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Para além da defesa do pensamento pós-moderno, do irracionalismo, percebemos a partir do discurso de “combate a pauta ideológica” a defesa do obscurantismo, negacionismo, anti-intelectualismo e de uma formação despolitizada, ou seja, totalmente acrítica e anti-razão. Daí porque tantos ataques e a demonização de qualquer perspectiva crítica e marxista resumida distorcidamente ao comunismo e disseminada a ideal de que é demoníaca, perversa e maligna. Tal distorção é pautada, portanto, na utilização do discurso religioso e moralista que se alastra no imaginário coletivo alimentando a ignorância e o fanatismo religioso e político.

Assistimos, na verdade, a intensificação de ataques brutais a liberdade de ensino, a liberdade de aprender, ferindo a autonomia universitária e podendo o trabalho docente.

O apego à nossa condição de “intelectual” – ou seja, de pessoas formadas e legitimadas por um sistema educacional estruturado por critérios acadêmico-científicos e estabelecido no país há quase cem anos – não deve nos cegar para o fato de que podemos estar diante de uma **transformação muito mais profunda do espaço intelectual brasileiro** ou, se quisermos, de uma mudança estrutural na sua ordenação e funcionamento. Não são, portanto, simples rompantes de anti-intelectuais que desprezam completamente a educação e o conhecimento. É um pouco mais do que isso. Trata-se de um **outro perfil de intelectual**, que reivindica, por sua vez, uma nova concepção de educação e de saber. Não se empenham numa destruição pura e simples do espaço de produção e difusão do conhecimento, mas, antes, se armam para operar nele uma intensa e longa disputa pelos **critérios de geração e legitimação da verdade** [...] Não é por acaso que os mesmos que deslegitimam o atual sistema de ensino e pesquisa, reivindicando critérios intelectuais estranhos às modernas instituições de produção e reprodução do conhecimento, sejam os mesmos que defendem reservá-lo para uma pequena “elite meritocrática” (CARLOTTO, 2019, p. 123,126, grifo nosso).

Diante do exposto aos defensores da educação pública, gratuita, laica e de qualidade resta a resistência. Mesmo reconhecendo esses determinantes do mercado, não podemos considerá-los definitivos, indestrutíveis, vencedores. É preciso defender a educação enquanto direito social e sua oferta feita por instituições públicas que formem para o mundo do trabalho, para a cidadania, para coletividade, liberdade, igualdade e emancipação humana.

Sobre isso Mézáros (2008) ressalta que

De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda ex-officio e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los as exigências da ordem estabelecida. O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma conformidade universal não altera o fato de, no seu todo, ela estar orientada para aquele fim. Os professores e alunos que se rebelam contra tal desígnio fazem-no com a munição que adquiriram tanto dos seus companheiros rebeldes, dentro do domínio formal, quanto a partir da área mais ampla da experiência educacional (MÉSZÁROS, 2008, p. 56).

Em meio a tantos desafios o caminho é a rebeldia coletiva, a organização dos movimentos sociais, estudantis, das categorias, sindicatos e conselhos profissionais no sentido de reafirmar o direito social a educação e sua ampla difusão. É nessa

direção que as entidades representativas do Serviço Social brasileiro têm atuado, mediante os inúmeros desafios impostos pela conjuntura que apontamos.

Vale lembrar que as entidades da categoria profissional, a exemplo do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS têm promovido insistentes estratégias de resistência e defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, reafirmando a importância do tripé ensino-pesquisa-extensão para o processo formativo da educação superior.

Nesse sentido, podemos citar os manifestos públicos lançados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), cujo tema em 2014 foi “Educação é Direito”, em 2016 com o tema “Assistentes Sociais por uma educação pública de qualidade” e em 2018 cujo manifesto traz a “Educação como um direito e sem censura para a formação de assistentes sociais qualificados/as”, bem como a realização em 2012 do Seminário Nacional: Serviço Social na Educação.

Também a ABEPSS tem se posicionado e articulado mecanismos de luta e resistência à precarização e financeirização da educação pública brasileira, tendo o debate permanente através dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPS), particularmente o que trata do “Serviço Social: Fundamentos, Formação Profissional e Trabalho profissional”, propondo o “Plano de Luta em defesa do trabalho e da formação profissional e contra a precarização do Ensino Superior”, como também, através do Projeto ABEPSS Itinerante que em sua 4ª edição deu ênfase aos “Fundamentos do Serviço Social: as atribuições profissionais em debate”, promovendo uma série de discussões acerca dos desafios da profissão nessa conjuntura de regressão de direitos.

Entre outros fatores essa resistência visa contribuir para problematização das inflexões do neoliberalismo sobre a formação acadêmica e profissional no Brasil. Neste sentido, reforça o coro que alerta para como:

Essa educação é a aniquilação da experiência formativa e da autonomia. Ela não apenas projeta para o futuro, mas tem em seu próprio núcleo a barbárie. **A resistência a tal processo é um imperativo** tão forte quanto a construção de processos autônomos de formação e das lutas. Não há saída fora do desafio de se criar relações sociais não pautadas pelo individualismo, pela heteronomia e pela concorrência. A educação deve ser uma prática subversiva, pois este é o único modo de negar os pressupostos objetivos da barbárie. Para tanto, **ela deve estar atenta aos conteúdos, mas também à forma social que assume e, sobretudo, deve manter-se vigilante frente ao perigo de “entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento”**, já que o modo de educar capitalista tende a se impor

sobre tudo e sobre todos, indiferente às boas intenções (CATINI, 2019, p. 38, grifo nosso).

Pensando o Serviço Social como profissão e também como área de produção de conhecimento é importante trazer esses elementos, pois incidem como ameaças concretas para a manutenção hegemônica do Projeto Ético-Político profissional que Serviço Social brasileiro construiu a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo.

Esses tensionamentos estão presentes tanto na formação quanto no exercício profissional abarcando o Serviço Social como um todo. Nosso intento é destacar que considerando a dimensão teórico-metodológica essas tendências repercutem trazendo novos desafios para manutenção da adoção da teoria social crítica enquanto suposto para pensar criticamente a profissão e seu significado. Como também põe em xeque a direção social estratégica pautada numa compreensão crítico-dialética da vida social e do compromisso ético e político que demarca a profissão.

Assistimos ao revigoramento do conservadorismo dentro e fora da profissão e esse processo chega se espraia e precisa ser problematizado durante a formação acadêmica. Mas, como fazer isso diante de tantas dificuldades impostas aos profissionais, docentes, discentes, grupos de pesquisa, coordenadores de cursos e pós-graduações. Não há outro caminho senão resistir, resistir e resistir. Exige de todos nós, portanto, competência profissional e resistência política. E para que aja essa resistência e compromisso ético-político é preciso que os profissionais tenham ciência do sentido histórico e social da profissão que decidiram exercer.

Corre-se o risco de investir na formação de um profissional que aparentemente sabe fazer, mas não conhece o significado social deste fazer, suas implicações éticas e políticas, seus resultados ou a ausência deles, de modo que corre o risco de o assistente social ser reduzido a um mero “técnico”, delegando a outros as atribuições e competências que lhe são próprias. [...] **Estamos cientes de que do direcionamento dado à formação profissional resultará ou não uma capitulação à razão instrumental.** Por isso, penso ser **necessário ao profissional acionar uma racionalidade que permita desenvolver uma instrumentalidade** inspirada na razão dialética, que seja capaz de construir novas competências e legitimidades, que permita ao profissional dar novas respostas qualificadas em oposição às tradicionais respostas instrumentais, de maneira comprometida com valores de uma sociedade emancipada (GUERRA, 2017, p. 74, grifo nosso).

Quando nos propomos a refletir sobre alguns desafios que o tempo presente aponta para formação acadêmica foi exatamente nesse sentido de pensar que tipo de profissional está sendo formado, para que tipo de atuação, com qual aporte teórico, para atuar em quais espaços sócio-ocupacionais e de qual maneira? Assim, “a análise da formação profissional em Serviço Social exige-nos compreender não somente os rumos do ensino superior brasileiro, mas como este vem impactando transversalmente o processo formativo dos assistentes sociais” (DAHMER; SOUZA, 2019, p. 109).

Dhamer e Souza (2019) realizaram uma análise das IES que oferecem curso de Serviço Social presencial ou EAD's durante os anos de 2007 a 2017 e puderam constatar a significativa expansão da oferta principalmente através das instituições privadas principalmente por via das EAD's que passaram de 5 (cinco) cursos em 2007 para 33 (trinta e três) em 2017, enquanto os cursos presenciais foram de 262 (duzentos e sessenta e dois) para 418 (quatrocentos e dezoito). Com relação à oferta de vagas, os cursos EAD foram de 51.836 vagas disponibilizadas em 2007 para 132.895 em 2017, já os cursos presenciais ofertaram 30.331 vagas em 2007 e chegaram no total de 49.081 em 2017. Em relação às matrículas, os cursos EAD foram de 31.115 em 2007 a 92.781 em 2017. Considerando esses mesmos anos as matrículas em cursos presenciais em Serviço Social foi de 52.768 à 60.767 em 2017.

Claro que esses dados não trazem outro elemento que é a oferta dos cursos privados mesmo que presenciais, mas já demonstram o grande desafio para pensar o processo formativo em Serviço Social no Brasil atualmente e os impactos disso no exercício profissional.

Na área do Serviço Social, o processo de mercantilização assinalado impactou transversalmente a profissão e trouxe consequências que ainda merecem pesquisas de forma mais aprofundada. Se, na elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na primeira metade dos anos 1990, a maioria das matrículas estava concentrada em cursos presenciais de Serviço Social inseridos em IES universitárias, no final da segunda década do século XXI, o cenário é bastante diferente: a maioria das matrículas dos cursos de Serviço Social encontra-se em cursos de Serviço Social ofertados na modalidade de EAD e, nos cursos presenciais, a maior parte encontra-se em IES mercantis. **Essa caracterização nos leva a questionar o perfil de profissional que vem sendo formado nas duas últimas décadas** (DAHMER; SOUZA, 2019, p. 113, grifo nosso).

Ademais, nos leva a questionar também a que tipo de mercado empregador esse perfil de profissional atende. A nosso ver esses aspectos estão umbilicalmente articulados e atravessados por uma lógica mercantilista e minimalista. A ênfase e o investimento maciço em processos de ensino aligeirados e de viés técnico-conservador favorecem o domínio do capital sobre o trabalho, os trabalhadores e o controle social.

As mudanças no mundo do trabalho e as investidas do capital financeiro adensadas pela ofensiva neoliberal operam – ou pelo menos tentam incisivamente operar – preocupantes modificações no cenário educacional brasileiro. Esses fatores trazem desdobramentos para a manutenção de uma formação crítica em Serviço Social. Entre eles, podemos apontar a aversão e “satanização” do marxismo, colocando em xeque a viabilidade de sua utilização para os estudos dos fenômenos sociais atuais e/ou atrelando a teoria marxista a ditaduras, pautas anti-religiosas, ao comunismo, etc., promovendo uma absurda distorção de suas obras.

Ora, se a teoria social crítica é a chave heurística para pensar o significado social do Serviço Social criticamente e caminho sólido para ruptura com o conservadorismo, atacar o uso dessa perspectiva teórico-metodológica é “golpear brutalmente” toda a base que sustenta os avanços impetrados pela profissão nos últimos anos.

Ademais, o PEP, as DC/1996 e as entidades representativas da categoria defendem veementemente a efetivação de uma formação acadêmico-profissional pública, sólida, qualificada, democrática, reflexiva, emancipatória e crítica. Esse modelo educacional mecânico, restrito a dimensão do ensino, privatista, de curto prazo, à distância distorce e se distancia totalmente desse projeto de formação ético, político e comprometido socialmente.

Corre-se o risco de disseminação e aceitação da ideia de que a universidade está deslocada e descolada da realidade. De que na “prática a teoria é outra”, pois os conteúdos ofertados em sala de aula não correspondem às demandas encontradas na realidade profissional. Esse tipo de compreensão reverbera a fragmentação de nosso olhar sobre o cotidiano, e reafirma a ideia de que a universidade deve formar técnicos para o trabalho.

Esse também é um desafio do nosso tempo, pensando logicamente na formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Defender uma formação que propicie o desenvolvimento da capacidade técnico-operativa sem abrir mão, porém,

das demais capacidades: teórico-metodológica e ético-política. É a unidade dessas três dimensões que permite a formação de profissionais críticos, imbuídos no compromisso com o projeto profissional hegemônico e conscientes do significado social dessa profissão na reprodução social.

Quando reconhecemos estatisticamente que a maioria desses profissionais, contudo, é formado em instituições privadas e de ensino à distância ficamos a refletir até que ponto esses posicionamentos presentes no PEP, nas DC/1996 e nos manifestos das entidades representativas conseguem chegar à concretude das salas de aula, dos conteúdos e obras utilizadas para pensar a profissão e seu significado. Esse também se constitui enquanto um desafio enorme desse tempo.

Por isso, consideramos imprescindível para debater a apreensão do significado social da profissão pensar no processo formativo, os avanços conquistados pela profissão e os enfrentamentos para sua reafirmação. Os desafios são incontáveis, sobretudo considerando as mudanças no mundo do trabalho e na sociabilidade burguesa. Manter a direção social estratégica, os compromissos afirmados no PEP e, principalmente, a adoção da teoria social crítica talvez seja o maior deles por ser a perspectiva marxiana e marxista a sustentação teórica, metodológica e analítica que possibilita pensar a profissão profundamente, historicamente, reconhecer suas contradições, gênese, institucionalização, legitimação e instrumentalidade.

Temos observado que a dificuldade de uma abordagem do Serviço Social que opere com a tridimensionalidade dos conteúdos dos núcleos de fundamentação tem deixado lacunas na formação profissional fazendo com que o trato teórico-metodológico se mantenha num nível de abstração tal que não permite que os sujeitos profissionais captem as mediações **que conectam a sua leitura crítica de realidade a um trabalho profissional na direção da ruptura com o conservadorismo**. Em outras, palavras: faz-se necessário que a formação profissional permita ao estudante e/ou profissional captarem por quais mediações a lógica que estrutura e que explica os processos sociais mais amplos se conecta e explica a gênese, existência, funcionalidade, significado histórico e requisições profissionais. [...] Faz-se necessário que a formação profissional crie condições para que os profissionais possam operar com o mesmo nível de criticidade que analisam os fundamentos da sociedade burguesa (GUERRA, 2019, p. 30, grifo da autora).

É neste caminho que pretendemos refletir a seguir sobre como esse processo tem se dado no curso de Serviço Social ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba e como os Trabalhos de Conclusão de Curso oferecem elementos para

pensar a apreensão do significado social da profissão durante a formação acadêmico-profissional.

4. ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (2012-2019) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Ao longo desse capítulo iremos apresentar o percurso metodológico que subsidiou esse estudo, nossa amostra, os resultados provenientes de nossa pesquisa e os principais achados encontrados.

4.1 Percurso metodológico

Metodologicamente a pesquisa desenvolvida se caracterizou como pesquisa bibliográfica e documental, considerando os principais autores, obras, publicações, artigos e periódicos que tivemos acesso e que abordam a referida temática no Serviço Social, as Diretrizes Curriculares que regem a formação acadêmica atualmente e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Serviço Social da UEPB vigente nos anos que elegemos como lapso temporal.

Para analisarmos especificamente a apreensão do significado social da profissão no processo acadêmico-formativo utilizamos como material de pesquisa empírica os TCC's do Curso de Serviço Social da UEPB, defendidos e aprovados nos anos de 2012 a 2019 e disponíveis eletronicamente para consulta pública.

Nossa opção por esse lapso temporal se deu por ser um período de aprofundamento das medidas neoliberais no país tomadas pelo governo petista de Dilma Rousseff e, principalmente, pós-golpe com os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, favorecendo, assim, a reformatação das políticas públicas e sociais, de mudanças significativas no mundo do trabalho, de contrarreformas e, principalmente, de inflexões no cenário educacional brasileiro promovendo o redirecionamento gerencial da política de ensino superior, com cortes orçamentários significativos, direcionamento do orçamento público para o setor privado, desvalorização do ensino público, precarização das condições de trabalho dos docentes, expansão das EAD's e do ensino privado, enfim, a mercantilização da educação brasileira com forte viés conservador, técnico e acrítico.

Essa ofensiva nos faz refletir sobre o significado social da profissão na contemporaneidade e os desafios para manutenção de uma formação acadêmico-profissional crítica que possibilite sua apreensão, elementos já abordados nos capítulos anteriores.

Considerando especificamente o curso de Serviço Social da UEPB, o referido lapso temporal se justifica por ter sido um momento em que o curso já havia implantado seu projeto pedagógico de acordo com as Diretrizes Curriculares de 1996 e adotado o arcabouço teórico-metodológico a ela atrelado. Além disso, é importante destacar que naquele momento grupos de estudo, pesquisa e extensão já haviam se consolidado, o que nos permite considerar que muito provavelmente houve transformações importantes no processo acadêmico-formativo dos discentes ingressantes à instituição.

Ademais, vale salientar que apenas os TCC's depositados a partir de 2012 encontram-se disponíveis eletronicamente no site da instituição e que considerando o momento pandêmico que vivenciamos este aspecto, também foi crucial para viabilidade da nossa pesquisa.

Vale salientar, ainda, que essa escolha também se deu como um processo de continuidade da pesquisa por nós realizada durante a construção do TCC no curso de Serviço Social da UEPB em 2017. Momento em que tivemos a oportunidade de pesquisar a particularidade da apreensão do significado social da profissão nos TCC's de Serviço Social da UEPB produzidos entre os anos de 1990 a 1999 e disponibilizados na Biblioteca da Central de Integração Acadêmica (CIAc1/UEPB).

Nesta oportunidade, foi possível pesquisar 99 (noventa e nove) TCC's e identificar elementos interessantes que permitiram perceber que naquele momento havia uma apreensão ainda incipiente do significado social da profissão. Estando expresso nos documentos, por exemplo, pela forte presença do ecletismo¹⁶, pela visão dicotômica entre teoria e prática neles defendidos, pelas limitações teórico-metodológicas ali presentes, com a prevalência de análises endógenas, com fortes tendências conservadoras, reveladas na adesão ao funcionalismo e a fenomenologia, na utilização de suportes teóricos como a perspectiva do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, também o Desenvolvimento de Comunidade tendo a defesa do profissional enquanto “agente de transformação”, etc.

Os poucos trabalhos que buscavam um aporte crítico o faziam a partir do “Método de BH”, propondo uma metodologia de trabalho e de análise a partir de momentos que correspondiam à aproximação, investigação, diagnóstico,

¹⁶ Segundo Quiroga (1991, p. 90), quando se fala em ecletismo “está-se fazendo referência a uma tendência sincrética à tolerância e à conciliação de posições heterogêneas e contrárias, assumidas como se fossem concordantes”.

aproximação II, programação e execução. Chamou-nos bastante atenção também o trato acerca da questão social abordada em várias dessas produções como problemas sociais, questões individuais, psicológicas e comportamentais.

Assim sendo, foram encontrados vários elementos que corroboraram para a compreensão de que houve uma gradual adequação do curso a direção social hegemônica, a adoção da teoria social crítica enquanto chave heurística para pensar a profissão e o exercício profissional.

Gostaríamos de destacar que a escolha pelo curso de Serviço Social da UEPB como *lócus* da pesquisa se deu por reconhecer sua importância na história do Serviço Social brasileiro, já que se trata de um dos primeiros cursos de Serviço Social a serem criados fora das capitais no Nordeste e no Brasil, como também, por ser um dos primeiros cursos abertos na referida instituição, sendo implantado em plena ditadura militar num contexto de lógica desenvolvimentista (FONSECA, 2014) que promoveu uma série de investimentos econômicos e educacionais na cidade de Campina Grande - PB.

Identificamos que há poucas produções que se colocam neste sentido de aprofundar e registrar a gênese e a historicidade desse curso, não apenas para o Estado da Paraíba, mas para o Serviço Social brasileiro. É no intento de trazer contribuições para essa visibilidade que nos propomos a escolher este curso como *lócus* desta pesquisa.

Nesta direção, propomos o estudo dos TCC's por considerar que a produção acadêmica de conclusão do curso, como aponta Lima e Dahmer (2009), representa a síntese de todo o processo formativo, trata-se de um primeiro exercício de sistematização teórica dos discentes, além de ser um documento que apresenta elementos importantes para pensar a formação, o projeto pedagógico-curricular do curso, etc.

Por isso, configura-se como fonte central da nossa pesquisa. Acreditamos que a análise desses documentos podem trazer contribuições, inclusive, para capturar as tendências do que vêm sendo produzido pelos discentes do curso, principais áreas de pesquisa, as principais temáticas abordadas, qual direção predominante, o arcabouço teórico e metodológico, etc.

Claro que reconhecendo essa sistematização enquanto uma construção coletiva que depende das condições objetivas e subjetivas, toda a complexidade que demarca o ambiente acadêmico e a realidade da docência, também dos valores, da

subjetividade, do universo cultural, concepções ideológicas, dogmáticas e da compreensão de mundo do próprio discente reconhecemos os limites e possibilidades desse material de pesquisa. Reiteramos que não estamos estabelecendo juízo de valor do curso, dos docentes ou dos discentes, nosso objetivo é analisar as produções acadêmicas no sentido de extrair o máximo de elementos possíveis para captar como esses documentos expressam a compreensão dos concluintes acerca da profissão e de seu significado social e histórico.

Desse modo, acreditamos que essas produções apresentam, sim, elementos significativos para a análise da apreensão do significado social e histórico da profissão e de como a formação acadêmico-profissional crítica contribui para esse processo. No intento de identificar esses aspectos realizamos o estudo dos seguintes tópicos nos TCC's: resumo, introdução, referencial teórico, metodologia e conclusão.

Considerando os TCC's depositados no período de 2012 a 2019 há um total de 513 (quinhentos e treze) produções que estão disponíveis no repositório institucional da biblioteca online da Central de Integração Acadêmica CIAC1/UEPB, observamos que os TCC's do curso de Serviço Social estão separados por assuntos o que nos permitiu perceber onde se concentravam as temáticas de estudo.

No intuito de compor a nossa amostra escolhemos do universo total alguns assuntos que consideramos chaves para nossa análise, sendo eles: Serviço Social (175 TCC's), Assistência Social (61 TCC's), Assistente Social (35 TCC's), Atuação Profissional (11 TCC's), Prática Profissional (10 TCC's), Exercício Profissional (5 TCC's), Trabalho Social (5 TCC's), Ação Social (3 TCC's), Intervenção Profissional (3 TCC's) e Imagem Social (1 TCC). A partir da filtragem realizada nosso universo de pesquisa ficou com o total de 309 (trezentos e nove) produções.

Desse universo escolhemos 5 (cinco) TCC's por ano, chegando ao total de 40 TCC's escolhidos via amostragem por tipicidade¹⁷. Assim sendo, priorizamos as produções que apresentavam em suas palavras-chave: Serviço Social, Fundamentos, Trabalho Profissional ou Exercício Profissional e, em seu resumo,

¹⁷ Segundo Gil (2008, p. 94) constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. Ou seja, refere-se a tipo de amostra realizada através de elementos pré-definidos e pré-selecionados pelo pesquisador.

discussões em torno dos fundamentos do Serviço Social e/ou da atuação profissional dos/das assistentes sociais.

Para coleta de dados elaboramos um roteiro de leitura (ver apêndice A) priorizando os seguintes itens a serem explorados: a concepção de profissão, a concepção de história, a relação teoria/prática, abordagem quanto à questão social, a prevalência da modalidade de pesquisa ou da intervenção no campo de estágio, também a escolha do arcabouço teórico-metodológico; as referências bibliográficas mais utilizadas. Consideramos que esses itens nos deram elementos que possibilitaram a análise da temática proposta.

É importante destacar os motivos que nos levaram a optar pelos itens que tratam sobre a abordagem à questão social e da relação entre teoria e prática. Compreendemos que a maneira do enfoque sobre questão social de forma crítica (enquanto expressão das contradições capitalistas), ou dogmática (moralizantes, educacionais, comportamentais e individuais) e/ou conservadora (como problemas sociais) denotam a compreensão desses sujeitos quanto ao tratamento daquela cujas refrações são o objeto central da profissão.

Ademais, o modo como se estabelece a relação entre teoria e prática – de maneira dicotômica ou como uma unidade diversa – demonstra também como o documento expressa a unidade das competências profissionais (apesar de suas diferenças) ou apresenta uma reflexão imersa na armadilha de uma “prática irrefletida” (GUERRA, 2017, p. 57) que refaz o direcionamento tecnicista/tradicional da profissão, desconsiderando a ontologia do cotidiano profissional.

A análise do objeto de estudo em questão encontra-se fundamentado no método histórico-dialético, considerando a totalidade social, o modo de produção dos bens materiais, o desenvolvimento das forças produtivas, os movimentos e contradições inerentes à vida social e as relações sociais capitalistas, tentando identificar suas mediações.

Nesse sentido, levamos em consideração a materialidade dos fenômenos sociais e a historicidade do desenvolvimento social. Netto (2009, p. 674) define o método marxiano como o “método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”.

Para tanto, o referido autor expõe que o/a assistente social em sua prática deve utilizar de diversas técnicas que possam favorecer a atuação investigativa que ao considerar a totalidade social possa compreender o movimento da história a partir

de três momentos. O primeiro refere-se à relação entre a dimensão global e a particularidade, ou seja, a formação sócio-histórica daquela dada sociedade. Em segundo lugar, identificar as mediações que vinculam aquele fenômeno estudado as suas dimensões mais gerais. O terceiro momento se configura como a capacidade que o profissional deve desenvolver de compreensão crítica da realidade.

Seguindo o referido método nos colocamos no sentido de estabelecer sucessivas aproximações ao nosso objeto, buscando compreender as mais significativas mediações que exerceram sobre ele diversas determinações. Nesse sentido, nossa tentativa foi apreendê-lo inserindo-o numa totalidade histórica. Além disso, reconhecendo que apenas a partir de uma abordagem crítico-dialética podemos identificar às contradições inerentes a profissão e, por conseguinte, compreender seu significado social seja apresentado numa tese endógena seja numa perspectiva das relações sociais e do desenvolvimento das forças produtivas.

Nosso objetivo é tentar compreender, considerando as mediações no movimento de totalidade e particularidade, como os TCC's do curso de Serviço Social da UEPB, produzidos durante o período de 2012 a 2019, expressam ou não a apreensão do significado social da profissão mediante a nova direção social tomada em seu projeto curricular a partir do processo de "intenção de ruptura" com a herança conservadora e com a adoção da teoria social crítica enquanto sustentação teórico-metodológica devidamente apontada no PPC/1999.

Considerando o processo formativo como uma totalidade, acreditamos que através da análise dos TCC's foi possível identificar a compreensão que se tem acerca da profissão. Esses elementos são encontrados, por exemplo, na adesão a determinado suporte teórico-metodológico, na relação feita entre teoria e prática, na abordagem da questão social, na reafirmação ou não da direção social e do significado social defendidos no Projeto Ético-Político em vigência e nas DCs de 1996, etc.

4.2 Processo formativo crítico e apreensão do significado social da profissão: sobre os principais achados da pesquisa

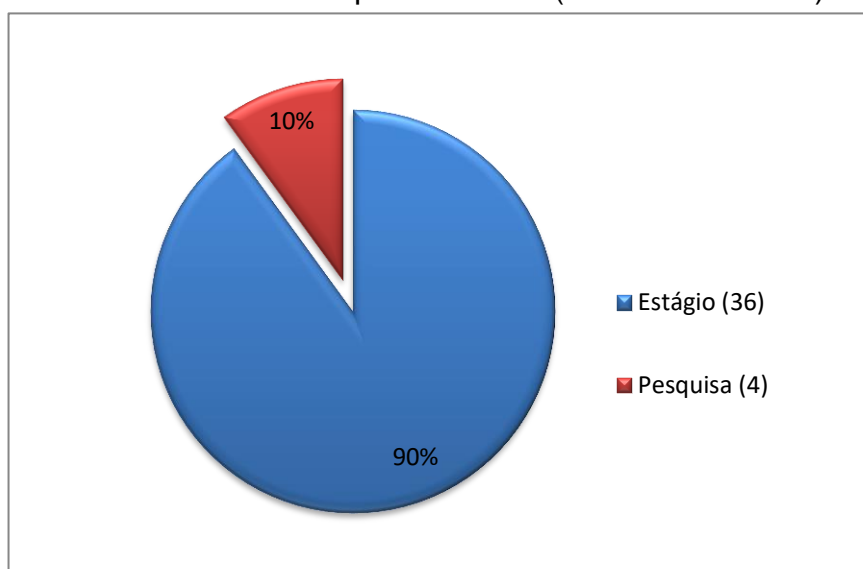
Nesta oportunidade apresentaremos os resultados da pesquisa realizada a partir do roteiro de leitura que nos possibilitou a coleta de dados que seguem agora devidamente sistematizados. Gostaríamos de destacar que para melhor

entendimento dos dados, dialogamos, também, com os resultados da pesquisa que realizamos ao longo de 2017, momento em que analisamos os TCC's do curso de Serviço Social da UEPB produzidos entre os anos de 1990 a 1999, como dito anteriormente. Esse diálogo nos permite não comparar, mas identificar os avanços e os desafios do processo formativo do curso referente à temática em tela.

De início identificamos que da amostra feita entre os anos de 2012 a 2019, 35 (trinta e cinco) TCC's foram escritos por mulheres e 5 (cinco) por homens, o que nos remete a considerar a continuidade da tendência de predominância da composição feminina no curso estudado.

Ademais, considerando a origem do interesse na escolha das temáticas, percebemos o seguinte resultado, que está exposto no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 - Interesse pela temática (TCC's 2012-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa documental realizada junto aos TCC's.

Identificamos que apenas 4 (quatro) TCC's advêm de pesquisas. Desse modo, tiveram como motivação, respectivamente, a participação em grupo de pesquisa retratando a temática da política de Assistência Social, outro advindo de projeto de iniciação científica, abordando os fundamentos da profissão, também a escolha a partir das discussões nos componentes curriculares que culminou na opção pelo debate do Serviço Social e o Terceiro Setor e, por fim, pesquisa cuja temática retrata o Serviço Social e o engajamento comunitário oriundo de suscitações e experiências pessoais do discente.

Os demais, que totalizaram em 36 (trinta e seis) TCC's, priorizaram realizar a sistematização da experiência do Estágio Supervisionado obrigatório em Serviço Social, sendo nas seguintes áreas, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 - Área dos objetos de estudo oriundos da experiência de Estágio Supervisionado

Educação	Saúde	Assistência Social	Terceiro Setor	Sociojurídico	Previdência Social	Questão Urbana
6	12	7	6	2	1	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa documental realizada junto aos TCC's.

O quadro acima nos possibilita expor a tendência das áreas em que se concentram os objetos de estudo e os Estágios Supervisionados obrigatórios. Desse modo, podemos perceber o protagonismo do debate em torno do Serviço Social e da política de Saúde, seguido por objetos que versam sobre a política de Assistência Social, política de Educação e o debate do Serviço Social junto ao Terceiro Setor.

Chamou-nos atenção à opção por compreender a inserção do Serviço Social junto a diversos espaços sócio-ocupacionais, o que demonstra a amplitude e o leque de possibilidades que os campos de estágio oferecem para pensar a profissão, fator que a nosso ver enriquece muito o curso de Serviço Social da UEPB.

Foram realizados estágios nas seguintes instituições situadas em Campina Grande e macrorregião:

- Unidade de Fisioterapia da Prefeitura de Campina Grande – PB;
- Hospital de Trauma;
- Serviço Social do Comércio (SESC);
- Escolas municipais;
- Serviço de Atendimento Especializado HIV/AIDS;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- Instituto Desenvolver (ONG);
- Escolas estaduais;
- Emergência Psiquiátrica;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- Instituto Federal da Paraíba (IFPB);
- Unidade Básica de Saúde;

- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Centro de Ação Cultural (CENTRAC) (ONG)
- Hospital Universitário;
- Secretaria de Planejamento - Campina Grande - PB;
- CRAS - São Vicente do Seridó - PB;
- Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) - Campina Grande - PB;
- Polícia Militar;
- Unidade Prisional;
- Secretária Municipal de Assistência Social.

Mesmo com as experiências em espaços sócio-ocupacionais diversos percebemos que os relatos se assemelham no que concerne à atuação profissional dos/das assistentes sociais. Entre os fatos apontados estão: a tendência institucional em exigir desses profissionais ações de cunho assistencialista e que visam o controle social. Além disso, é apontada a dificuldade tanto das instituições como dos demais profissionais e dos usuários em identificar e entender as atribuições privativas e competências dos/das assistentes sociais brasileiros/as regulamentadas pela Lei nº 8.662/93, sancionada em 07 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Regulamentação da Profissão.

Tal realidade fez com que em 30 (trinta) TCC's encontrássemos em destaque referências à regulamentações, orientações, parâmetros e subsídios publicados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para atuação em cada área. Há também citações recorrentes ao Código de Ética dos/das Assistentes Sociais de 1993 e demais publicações que compõem o marco regulatório da profissão, no intuito de defender os 11 (onze) princípios fundamentais contidos no referido Código e a definição de competências e atribuições privativas. Objetivando, assim, uma atuação profissional qualificada voltada para cidadania e a viabilização do acesso aos direitos sociais.

Outro relato constantemente encontrado nessas sistematizações é com relação às condições precárias do exercício profissional do/da assistente social, principalmente nesses tempos de crise do capital e de ofensiva neoliberal. A maioria das obras contextualiza os direitos sociais no neoliberalismo e suas inflexões para o

exercício profissional, trazendo o debate das necessidades sociais, demandas, requisições, competências e respostas profissionais.

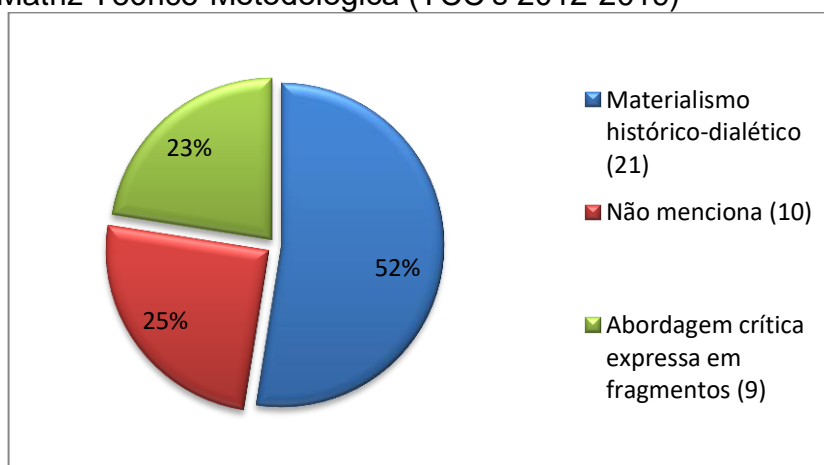
Nesses relatos fica demonstrado que a partir dessa conjuntura do capitalismo contemporâneo e das mudanças no mundo do trabalho têm surgido novas e desafiadoras exigências no âmbito do cotidiano profissional, seja em sua relação com as políticas sociais, seja no âmbito institucional, seja nas condições de trabalho e/ou em sua relação com os usuários dos serviços sociais.

Nos TCC's analisados que sistematizam a experiência em campos de estágio identificamos também relatos referentes à precarização e a polivalência da atuação profissional, estruturas físicas inadequadas, baixos salários, vínculos empregatícios temporários, a exigência para que atuem em demandas que retomam a dimensão tradicional-conservadora da profissão por meio de ações clientelistas, voluntárias, individualistas, acríticas, etc.

Ademais, encontramos nessas produções trechos em que majoritariamente se reconhece e critica a visão estereotipada da imagem social da profissão ligada ao assistencialismo, ao favor, a ajuda focalizada e a incompreensão acerca da profissão. Neste sentido, podemos perceber que a maioria das produções segue a direção do rompimento com essa perspectiva e de defesa do PEP, principalmente do direcionamento trazido pelas entidades representativas da categoria profissional.

Verificamos em muitos documentos analisados a intenção de realizar uma análise conjuntural ao longo da abordagem dos objetos e temas de pesquisa. Neste ponto, consideramos importante trazer, então, como se apresenta nessas obras a matriz teórico-metodológica.

Gráfico 2 – Matriz Teórico-Metodológica (TCC's 2012-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa documental realizada junto aos TCC's.

Os trabalhos que não mencionam nenhum suporte teórico-metodológico fazem apenas referências aos instrumentos utilizados, como: entrevista semiestruturada, questionário, pesquisa documental e bibliográfica, etc. Não se preocupam, porém, em abordar a base epistemológica de suas análises.

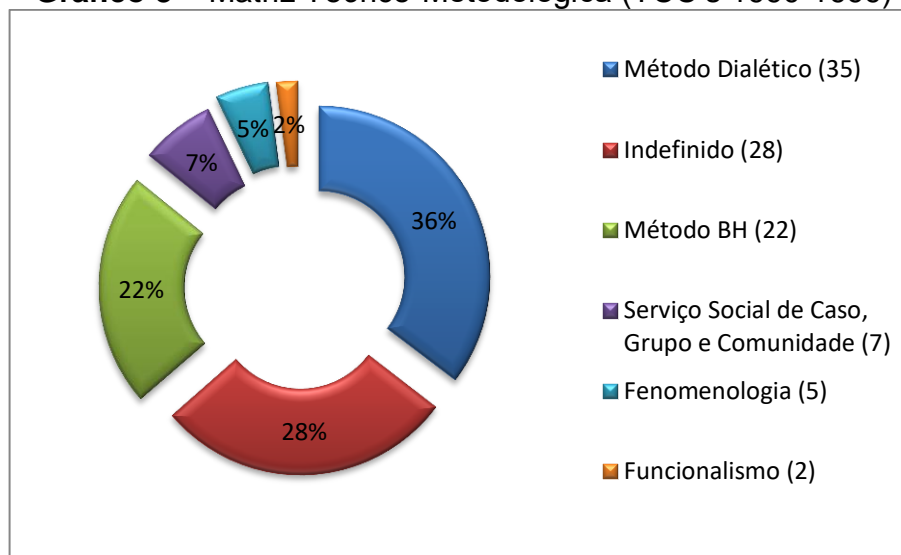
Outras produções trazem esse apontamento apenas em alguns fragmentos ao longo do texto, utilizando termos como: a importância de fazer uma apreensão crítica da realidade, de ter uma visão crítica e de totalidade social, de ir além da aparência, bem como retratam a categoria mediação com a tríade totalidade-particularidade-singularidade e da necessidade de considerar os determinantes sociais na reprodução social.

Sabemos que esses termos, categorias e conceitos fazem parte do arcabouço da teoria social crítica. Contudo, elas aparecem nessas produções de forma solta, sem conexões, sem a necessária fundamentação, sem que esteja evidente do que se está falando e a partir de quais autores, de qual perspectiva de análise e sem realizar as conexões entre esses elementos e o objeto de estudo em questão.

Podemos observar que um pouco mais da metade dos trabalhos trazem explicitamente a referência quanto ao suporte teórico-metodológico utilizado na análise de seus objetos. Ou seja, 21 (vinte e um) trabalhos citam o método, a abordagem ou a metodologia crítico-dialética. Outros descrevem a adoção da análise crítica com base na teoria social, do suporte do materialismo histórico-dialético, da dialética marxista, da adoção da perspectiva crítica com análise da totalidade. Enfim, não há uma homogeneidade quanto ao uso de determinado termo para retratar a adoção da teoria marxista enquanto base teórica- metodológica das análises.

Porém, percebemos que a chave heurística adotada para compreender a profissão defendida no PPC/1999 tem reverberado na produção analítica dos discentes em seus TCC's, mesmo reconhecendo as limitações desse processo, principalmente, se considerarmos a própria complexidade da teoria social crítica e a possibilidade de seu total domínio numa formação em nível de graduação.

Mesmo assim é uma questão que se destaca, pois demonstra de forma evidente a direção social do curso e o suporte analítico-epistemológico utilizado. É importante dizer que até pouco tempo atrás não era bem dessa forma. Ora, vejamos a seguir o gráfico que retrata a matriz teórica- metodológica utilizada nos TCC's dos anos 1990 a 1999, quando realizamos a nossa pesquisa anteriormente citada.

Gráfico 3 – Matriz Teórico-Methodológica (TCC's 1990-1999)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa documental realizada em 2017.

Vejamos que ao longo da década de 1990 no curso de Serviço Social da UEPB havia um processo gradual de adequação a direção social crítica, embora com a presença de um claro ecletismo teórico, heterogeneidade na base epistemológica e indefinição de uma direção hegemônica. São adotadas, portanto, bases teórica-metodológicas características da vertente de reatualização do conservadorismo, bem como da base epistemológica da “intenção de ruptura”, que ficou manifesto no material analisado.

Ora, ao passo que em alguns trabalhos já havia pelo menos a tentativa de aproximação com a teoria marxista, essa aproximação se dava ou via Método BH, ou método dialético, por vezes, associado ao Desenvolvimento de Comunidade ou numa perspectiva messiânica extraída do Movimento de Reconceituação. Ou imbricada em abordagens funcionalistas e psicologizantes fazendo com que em alguns trabalhos fosse praticamente impossível identificar se seguia uma linha dialética ou funcionalista, pois em vários trechos dessas produções reivindicavam-se ambas, inclusive utilizando autores de cada uma dessas perspectivas sem nenhuma definição ou diálogo entre eles, o que a nosso ver é sinal claro de ecletismo teórico e indefinição teórico-metodológica.

Podemos perceber, ainda, a adoção de perspectivas conservadoras como a fenomenologia, o funcionalismo e o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Vejam os esse trecho de um TCC do ano de 1991¹⁸, em que diz

O método de Serviço Social de grupo é o que melhor atende aos objetivos do Serviço Social, tornando-se, assim, o seu principal instrumento de trabalho. O Serviço Social de Grupo tem como função principal a integração dos indivíduos, pois, como método de educação psicossocial informal, leva as pessoas a atingirem um grau do amadurecimento social, a uma atuação efetiva dentro do processo de desenvolvimento. Sendo o grupo o instrumento para a satisfação de necessidades individuais, o Serviço Social de Grupo é um meio através do qual os indivíduos adquirem sentimento de coletividade, ensinando os mesmos a possuírem sentimentos de dar e receber, trocando experiências, dividindo, compartilhando responsabilidades e trabalhando em cooperação para o bem-estar de todos (TCC 3, 1991, grifo nosso).

Vejam também esse trecho extraído de um TCC de 1990:

No Serviço Social, uma das correntes que exerceram maior influência na profissão foi o funcionalismo. **Apesar dos questionamentos** provenientes do movimento de Reconceituação, a **nossa prática continua pautada na linha funcional**. O funcionalismo busca a integração do homem ao meio, tem como base o equilíbrio de tensões na unificação social de todos os papéis. Para a teoria funcionalista o conflito é funcional [...]. A posição ideológica dos funcionalistas é a **neutralidade**, esta neutralidade, se reflete no Serviço Social, por exemplo, nos famosos princípios do relacionamento (TCC 9, grifo nosso).

Para nós esses trechos são muito importantes, pois demonstram que no curso ainda no início dos anos 1990 já havia, sim, debates quanto ao Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, das abordagens teóricas e metodológicas a ele atrelado e, sobretudo, a de “intenção de ruptura” com o tradicionalismo profissional. Ou seja, a década de 1990 foi crucial para o curso de Serviço Social da UEPB, pois foi um momento de efervescência de debates, de colisão entre as diferentes concepções de profissão e pelo que percebemos a partir das abordagens utilizadas também de certa resistência a perspectivas críticas.

Isso fica evidente na defesa enfática feita a essas abordagens conservadoras, conforme pode ser observado no trecho a seguir extraído de um TCC de 1992:

Levando-se em consideração que a **fenomenologia** se trata de um método que **visa conhecer profundamente os fenômenos sociais, cabe-nos defendê-la, no propósito de que ela pode ajudar na busca da compreensão de como intervir no Serviço Social** [...]. A fenomenologia é o principal fato a ser trabalhado. É preciso que o sujeito seja consciente, autônomo e agente de transformação, capaz de modificar o objeto (mundo) em seu favor. A consciência se faz importante na medida em que ela serve

¹⁸ Lembrando que essa numeração não segue nenhuma ordem alfabética ou de exposição na biblioteca, afim de não expor os sujeitos, trata-se apenas de uma maneira de esquematização de citação dos trabalhos.

de guia de reflexão crítica e explicação que o levará a possíveis mudanças. [...] O Serviço Social, orientado pela Fenomenologia, preocupa-se em interpretar e compreender a prática profissional. Partindo do princípio da autodeterminação após o homem ter vivido determinada situação, ele toma consciência dos seus direitos como ser humano. [...] **Assim, o Serviço Social se limita mais ao estudo do ser dentro do mundo, pois o mundo é apenas uma representação concreta daquilo que o homem idealiza** (TCC 15, grifo nosso).

É interessante perceber como todo o debate presente naquele momento reverbera nas produções de conclusão de curso. Por exemplo, em alguns trabalhos enquanto é citada a adoção da fenomenologia como suporte epistemológico na mesma produção encontramos análises conjunturais e a defesa da transformação comunitária e do desenvolvimento comunitário. Ou seja, reitera-se o forte ecletismo como um dos principais achados da pesquisa feita nesses documentos.

Além disso, percebemos que no início da década de 1990 havia discussões sobre o Movimento de Renovação, sobre a perspectiva marxista, principalmente através do Método de BH. Vejamos esse trecho de um TCC de 1995:

Nossa prática no [...] foi norteada por esta corrente filosófica dialética, na tentativa de desencadear uma metodologia de ação de postura transformadora, buscando nas próprias bases a solução dos problemas existenciais, levando ainda, a própria população à despertar a partir do que é aparente, para o que é de fato na essência, fazendo “jus” a sua condição de ser capaz de pensar, agir e transformar os antagonismos existentes numa sociedade onde predominam os interesses de classes fundamentais e opostas [...] na nossa área de atuação a metodologia foi respaldada na corrente teórica dialética, através da utilização da proposta metodológica de Leila Lima Santos. Este referencial possibilitou uma análise globalizadora da realidade e nos levou a compreendê-la e analisá-la, além de nos fornecer elementos para sua transformação. Para Leila Lima Santos, processo metodológico é o conjunto de normas, técnicas e procedimentos que norteiam o desencadeamento da ação. Esse processo metodológico é composto por etapas ou momentos metodológicos (TCC 10, 1995).

E, por que a nosso ver é interessante trazer esses apontamentos? Parece-nos claro que o direcionamento que o curso tem hoje está conexo a esses fatos. Até mesmo porque o PCC/1999 foi produzido no bojo desses debates o que reafirma os avanços que esse projeto curricular trouxe para o alinhamento do curso a direção hegemônica da profissão e da adoção firme e efetiva da teoria social crítica como suporte fundamental para pensar, compreender e apreender a razão de ser e de conhecer o Serviço Social enquanto profissão historicamente situada e socialmente determinada.

Esse processo fica evidente também nas referências bibliográficas encontradas nessas sistematizações. Principalmente, considerando os autores utilizados para tratar os fundamentos do Serviço Social e as concepções em torno do que é a profissão tanto nos TCC's da década de 1990 como nos TCC's dos anos de 2012 a 2019. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 2 - Principais Referências Bibliográficas - Principais autores utilizados

TCC's 1990-1999	TCC's 2012-2019
Natálio Kisnerman Boris Alexis Lima Ana Augusta de Almeida Maria Luiza de Souza Nobuco Kameyama Leila Lima Santos Vicente de Paula Faleiros Marilda lamamoto	Marilda lamamoto Jose Paulo Netto Yolanda Guerra Carmelita Yazbek Ana Elizabete Mota Fátima Grave Ortiz Maria Inês Bravo Raquel Raichelis Ney Luiz Teixeira de Almeida Carlos Montañó CFESS

Primeiramente, esse aspecto reforça a importância da produção de conhecimento a partir de uma perspectiva crítica no e do Serviço Social, pois fundamenta, qualifica o debate e permite a compreensão do significado social da profissão em sua instrumentalidade, por isso, ao longo desse trabalho buscamos destacar as principais obras que versam sobre essa temática.

Voltando para exposição dos resultados da análise dos TCC's de 2012-2019 cujo processo formativo é direcionado a partir do projeto curricular de 1999 e das DCs de 1996 podemos perceber que aparece, por exemplo, a discussão em torno da necessidade de superar uma visão endógena da profissão, de romper com o conservadorismo que ainda permeia o cotidiano profissional e a defesa de embasamento crítico enquanto sustentáculo para pensar a profissão, o exercício profissional, as demandas, requisições e possíveis respostas.

Nesses trabalhos encontramos várias abordagens que tratam das diferentes concepções sobre o Serviço Social. De modo que em todos os TCC's analisados há a defesa da concepção crítica da profissão, rejeição quanto à dimensão de assistencialização da profissão nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Vejamos esse trecho retirado de um TCC de 2014:

Cabe completar, que o grande desafio posto ao Serviço Social - para a atuação dos assistentes sociais – é fazer uma discussão crítica, buscando romper com práticas individualizantes, do favor, ajustamento, bem como de disciplinamento dos usuários. Portanto, o desafio incide em construir e fortalecer práticas voltadas para potencializar a capacidade de participação enquanto deliberação de sujeitos individuais e coletivos (TCC 15, 2014).

A maioria das obras (27) busca apontar a historicidade da profissão e sua particularidade na formação brasileira abordando desde a sua gênese, institucionalização até a adoção da direção social ético-política. Os trabalhos que buscam historicizar a profissão dão destaque as três vertentes¹⁹ enfatizando a intenção de ruptura como fundamental para o rompimento hegemônico da profissão com o assistencialismo, tradicionalismo profissional e com o conservadorismo. Defendem, portanto, a profissão e o projeto profissional em sua direção social crítica, ética e política. Vejamos o trecho a seguir:

À medida que os conjuntos de traços e características que constroem a imagem do Serviço Social apenas pode ser desvelado a partir da apreensão das particularidades históricas brasileiras e sua relação com a emergência da profissão no Brasil, cabe destacar que este movimento não é de mão única. Ao contrário, o reconhecimento dos elementos que conformam esse imagem oferece também pistas para o desvelamento da profissão, na medida em que contribui para o entendimento efetivo de seu sentido na divisão social e técnica do trabalho. A realização dessa pesquisa justificou-se pela **importância de apreender o Serviço Social na sua historicidade**, desvelando a construção da imagem social da profissão construída no atual contexto histórico, para que se possa aprofundar teoricamente o debate acerca dos dilemas, possibilidades e desafios postos ao exercício profissional na contemporaneidade (TCC 20, 2014, grifo nosso).

Os demais trabalhos (13) mesmo não historicizando a profissão buscam fazer análises dos seus objetos de forma crítica e dialética. Ao considerarmos o total da nossa amostra percebemos que os trabalhos demonstram uma concepção de história processual, materialista-crítica, em que se reconhece a profissão como contraditória, determinada na e pela reprodução social e pelas relações entre as classes antagônicas imersas no metabolismo do capital. Portanto, uma profissão passível de transformações mediante o movimento de continuidades e descontinuidades ao longo da história.

¹⁹ Netto (2011a) ao refletir sobre o processo de Renovação do Serviço Social no Brasil aborda três vertentes que se inter cruzam que são: a perspectiva modernizadora (com destaque a corrente funcionalista), a reatualização do conservadorismo (com destaque a fenomenologia) e a intenção de ruptura (de base crítica-marxista).

Em apenas 03 (três) produções, considerando nosso universo total, não conseguimos encontrar elementos suficientes para identificar a concepção de história adotada. Trata-se de análises desconexas, pontuais, fragmentadas, predominantemente descritivas, não havendo a tentativa de realizar os nexos entre a totalidade e a particularidade do objeto abordado, apenas relatos históricos ou descrição da política social retratada. O que nos permite perceber que mesmo havendo um projeto de formação crítico que se tornou hegemônico ele não é, todavia, homogêneo. Como exemplo disso vejamos o trecho a seguir:

O Serviço Social, teve que passar por três grandes e importantes processos de renovação de sua profissão (perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura), é relevante destacá-los pois é onde se encontra a gênese da profissão para que possamos compreender a ligação da profissão no campo da saúde. No Brasil, a perspectiva modernizadora, que iniciou em meados de 1965, veio a tornar necessário intervenções do assistente social para rebater as expressões da questão social afrontadas no momento, porém, de modo equívoco, pois tal perspectiva tinha um caráter puramente missionário, seu papel era basicamente social no sentido mais conservador possível, levado pela caridade (TCC 30, 2018).

O que nos chama atenção nesse fragmento é como se torna representativo de algumas limitações teórico-metodológicas e de concepção de história encontradas nos trabalhos analisados. E, que apesar desses fatores, ficou demonstrada, ao mesmo tempo, a intenção de apreender a profissão criticamente, principalmente, no trato dado a questão social.

Em 39 (trinta e nove) sistematizações encontramos menção a questão social enquanto o conjunto de expressões da contradição entre capital e trabalho e das relações desiguais entre as classes sociais. Além disso, enfatizam essas expressões enquanto objeto central da intervenção do/da assistente social. Apenas 1 (um) obra não faz referência a essa temática nem de forma crítica e nem conservadora, seguindo a análise da profissão sem correlacioná-la com o debate da questão social e suas manifestações hodiernas.

Esse dado, a nosso ver, é muito importante por ser também um demonstrativo da direção do processo formativo. Ora, a maneira como é compreendida a questão social, sua gênese e refrações impactam diretamente na compreensão da profissão, sua especialidade, legitimidade e o seu significado social. Vejamos essa citação encontrada em nossa primeira pesquisa e retirada de um TCC de 1997:

o profissional dessa área (Serviço Social) exerce atividades referentes aos aspectos denominados questões sociais, que se encontram em torno de problemas individuais ou grupais [...] para tal, é necessário direcionar suas atividades começando pelo conhecimento da realidade social, tendo como fonte o Diagnóstico e o Prognóstico [...] o Serviço Social tem a função de oferecer uma ajuda psicossocial às pessoas envolvidas no processo (TCC 2, 1997).

Com a análise dos TCC's da década de 1990 percebemos uma compreensão acerca da questão social marcada pela ênfase nos problemas sociais numa perspectiva funcionalista e moralizante, de responsabilização do indivíduo, de readaptação e adequação de comportamentos, ações imediatistas, pontuais, que visam à correção de disfunções sociais.

Não é essa, porém, a compreensão que predomina nos TCC's de 2012 a 2019. Na amostra analisada os trabalhos predominantemente relacionam à profissão as expressões da questão social oriunda das contradições e desigualdades do sistema do capital. Para tanto, fazem referência, principalmente, a autores como Marilda Iamamoto e José Paulo Netto. Vejamos o seguinte trecho retirado de um TCC de 2015:

Nessa perspectiva, o Serviço Social institucionaliza-se como profissão nos agravamentos das expressões da questão social, este construído na complexa dinâmica das relações sociais, a partir das contradições geradas no sistema capitalista (TCC 21, 2015).

Esse trecho é representativo do que encontramos nos demais trabalhos que é a refutação da ideia da institucionalização do Serviço Social enquanto tecnificação dos processos de ajuda e de prática filantrópica. A profissão é retratada enquanto resposta a determinadas necessidades sociais postas no seio da sociabilidade burguesa. Essa resposta é dada via Estado em acordo com o mercado através das políticas sociais e da institucionalização de profissões e, portanto, de profissionais que atuarão diretamente com essas demandas, entre eles, o/a assistente social. A tentativa de controle social e de enfrentamento as múltiplas expressões da questão social ultrapassaria então as ações meramente coercitivas e buscaria efetivar estratégias de promoção de coesão e "harmonia" social.

No bojo desse debate os trabalhos apresentam a correlação entre as manifestações da questão social e a implantação, amplitude e formatação das políticas sociais, hora coesivas, hora coercitivas, repressivas, hora assistencialistas, hora imbricadas nesses aspectos. Neste sentido, imersas diretamente na lógica do

estágio de desenvolvimento do capital e da particularidade da formação social e histórica dos Estados que as programam e implementam. A nosso ver esses aspectos são fundamentais para pensar a profissão e seu significado social.

Ora, o debate das demandas, requisições, respostas profissionais precisam estar correlatas ao debate das necessidades sociais manifestas na reprodução social que promovem determinado espaço na divisão social e técnica do trabalho. Permite, ainda, compreender o que se espera dessa profissão, sua matéria-prima, especialidade, instrumentos, funcionalidade, técnicas e racionalidade.

Esse não é um debate simples, principalmente, quando abordamos uma profissão como o Serviço Social, e em especial o Serviço Social brasileiro, reconhecendo a particularidade da formação social, histórica e econômica do país e ao mesmo tempo do amadurecimento teórico-metodológico que subsidiou a adoção da direção ética, política, cidadã e emancipatória que a categoria profissional tomou a partir da intenção de ruptura com os traços, elementos e teorias que remetem a atuação profissional a ações conservadoras, moralizantes, assistencialistas e dogmáticas.

O que estamos tentando destacar é a complexidade desse debate. Não é algo simples pensar e perceber a profissão nessa trama das relações sociais, refletir criticamente suas demandas, sua razão de ser, seu significado social. Exige capacidade teórica, técnica, crítica e histórico-dialética.

A aproximação teórica e metodológica do Serviço Social com a perspectiva marxista permite exatamente que os/as assistentes sociais, considerando as condições historicamente dadas, desenvolvam uma atuação propositiva e crítica do seu fazer profissional e não se comportem como técnicos capacitados no ajustamento e adequação de indivíduos, subjugando-os a aceitação impensada do seu modo de vida e das condições socioeconômicas a qual estão inseridos.

Com isso, contribui para que pensem criticamente o seu cotidiano profissional, a configuração das políticas sociais, os limites e as possibilidades presentes no seu exercício profissional e tomem uma posição em defesa dos usuários. Os trabalhos analisados trazem esse debate sobre as demandas e respostas profissionais, sobre as atribuições e competências, e destacam a importância de reconhecê-las criticamente defendendo, assim, a atuação profissional de forma criativa, investigativa e propositiva.

Encontramos inúmeros trechos, em 21 (vinte e um) trabalhos, em que é feita a menção a instrumentalidade do Serviço Social e acerca da unidade entre teoria e prática. Apontam a importância da formação permanente, da atuação qualificada, da pesquisa, do desenvolvimento de competências, habilidades, da importância de construir novas alternativas, respostas estratégicas as demandas postas no cotidiano do exercício profissional de forma fundamentada, crítica e reflexiva. Ademais, enfatizam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa enquanto capacidades indissociáveis para atuação dos assistentes sociais.

Em 8 (oito) trabalhos há menção explícita ao termo “significado social da profissão”. Mesmo os que não fazem referência direta a temática definem a profissão como inserida na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo e como partícipe dos processos de produção e reprodução das relações sociais. Vejamos os trechos a seguir:

Discutimos sobre os fundamentos históricos do Serviço Social, apresentando como essa profissão se encontra inserida na divisão social e técnica do trabalho, na implementação das políticas sociais, para, em seguida, refletir sobre o trabalho do Serviço Social no âmbito da saúde pública, enfocando a sua inserção nesses espaços públicos (TCC 4, 2012).

E “é preciso que os assistentes sociais tenham clareza do que fazem, para que assim, possam decifrar o significado da profissão. Que superem o teorismo estéril, o pragmatismo e o militância” (TCC 8, 2013).

Prevalece, em todos os trabalhos analisados, uma compreensão crítica acerca da profissão e de negação de seus laços e traços conservadores. Aparece nos trabalhos, majoritariamente, a análise da constituição dos campos de atuação e dos espaços sócio-ocupacionais correlacionando-os com a política pública e social e as expressões da questão social, as necessidades e demandas sociais, as requisições institucionais, os anseios dos usuários e as possíveis respostas profissionais respaldadas no marco legal que rege a profissão e no direcionamento do PEP. Vejamos o trecho a seguir:

Portanto, é essencial compreender o trabalho do assistente social no âmbito do terceiro setor em articulação ao conhecimento acerca dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, de forma a propiciar uma intervenção profissional crítica na realidade social, como forma de possibilitar que se entenda o significado social da profissão, dentro de sua inserção nesse campo de atuação (TCC 14, 2014).

Ou seja, podemos perceber o debate articulado entre os fundamentos da profissão, sua instrumentalidade, os campos de atuação, os espaços sócio-ocupacionais, a abordagem acerca das políticas sociais, a relação entre o profissional, à instituição e os usuários, as condições de trabalho profissional, seus limites, dilemas e possibilidades, reverberando assim na reflexão sobre as demandas, requisições, competências e atribuições privativas. A nosso ver, retrata então direta ou indiretamente a temática do significado social da profissão e do compromisso e comprometimento ético-político. Portanto,

O significado social da profissão, historicamente vinculado ao tratamento da questão social, é impactado por questões que reproduzem na ação profissional a mesma tensão contida nas demandas que lhe são feitas. Isto significa reconhecer a existência de alterações na formação do mercado, na requalificação profissional, no domínio operativo de um conjunto de procedimentos que no momento consolidam processos que faziam parte das metas profissionais. [...] A estes juntam-se a questão da direção social da prática, do seu conteúdo e dos meios objetivos para a sua materialização (ABEPSS,1996, p. 27-28).

Pode surgir, então, a seguinte indagação: diante dos dados expostos é possível referendar que a partir da compreensão expressa por estes discentes concluintes que também o seu exercício profissional condiz com o PEP e tem uma direção crítica? Bem, é preciso destacar que esse não é o foco da nossa pesquisa, além disso, tratar-se-ia de uma conclusão demasiadamente subjetiva e hipotética.

O que podemos concluir a partir dos elementos identificados é que os TCC's analisados apresentam, sim, uma apreensão crítica e processual do significado social da profissão. E, que o direcionamento curricular da formação do curso de Serviço Social da UEPB é determinante nesse processo. Principalmente, através do PCC de 1999 que traz explicitamente a importância de compreender a profissão em sua historicidade, especialidade, funcionalidade, gênese, institucionalização, operacionalidade e de seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos.

Defende ainda que essa análise e apreensão se dê a partir de uma perspectiva crítico-dialética que permite compreender a razão de ser e de conhecer o Serviço Social. O que aparece majoritariamente na amostra analisada. Vejamos o trecho a seguir:

É evidente que a conjuntura é favorável ao avanço do neoconservadorismo teórico dentro da profissão, por isso é sempre importante estarmos

pensando a repensando o exercício profissional dos assistentes sociais através de uma perspectiva crítica que nos permita refletir sobre os desafios postos aos profissionais e a profissão em defesa da materialização do projeto ético político do Serviço Social, tentando referenciar-se por uma prática que possua uma clara direção sociopolítica. Deste modo, ainda que o profissional continue atuando sob os fundamentos capitalistas, é claro, expressos no cotidiano profissional, assim como também no das classes sociais, é preciso compreender e, sobretudo, refletindo acerca do significado de sua prática no contexto das relações sociais (TCC 23, 2015).

Esse fragmento é demonstrativo do que encontramos em nossa pesquisa. Podemos constatar o direcionamento crítico da formação em Serviço Social da UEPB registrado principalmente no PCC/1999. Consideramos isso um avanço importante mesmo diante de todas as adversidades, desafios e desvalorização sofrida pelas universidades tanto no âmbito orçamentário com cortes significativos de recursos, como também, na dimensão reflexiva e cidadã com o fortalecimento de influências conservadoras no campo teórico, ideológico e cultural.

O curso analisado mantém-se resistente e alinhado a direção social hegemônica da categoria e na defesa majoritária da teoria social crítica enquanto embasamento teórico-metodológico para compreender a profissão, sua instrumentalidade e seu significado social.

Vale destacar que os achados da nossa primeira pesquisa realizada nos TCC's de 1990 a 1999 nos levaram há considerar essa década como um momento de importante transição e adequação a direção social hegemônica e de adoção da formação de base crítica no curso de Serviço Social da UEPB. Nesses trabalhos da década de 1990 encontramos fortes sinais do ecletismo teórico e indefinição teórico-metodológica. Além de significativa influência do positivismo revelada nas ideias de disfunções sociais, ajustamento dos indivíduos, nas análises imediatistas, pontuais e não mediadas.

No que concerne à apreensão do significado social do Serviço Social, expressa nessas produções acadêmicas, pode-se afirmar que majoritariamente as análises acerca da profissão encontram-se desconectadas das devidas mediações, revelando uma apreensão ainda incipiente dessa temática. Além disso, considerando abordagens de base crítica mostram-se consideravelmente limitada a interlocução entre os objetos de estudo, os fundamentos da profissão e a compreensão do seu significado.

Diferentemente dessas características os achados da nossa segunda pesquisa realizada nos TCC's de 2012 a 2019 percebemos o esforço quanto a

pensar o Serviço Social e seus fundamentos a partir do debate de seu espaço na divisão social e técnica do trabalho, situando-a historicamente. O roteiro de leitura que subsidiou nossa análise nos permitiu extrair dos documentos elementos que revelam que existe, sim, e uma apreensão do significado social da profissão de forma crítica, processual e histórica.

Esses aspectos reforçam a importância da formação acadêmico-profissional para a formação de assistentes sociais críticos, capacitados e comprometidos eticamente. O curso de Serviço Social da UEPB, principalmente a partir do final da década de 1990, tem-se mostrado alinhado e resistente nas trincheiras da defesa de uma educação pública, presencial, crítica e de qualidade.

Assim sendo, está conexa a direção social hegemônica da profissão através de sua grade curricular e compromisso de seus docentes. Tem ofertado uma formação acadêmico-profissional que aborda essa temática permitindo uma compreensão do significado social da profissão. Esse fator reverbera nas sistematizações dos TCC's como podemos observar ao longo da nossa pesquisa.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que reconhecemos que esse direcionamento apesar de majoritário, não é hegemônico. Os próprios documentos analisados demonstram certas limitações teóricas, metodológicas e ainda apresentam aspectos que remetem ao ecletismo.

Porém, esses fatores não diminuem, em absoluto, os importantes avanços identificados e o amadurecimento científico e sócio-político impetrados através do PCC/1999, como também, através do comprometimento dos docentes, pelas atividades dos grupos de pesquisa e projetos de extensão, pela iniciação científica e pela defesa e articulação entre os campos de estágio supervisionado obrigatório, os supervisores de campo e os supervisores acadêmicos o que tem permitido uma positiva interlocução entre os discentes, seus objetos de estudo e a apreensão do Serviço Social em seus fundamentos e instrumentalidade.

Por fim, acreditamos que as expectativas de nossa pesquisa foram atendidas e nossos objetivos alcançados. Podemos perceber – como imaginávamos – que o curso de Serviço Social da UEPB, a partir do final da década de 1990, passou por mudanças substanciais, se fortaleceu institucionalmente e amadureceu teórico e metodologicamente.

Esses fatores reverberam na produção dos TCC's e demonstram efetivamente a direção formativa do curso. Com essa pesquisa pudemos constatar

que o curso de Serviço Social da UEPB adota uma direção crítica, em consonância, com os princípios norteadores dos DC/1996 para os cursos de Serviço Social no Brasil e que se mantém firme apesar de todas as adversidades e desafios da conjuntura atual. Essa formação acadêmico-profissional crítica, por sua vez, permite uma apreensão ontológica do significado social da profissão.

5. CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Ao nos debruçarmos sobre o estudo da apreensão do significado social da profissão através da análise dos TCC's produzidos entre os anos de 2012 a 2019 no curso de Serviço Social da UEPB, nos deparamos com um rico acervo que expressa a sua construção histórica e sua importância para o município de Campina Grande e regiões circunvizinhas.

Nosso objetivo foi compreender como se expressa nessas produções acadêmicas a apreensão (ou não) do significado social da profissão e a relação da temática em tela com a formação acadêmico-profissional enquanto contributo imprescindível para seu desvelamento crítico, científico, histórico e operacional.

Para tanto, elaboramos um roteiro de estudo que subsidiou a extração de elementos como: o ano de defesa do TCC e a temática abordada, se o interesse pelo objeto resultava do processo de estágio supervisionado ou de pesquisa acadêmica, a área e os campos de atuação, caso partissem de experiência de estágio.

Além disso, procuramos identificar a abordagem acerca da questão social, a matriz teórico-metodológica, a concepção de história, a concepção de profissão, como se apresentava a relação entre teoria e prática, o referencial teórico-metodológico, elencando os principais autores utilizados para tratar sobre os fundamentos da profissão e se havia menção explícita (ou não) a temática que é objeto dessa pesquisa tentando identificar, ainda, como se revelava sua apreensão.

A partir desses elementos podemos constatar que os documentos analisados apresentam, sim, uma apreensão crítica do significado social do Serviço Social. Decerto, reconhecem o/a assistente social enquanto trabalhador assalariado inserido na divisão social e técnica do trabalho e compelido a exercer determinadas atividades oriundas das necessidades sociais na ordem do capital.

Acreditamos que o PCC/1999, a adoção e o alinhamento com a direção social crítica que caracterizam o processo formativo e curricular do curso de Serviço Social da UEPB a partir do final da década de 1990 foi e continua sendo crucial para esse processo. Principalmente, quando dialogamos com os achados da nossa pesquisa que analisou a apreensão da mesma temática nos TCC's dos anos de 1990 a 1999.

Reiteramos, portanto, que o processo formativo acadêmico se constitui num dos espaços fundamentais para a compreensão dos princípios norteadores do PEP

profissional vigente, expressos no Código de Ética de 1993, na Lei que Regulamenta a profissão e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/96, como também de possibilidade teórico-concreta de desvelamento do significado social da profissão, principalmente na contemporaneidade. Ademais, trata-se de um espaço de reafirmação dos avanços impetrados pelo Serviço Social enquanto profissão e também enquanto área de produção do conhecimento.

Podemos concluir que mesmo diante de tantos desafios orçamentários e teórico-ideológicos impetrados pela atual conjuntura neoliberal em que vigora uma significativa demonização e descaracterização da teoria marxista e de mudanças no mundo do trabalho o referido curso se mantém comprometido com PEP e com as orientações apontadas pelas entidades representativas da categoria como o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS. Como também permanece firme em seu alinhamento à direção social hegemônica e na adoção da teoria social crítica enquanto chave heurística para pensar e reconhecer a profissão.

Como retratamos esses fatores reverberaram nos TCC's. As produções que analisamos em nossa amostra apresentam majoritariamente o debate dos fundamentos da profissão, sua gênese e institucionalização. Reconhecem a profissão enquanto inserida na divisão social e técnica do trabalho e atravessada por contradições.

Além disso, relacionam as políticas sociais, as demandas, competências, atribuições e habilidades profissionais dentro da órbita institucional e burocrática do Estado imersas na lógica do capital, reconhecendo os limites, desafios e possibilidades da intervenção profissional.

Prevalece uma compreensão acerca das expressões da questão social enquanto oriunda das relações desiguais entre as classes e como objeto central da intervenção profissional. Não identificamos nenhum trabalho que abordasse a questão social de maneira individualizada, disfuncional ou moralizante. Portanto, entre este fator e outros predomina uma concepção crítica acerca da profissão.

O exercício profissional do/da assistente social é visto no sentido de viabilização de direitos sociais, de defesa dos usuários, da cidadania e demais princípios presentes no Código de Ética Profissional de 1993 e adotam uma direção crítica e alinhada ao PEP profissional. Na defesa da profissão nesta perspectiva recorrem, consideravelmente, às publicações das entidades representativas, principalmente as do CFESS.

Considerando as fragilidades identificamos ainda a presença do ecletismo e que nem todos os trabalhos tem o cuidado de explicitar a matriz teórico-metodológica. Por vezes, as abordagens são mais descritivas sem as necessárias mediações entre o objeto de estudo e a totalidade.

Esses fatores, entretanto, não diminuem os resultados positivos, que a nosso ver, encontramos. O curso de Serviço Social da UEPB permanece resistente e alinhado a direção social crítica hegemônica na profissão e comprometido ética e socialmente com uma formação acadêmico-profissional emancipatória.

Por fim, gostaria de retratar que não foi fácil à realização dessa pesquisa. Debruçamo-nos sobre uma temática extremamente complexa. Nossa pesquisa tinha um montante considerável de TCC's e precisamos organizar o banco de dados disponibilizado pela biblioteca virtual da instituição que contava com mais de 500 exemplares, pois os arquivos estavam misturados por assuntos e anos de forma desorganizada. Só depois disso é que tivemos possibilidade de definir nossa amostra.

Além disso, desenvolvemos essa pesquisa ao longo da grave pandemia da COVID-19 combatida de forma irresponsável pelo governo federal. Todos os dias éramos bombardeados por notícias tristes e pela crueldade do obscurantismo, do negacionismo político e científico do fascismo brasileiro.

A necessidade de isolamento e distanciamento social enquanto medida sanitária necessária para o combate a essa pandemia trouxe novos arranjos para o cenário educacional brasileiro. Entre eles, destacamos a adoção do ensino remoto que, se por um lado, visava à continuidade do acesso às aulas, mesmo diante da pandemia, por outro, escancarou a forte desigualdade social de nosso país e a desresponsabilização do Estado nos custos de oferta dessa modalidade remota.

A nosso ver, esse processo tem intensificado a desqualificação do ensino, dado que nem todos os estudantes possuem os equipamentos necessários, assim como acesso a redes de *Internet* de qualidade para acompanharem as aulas. Assim como, percebemos o espraiamento da lógica EAD nas instituições de ensino públicas, reforçando os valores dessa educação distanciada, rasa, minimalista e imediatista .

Esse processo atinge a docência fortemente. Muitos professores sequer foram capacitados para o uso dessas novas tecnologias e plataformas. Tendo que custear os gastos com os equipamentos, redes de *Internet* e aplicativos pagos, além

de ter que lidar, muitas vezes, com a exposição de sua intimidade, seu lar a fim de conciliar as aulas e sua rotina.

A necessidade de adaptação a essa nova modalidade tem intensificado problemas de saúde física pelo prolongamento do tempo – em posição sentada – em reuniões *on-line*, atendimentos individuais e nas aulas. Além disso, temos o desenvolvimento de problemas de cunho visual pela exposição demasiada a telas de computador e celular, como também o aumento do adoecimento de ordem psíquica com o desenvolvimento de quadros de ansiedade, estresse, depressão, etc.

Isso tudo se intensifica devido à própria realidade social que enfrentamos chegando a quase 600 mil mortes pelo Coronavírus (até o dia 28/09/21), aumento das famílias em situação de extrema pobreza, da fome e da violência. Ainda, o desemprego em índices alarmantes, militarização da vida social, destruição do meio ambiente e avanço da grilagem em terras indígenas, mudanças climáticas preocupantes, inflação alta, instabilidade política com ameaças claras de golpe, ritmo de vacinação desacelerado e o prolongamento da pandemia no Brasil com a chegada de variantes.

Como se não bastasse ainda temos que lidar com os ataques orçamentários as universidades, com cortes de bolsas, cortes nos financiamentos das pós-graduações, dos projetos de iniciação científica, orçamento reduzido para a política de Assistência Estudantil, etc.

Ademais, enfrentamos ainda uma onda fascista, obscurantista e anti-ciência que nega a vacina ao passo que dissemina tratamentos e medicamentos ineficazes num projeto articulado de desinformação, corrupção e total incompetência revelados, entre outros meios, pela CPI da Pandemia instalada no Senado Federal.

Diante disso, podemos dizer que o governo Bolsonaro tem adotado uma política genocida e perversa diante da pandemia. Sua preocupação é meramente política, de favorecimento do mercado a fim de manter-se no poder e de proteger sua família de investigações e processos judiciais levando o país a um verdadeiro colapso sanitário, social e econômico.

Acredito que diante de todas essas questões postas na atualidade faz-se necessário debater o Serviço Social e a formação acadêmico-profissional nessa conjuntura, pautar as respostas profissionais em meio a todas essas questões, assim como, o significado social da profissão na pandemia e pós-pandemia.

Esperamos, portanto, que as questões aqui trazidas possam suscitar pesquisas nesse sentido.

Espero que, mesmo diante das possíveis limitações aqui presentes, este trabalho traga contribuições importantes para o debate dos fundamentos do Serviço Social e para pensar o significado social da profissão, bem como instigar a realização de novos estudos em outras realidades e momentos históricos.

Por fim, podemos dizer que manter a saúde mental e a esperança foi nosso maior desafio em meio à escrita desse trabalho que agora se encerra.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996. Rio de Janeiro:1996.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. Ano XVII, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996, p.03-40.

AVELAR, Marina. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. *In: CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.73-82

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 124, São Paulo: Cortez, 2015, p.637-651.

BRASIL. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em:
<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf>. Acesso em: 02/02/2021.

BRAZ, Norma. Necessidades humano-sociais: ensaio sobre a atualização das necessidades radicais. *In: Revista Argumentum*. nº 2, Vitória: UFES, 2013 p.123-138 .

CARTOLLO, Maria Caraméz. Guerra em campo aberto: as disputas pela mudança estrutural do espaço intelectual brasileiro. *In: CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.121-126

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CATINI, Carolina. Educação e empreendedorismo da barbárie. *In: CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.33-40.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O ensino superior privado-mercantil em tempos de economia financeirizada. *In: Cássio, Fernando. Educação contra a barbárie.* São Paulo: Boitempo, 2019, p.67-72.

CHESNAIS, François. Não só uma crise econômica e financeira, uma crise de civilização. *In: István Mészáros: e os desafios do tempo histórico.* São Paulo: Boitempo, 2011, p.187-198.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. *In: Revista Serviço Social e Sociedade.* nº 105, São Paulo: Cortez, 2011, p.241-266.

DAHMER, Larissa; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. Formação profissional em Serviço Social no contexto de expansão mercantilizada: análise de uma década. *In: VALE, Andréa Araújo; PEREIRA, Larissa Dahmer. O ensino a distância na formação em Serviço Social: análise de uma década.* Rio de Janeiro: E-papers, 2019, p.109-137.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe:** a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DSS/UEPB. **Projeto Pedagógico de Curso – Serviço Social.** Departamento de Serviço Social. Campina Grande: UEPB, 2014.

FARIA, Sandra de; AVELAR, Sarah Medeiros. Ofensiva conservadora na educação superior e os desafios à formação em Serviço Social no Brasil. *In: Revista Libertas,* v. 20, nº 1, Juiz de Fora: UFJF, 2020, p.120-139.

FONSECA, Cleomar Campos da; NÓBREGA, Mônica de Barros; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. A formação acadêmica em Serviço Social no município de Campina Grande: gênese e desenvolvimento sócio-histórico. *In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. (Org.). O Curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica.* Campina Grande: EDUEPB, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Editora ATLAS S.A., 2008.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando da Silva (Org.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.* 2ªed. Campinas: Papel Social, 2019. p.47-84.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.* 3ªed. São Paulo: Cortez, 2017, p.49-76.

GUERRA, Yolanda. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco. *In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo.* São Paulo: Cortez, 2016, p. 287-309.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2014a.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. *In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (Org.). A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento.* v.1. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2014b. p. 79-106

GUERRA, Yolanda. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. *In: Revista Libertas.* v.2, nº2, Juiz de Fora: UFJF. jul/dez/2002 , p.9-21.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social.* Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS – UNB, 2000, p.1-16.

GUERRA, Yolanda. **Investigação social e Serviço Social:** novos processos de produção do conhecimento (1998). Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-145.pdf> >Acesso: out.2019

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. td. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011a.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014ª.

IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *In: Revista Serviço Social e Sociedade.* nº 120, São Paulo: Cortez, out/dez/2014b, p. 609-639.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**. nº3 Brasília: ABEPSS, jan/jun/2001, p.9-31.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004, p.15-40.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. (trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (reimpressão:2002).

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contrarreforma na educação superior brasileira**: impactos na formação profissional em Serviço Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 15 (1): 31-50, jan./jun. 2009. Disponível em <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>>. Acesso em 11/dez./2017

LINARES, Alexandre; BEZERRA, José Eudes Baima. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019, p.127-134

MANCEBO, Deise. Acumulação flexível e educação superior: qual formação e para que força de trabalho?. In: VALE, Andrea Araújo; PEREIRA, Larissa Dahmer. **O ensino a distância na formação em Serviço Social**: análise de uma década. Rio de Janeiro: E-papers, 2019, p.16-27.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, Cap. 15, p. 333-350.

MARX, Karl. ENGELS, Frederic. **A ideologia alemã**: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Átila, 1988.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. A ativação dos limites absolutos do capital. In: MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo/Editora UNICAMP, 2002, p. 217-344.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Josiane; MARTINELLI, Maria Lúcia. A importância categoria mediação para o Serviço Social. *In: Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social*. XX., 2012, Córdoba. Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 2012. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09Vi7X17oOE584R0e.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2020.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Leslieane. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. *In: Revista Temporalis*. nº 32. Brasília/DF, jul/dez/2016, p. 97-121.

MOTA, Ana Elisabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálysis*. v.16, nº esp., Florianópolis: UFSC, 2013, p.17-27.

MOURA, Viviane Guedes Gonçalves de. **A direção social da formação profissional em Serviço Social: uma análise do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2016.

NETTO, José Paulo. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social: apontamentos para o debate. *In: Revista Em Pauta*, v.13, nº 35, Brasília – DF: ABEPSS: jan/jun/2015, p.99-125.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011a

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**. nº 111, São Paulo: Cortez, jul./set. 2012, p. 413-429.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In: Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais*. CFESS. Brasília, 2009, p. 769- 806.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma Introdução Crítica. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2008. – (biblioteca básica de Serviço Social; v.1).

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In: Revista Temporalis*. nº 3, Brasília : ABEPSS , jan/jun/2001, p.41-50.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Serviço Social e Sociedade*. nº 50. São Paulo: Cortez, abril, 1996, p.87-132.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. *In: Revista Temporalis*. nº3. Brasília – DF: ABEPSS, jan/jun/2001, p.51- 61.

QUIROGA, Consuelo. **A invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SADER, Emir. Prefácio. *In: MÉSZÁROS, Istvan. A educação para além do capital*. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 15-18.

SANTOS, Catarina de Almeida. Educação a Distância: tensões entre expansão e qualidade. *In: CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.53-58

SANTOS, José Whellison Brito dos. **O trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**: demandas institucionais e respostas profissionais. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2016.

SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos. Estado moderno, fundo público e capital: uma tentativa de compreensão. *In: DAVI, Jordeana; Martiniano, Claudia; PATRIOTA, Lúcia Maria (Org.). Seguridade Social e Saúde: tendências e desafios*. 2. Ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 41-57.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11ª. Ed. Campina: Autores Associados, 2011.

SILVA, Alessandra Ximenes da; MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro; NÓBREGA, Mônica Barros da. Pesquisa e conhecimento da realidade no Serviço Social. *In: Revista Temporalis*. nº 35, Brasília/DF: ABEPSS, jan/jun/2018 , p.105-118.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 103, São Paulo: Cortez, 2010, p.405-432.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukacs, 2013.

YASBEK, Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In: Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais*. CFESS. Brasília, 2009, p. 125-142.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. *In: Serviço Social e Sociedade*. nº128, São Paulo: Cortez, 2017, p. 54-71.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985, Valor e História, p. 1-15.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE LEITURA PARA COLETA DE DADOS

- 1) Qual o tema do TCC e o ano de defesa?
- 2) O TCC é resultado de pesquisa ou experiência de estágio?
- 3) Se o TCC é resultado de experiência de estágio, identificar a área (educação, saúde, assistência social, etc.) e espaço sociocupacional onde se desenvolveu o estágio?
- 4) Qual o principal objetivo do TCC?
- 5) Qual a principal matriz teórico-metodológica utilizada pelo discente no seu TCC?
- 6) A referida matriz é claramente anunciada no TCC ou se expressa em fragmentos textuais do TCC?
- 7) Como o discente aborda as expressões da questão social manifestas em sua intervenção?
- 8) destacar qual a concepção do discente acerca da profissão
- 9) Como o discente estabelece a relação entre teoria e prática.
- 10) O discente traz explicitamente em algum momento o debate do significado social da profissão?
- 11) Qual a apreensão que prevalece sobre o significado social da profissão?
- 12) Quais as referências bibliográficas mais utilizadas?
- 13) Qual a concepção de história que predomina?